**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**A IMPLOÇÃO DA ORDEM: A CRISE FINAL DO IMPÉRIO E O
MOVIMENTO REPUBLICANO PAULISTA**

Milene Ribas da Costa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Kugelmas

São Paulo

2006

RESUMO

Analizamos neste trabalho como as transformações econômicas e sociais, que ocorreram no Segundo Reinado, contribuíram para desestabilizar a ordem imperial e, ao mesmo tempo, fortalecer o movimento republicano. As mudanças relacionadas à manutenção do trabalho escravo, que se colocava como o principal pilar de sustentação da ordem imperial, desencadearam necessidades divergentes que não podiam ser satisfatoriamente atendidas pela monarquia brasileira. Com isso, o movimento republicano que se organiza a partir de 1870 busca nas fragilidades do Império o seu espaço de atuação. Os republicanos, sentindo-se excluídos do jogo político imperial, viram na República Federativa a alternativa para a centralização política e administrativa do Império. Mas, é em São Paulo, onde os efeitos negativos dessa centralização eram mais sentidos, que se desenvolve o partido republicano mais forte e organizado do movimento. O republicano paulista Alberto Sales, dialogando com a insatisfação da elite econômica de São Paulo, envolve-se no trabalho doutrinário, que tinha como objetivo construir um programa capaz de orientar a ação republicana e torná-la coesa. Entretanto, os rumos que a República tomou na sua primeira década de vigência contribuíram para que esse propagandista paulista se desencantasse com ela. Buscamos aqui explorar o contexto político, econômico e social em que o movimento republicano emerge e investigar, a partir da teoria que orientou o movimento em São Paulo, as razões que poderiam explicar o desencantamento de um dos seus principais propagandistas com a República que se efetivou.

Palavras-chave: Crise do Império, Propaganda Republicana, Partido Republicano Paulista, República, Alberto Sales

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze how the economical and social changes which occurred in the Second Empire helped to destabilize the imperial order and, at the same time, strengthen the republican movement. The changes related to the maintenance of slavery, which was the foundation of the imperial order, yielded divergent needs that could not be met satisfactorily by the Brazilian monarchy. Thus, the republican movement that became organized after 1870 tried to find in the empires' weaknesses its field of action. The republicans, feeling excluded from the imperial political game, saw in the Federal Republic an alternative for the administrative and political centralization of the Empire. But, in Sao Paulo, where the negative effects of this centralization were most seriously felt, the strongest and best organized Republican Party arose. Alberto Sales, a republican from Sao Paulo, conversing with the dissatisfied economically elite there, got involved in political indoctrination to build a program capable of guiding the republican action and making it consistent. Nevertheless, the direction taken by the Republic in its first decade led the propagandist Alberto Sales to disappointment. We wish here to explore the political, economical and social contexts in which the republican movement emerged and to investigate, by taking as a starting point the theory that guided the movement in Sao Paulo, the reasons that could explain the disappointment of one of the Republic's most important propagandists.

Key-words: Imperial Crisis, Republican Propaganda, Paulista Republican Party, Republic, Alberto Sales

*Aos meus pais
e aos meus irmãos.*

*Os outros doutores também achavam
a Constituição monárquica
absolutamente tola, porque, desde que
ela fora promulgada, havia surgido
um certo jurista alemão ou aparecido
um novo remédio para erisipelas. A
nova devia ser uma perfeição e trazer
a felicidade de todos.*

(Lima Barreto)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – O desafio de atender aos novos anseios: manter a ordem imperial e processar transformações	15
1.1. O alvo das críticas: arcabouço político	15
1.2. O fermento da crise: mudanças econômicas e sociais	24
1.3. Idéias novas, preocupações antigas: o repertório da época	30
1.4. Cidadania e cidadãos: o reconhecimento dos direitos	36
CAPÍTULO 2 – As tensões da província paulista: o descompasso entre poder econômico e poder político	42
2.1. O minguado quinhão: o orçamento imperial diante das necessidades provinciais	42
2.2. Produto da insatisfação: o Partido Republicano Paulista	51
2.3. Da desagregação à agregação: a proposta separatista de Alberto Sales	63
CAPÍTULO 3 – Da propaganda ao desencanto: Alberto Sales e o movimento republicano paulista	73
3.1. O caminho da civilização: o cientificismo como guia	73
3.2. Uniformizando a ação: a República ideal	82
3.3. “Balanço Político”: a República real	94
3.4. O truncado atalho: liberalismo na teoria, liberalismo na prática	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123

Agradecimentos

O desenvolvimento deste trabalho contou com o apoio de muitas pessoas, algumas serão aqui lembradas, mas a todas elas eu gostaria de expressar o meu muito obrigada. Em primeiro lugar, agradeço ao professor Eduardo Kugelmas, pela sua orientação atenciosa, sugestões preciosas, disponibilidade e incentivo, e ao professor Gildo Marçal Brandão, pelo seu apoio no início deste trajeto. Agradeço ainda à leitura criteriosa e às sugestões feitas pela banca composta pelas professoras Maria Fernanda Lombardi Fernandes e Gabriela Nunes Ferreira.

Sou muito grata ao Rodrigo Cardoso que, pacientemente, me incentivou e me confortou na fase inicial e mais difícil desta caminhada e às minhas amigas Kellen Gutierrez e Regiana dos Santos, com as quais pude amenizar pesados momentos de estresse e dar boas risadas. Ao meu amigo Wilken Sanches com quem pude fazer algumas ótimas viagens – ainda me lembro de uma importante pergunta que ele me fez antes de cairmos na estrada: Por que você vai levar estes livros?

Quero agradecer à minha prima Beatriz Capelasso por ter dividido alegrias e angústias comigo e pelo incentivo e confiança que em mim depositou. Ao Gustavo Venturi, pelos puxões de orelha, à Marisol Recaman, pela incrível compreensão, ao Wilson Chammas, que se tornou um pouco vítima do meu mau humor na reta final, à Noêmia de Araújo, pelos necessários cafés, ao Mauro Carreão, pela sua impagável sinceridade, à Deise de Alba, pelos momentos de descontração, ao Wagner Rosas e ao Sávio Décio, pela habitual e necessária tranquilidade, e ao Ramon Recaman, pela sua avaliação psicológica sobre o meu momento – todos eles souberam compreender esta fase da minha vida e muitas vezes optaram, sabiamente, por não tocar em determinados assuntos. Ao Fábio Peixoto que, por *Dedalus*, pude conhecer num momento bastante decisivo desta pesquisa e que muito me ajudou com a sua leitura atenta – sobretudo no que diz respeito às notas – e à minha amiga, de longa data, Alessandra Florio que em momentos chave me lembrou de que era necessário sair para a vida.

Agradeço ainda aos meus colegas do Departamento de Ciência Política, com os quais pude cursar importantes disciplinas à minha formação acadêmica e amadurecer no rico processo do confronto de idéias, e à *Capes*, que financiou e viabilizou o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, ainda que no início de tudo, agradeço aos meus pais, Cida e Juraci, que, principalmente através de olhares, souberam compreender o meu momento e, como sempre,

me acalantar; ao meu irmão Leonardo que, em meio às suas fórmulas, me acompanhou em várias madrugadas – ainda me lembro de alguns encontros, pelo corredor de casa, ao som bem baixinho do Chico “dois irmãos, quando vai alta a madrugada...”; e ao meu irmão Hugo que, em meio à sua adolescência, me achou diversas vezes uma maluca! A vocês dedico este meu trabalho.

Introdução

Um estudo que vise contribuir para a compreensão das condições históricas em que emergiu a República no Brasil pode adotar diferentes pontos de partida. Há estudos que priorizam as transformações econômicas no decorrer do Segundo Reinado e as suas implicações sociais; outros enfatizam a contribuição da crise política, que emergiu no período, para o enfraquecimento das instituições imperiais; há ainda aqueles que destacam a influência das novas doutrinas políticas como fermentadoras da construção de uma nova ordem. Todas essas dimensões mostram-se como indispensáveis ao entendimento do processo de maturação da República.

Assim, em meio ao clima de efervescência política, econômica e social do período, surgem de início propostas de reformulação da ordem imperial que, sem cogitar a mudança de regime, visam sua reestruturação, de modo que ela atenda parte das demandas impostas ao jogo político. Entretanto, em 1870 surge o Partido Republicano como aglutinador de contestadores que descartam a possibilidade de reformar a Monarquia; para eles não havia alternativa, apenas um governo republicano seria capaz de efetivar a democracia no país e de atender aos imperativos de mudança.

O período que se estende a partir de então é de quase vinte anos. Apesar da República ser o objetivo comum entre os propagandistas, não é possível analisar o movimento republicano como homogêneo. Há premissas diferentes e nuances que não podem ser desconsideradas em um estudo mais aprofundado. Dessa forma, falar da contribuição da Campanha Republicana para a queda da Monarquia é falar de um movimento complexo que não se presta à generalizações simples.

A própria contribuição da propaganda, por meio de um partido organizado, para a queda da Monarquia é interpretada de formas diferentes. Para alguns estudiosos a divulgação da doutrina republicana foi de grande importância para a superação do regime; para outros a propaganda estava estruturada apenas entre a elite contestadora, que avaliava a queda da monarquia como inevitável; há ainda aqueles estudiosos que destacam a desorganização, fraqueza e inexperiência dos integrantes do movimento, que, nessas condições, pouco contribuiu para a queda do regime. Mas, apesar das divergências quanto à organização e importância da campanha, é consenso na literatura que o movimento era organizado, forte e estruturado em São Paulo, onde havia, desde 1873, o Partido Republicano Paulista (PRP).

Na província de São Paulo houve um intenso debate sobre os rumos da Monarquia e os empecilhos que ela impunha ao seu desenvolvimento. A Faculdade de Direito colocou-se como um importante espaço de debate para muitos daqueles que depois integrariam o PRP. O desenvolvimento econômico nos anos de 1870, as necessidades advindas dele e a centralização político-administrativa do Império contribuíram para fortalecer o movimento. Desse modo, a República Federativa tornou-se o aspecto mais importante a ser defendido por aqueles engajados na campanha. “A principal preocupação dos paulistas não era o governo representativo ou os direitos individuais, mas simplesmente a federação, isto é, a autonomia provincial” (Carvalho, 2003a:209). Os jornais que circulavam na província, muitos de propriedade de fazendeiros, tornaram-se importante espaço de debate político e de propagação das idéias republicanas.

Dentre os propagandistas paulistas, destaca-se Alberto Sales, que tinha relação bastante estreita com o PRP. Bacharel em direito, formado em São Paulo, filho de fazendeiros do Oeste Paulista, o propagandista publicou artigos, livros e proferiu conferências em defesa da República. Sales é freqüentemente mencionado nos trabalhos que tratam do período, chegando a ser considerado o ideólogo paulista da república¹. Entretanto, as referências estão quase sempre relacionadas à sua polêmica proposta separatista de 1887, a qual defendia o desmembramento da Província de São Paulo².

Se os estudos apresentam os interesses econômicos como a principal motivação para os paulistas ingressarem no movimento republicano, o que é justificado por meio da grande importância dada por eles à federação, *A Pátria Paulista* (1887) aparece como o libelo que corrobora essa interpretação. “A ênfase no federalismo e, mais ainda, em seu aspecto econômico, chegava a perturbar Alberto Sales, o teórico do partido em São Paulo, levando-o a tentar justificar filosoficamente a descentralização ou mesmo a separação” (Carvalho, 1998: 179-180).

Sales esteve bastante integrado às idéias de sua época e a forma como articulou diferentes doutrinas dificulta o enquadramento de sua produção. Stuart Mill, Lastarria, Spencer e Comte são alguns dos pensadores a quem ele recorreu em seus trabalhos. A gama de doutrinas articuladas permite que os estudiosos qualifiquem seu pensamento de formas diferenciadas, às vezes como pensador liberal influenciado por idéias positivistas³, outras,

¹ Cf. VITA, L. W. *Alberto Sales: ideólogo da república*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1965.

² Cf. SALES, J. A. *A Pátria Paulista*. Brasília E. UNB, 1983.

³ “Ao positivismo ‘epocal’ está vinculado o pensamento de Alberto Sales, jamais se filiando à ‘ortodoxia’ comteana por duas razões principais: seu espírito irreligioso e seu absoluto liberalismo” (Vita, 1965: 50).

como “positivista ilustrado”⁴. Conforme destaca ainda José Murilo de Carvalho, “a versão do final do século XIX da postura liberal era o darwinismo social, absorvido no Brasil por intermédio de Spencer, o inspirador do principal teórico paulista da República, Alberto Sales” (Carvalho, 1990: 24). Dessa forma, ora com mais ênfase, ora com menos, os estudos destacam a influência das idéias liberais no trabalho do propagandista.

O método positivista, o evolucionismo e o liberalismo estão articulados em sua obra, de modo que o objetivo dessa articulação é, em grande parte, construir argumentos capazes de desqualificar a monarquia e de apresentar o governo republicano como o único condizente com as necessidades políticas, morais e econômicas vigentes no período. A República aparece como a forma de governo capaz de dinamizar o progresso, tão em voga naquele momento, enquanto a monarquia aparece aos republicanos como o governo empenhado em emperrá-lo.

Se por um lado a proposta separatista – motivada, sobretudo, por interesses econômicos – é frequentemente mencionada pelos estudiosos que pesquisam o período, por outro, há também referências frequentes ao desencantamento do propagandista paulista com a República que se efetivou. “Porque foi geral o desencanto com a obra de 1889. Os propagandistas e os principais participantes do movimento republicano rapidamente perceberam que não se tratava da república de seus sonhos. Em 1901, quando seu irmão exercia a presidência da República, Alberto Sales publicou um ataque virulento contra o novo regime, que considerava corrupto e mais despótico do que o governo monárquico” (Carvalho, 1990: 33).

Essas duas dimensões na obra de Sales constroem uma lacuna difícil de ser compreendida. Pois, se o que estava em jogo era o controle político e administrativo da província, de modo que este atendesse aos interesses econômicos da elite dominante, o advento da República e o controle do executivo federal, por homens como Prudente de Moraes e Campos Sales, ligados à economia cafeeira paulista, significavam o coroamento da dominação em nível federal. Como explicar a decepção e as duras críticas do propagandista feitas à famosa “Política dos Governadores”, implementada por Campos Sales, cuja arquitetura contribuía para o conagração do domínio político paulista?

⁴ “Trata-se de uma postura não-ortodoxa, também denominada *positivismo ilustrado*, que com freqüência se confunde com as posições liberais em suas propostas de organização da futura forma de governo no Brasil” (Bresciani, 1993: 127, grifo da autora). A categoria *positivismo ilustrado* é dada por Antônio Paim, a quem Bresciani recorre ao falar sobre Alberto Sales (Paim, 1981).

A política divorciou-se inteiramente da moral. Governadores e Congressos firmaram entre si pactos reprováveis, esquecidos e desprezados os deveres constitucionais, para se entregarem à gatunagem e à licença, enchendo as algibeiras com o produto do imposto e afugentando os honestos com a perseguição política (Alberto Sales, 1901: 64).⁵

Nesse sentido, apesar de encontrarmos na literatura afirmações de que os interesses econômicos pautavam a atuação dos republicanos paulistas e que aquelas preocupações que norteavam a atuação dos propagandistas de outras províncias, sobretudo do Rio de Janeiro, eram relegadas em São Paulo, nosso objetivo nesta pesquisa é investigar outras dimensões no trabalho de Alberto Sales capazes de explicar aquela lacuna.

Para José Murilo de Carvalho, o destaque que o federalismo ganhou nesta província e o florescimento do movimento separatista são evidências daquilo que realmente interessava aos republicanos paulistas: “o lado econômico, o interesse dos donos da economia da província. A liberdade do povo não entrava nas cogitações desses federalistas” (Carvalho, 1998: 180). Nesse sentido, ainda segundo este autor, os propagandistas paulistas “pediam o que fora a prática do liberalismo no século XVII na Inglaterra, isto é, não a ausência do governo, mas o governo a serviço de seus interesses” (Carvalho 2003a:209).

Se por um lado os interesses econômicos tornam-se ponto pacífico nesta discussão, uma vez que são eles os grandes responsáveis pelo fortalecimento da campanha em São Paulo, por outro, apenas eles não são capazes de explicar a trajetória política de um dos mais importantes propagandistas desta província. Assim, investigaremos aqui outras dimensões existentes não dentro do movimento como um todo, mas sim em alguns trabalhos de Alberto Sales.

O reconhecimento dos estudiosos sobre a influência das idéias liberais – seja no modelo do século XVII, seja no do XIX – na produção de Sales nos conduz a uma outra pergunta a respeito de sua trajetória. Seria mesmo possível na conjuntura de efervescência política e social do período não se preocupar com questões referentes aos direitos civis e políticos? Tentaremos demonstrar que a chave para compreender aquela lacuna na produção de Alberto Sales está justamente na sua preocupação com os direitos e liberdades individuais, bem como com a função e limite dos poderes do Estado. Dessa forma, acreditamos evidenciar com isso um envolvimento do propagandista na campanha republicana que vai além dos interesses econômicos apontados pela literatura.

⁵ SALES, J. A. Balanço Político: necessidade de uma reforma Constitucional. (1901). In: Antônio Paim (org.),

Frente a esta proposta, a dimensão liberal, o estofo desse liberalismo, na produção do propagandista coloca-se como uma variável importante para a compreensão de sua trajetória política: da propaganda ao desencanto – o que, sob alguns aspectos, o coloca como um dos precursores da geração de críticos da Primeira República.

É na intenção de contribuirmos para o debate sobre o período que nos lançamos à investigação de algumas facetas deste momento histórico que se coloca como um farto banquete àqueles que se sentem instigados a compreendê-lo.

Cabe agora fazermos um breve esboço do trabalho que segue. No capítulo 1, discutiremos o clima político, econômico e social do período no qual eclodiu o Movimento Republicano. A estrutura política vigente, as críticas direcionadas a ela e algumas das reformas promovidas pelas instituições imperiais, bem como suas implicações sociais e econômicas, serão investigadas. Se esses fatores contribuem para o entendimento da eclosão do movimento, a estruturação das propostas e os mecanismos acionados para legitimá-las tornam-se uma outra dimensão importante do período. Muitas das idéias européias e norte-americanas influenciam os propagandistas que buscam, por meio delas, desqualificar a monarquia e justificar a necessidade e superioridade do governo republicano. No capítulo 1 discutiremos ainda o círculo limitado do debate republicano que, se por um lado contava com propagandistas conscientes de seus direitos civis e políticos e da necessidade de assegurá-los e ampliá-los, por outro, enfrentava dificuldades para traduzir a importância de seus valores àqueles que desse círculo não fazia parte.

Uma vez discutida as condições mais gerais que fomentaram o clima republicano, o objetivo do capítulo 2 será investigar alguns aspectos da estrutura econômica e político-administrativa da Província de São Paulo e a forma como se dá a sua inserção no jogo político nacional da época. São esses aspectos – os descontentamentos e necessidades advindos dele – que explicam o surgimento do PRP em 1873, em torno do qual se verifica a melhor estrutura e organização do movimento republicano.

Depois de situarmos o movimento republicano no Segundo Reinado e, a partir disso, debruçar-nos sobre a conjuntura mais específica da província de São Paulo, o objetivo do capítulo 3 será investigar como Alberto Sales articulou as idéias liberais nos seus trabalhos

voltados para a propaganda republicana. O foco analítico será a concepção de Estado Republicano e a sua relação com a sociedade. Nesse sentido, investigarei a forma como as atribuições do Estado, os direitos civis e políticos aparecem no trabalho do autor.

Neste último capítulo tomaremos como base de análise os seguintes trabalhos: *Política Republicana* (1882), *Catecismo Republicano* (1885), *Ciência Política* (1891) e *Balanço Político: necessidade de uma reforma constitucional* (1901)⁶. Dessa forma, analisaremos primeiro as obras que antecedem a Proclamação da República, cujo caráter propagandístico não pode ser desconsiderado – nelas encontramos os aspectos mais gerais da forma de governo vislumbrada – e depois discutiremos os trabalhos que nascem já à luz da República e que, por essa razão, dialogam com uma nova realidade. Não se tratava mais de defender e justificar a mudança de governo, mas sim de pensar, a partir de um novo governo, novas formas para enfrentar velhos problemas.

Como as datas originais de alguns documentos analisados são importantes para a compreensão do argumento desenvolvido, optaremos por colocá-las nos excertos selecionados, seguidas pela data da edição utilizada. Em relação aos trabalhos de Alberto Sales, colocaremos apenas as iniciais do trabalho ao qual nos referimos e a página de onde a referência foi retirada: *Política Republicana* (PR), *Catecismo Republicano* (CR), *A Pátria Paulista* (PP), *Ciência Política* (CP) e *Balanço Político* (BP).

⁶ A produção de Alberto Sales é vasta, suas primeiras publicações datam do período de faculdade, em jornais que circulavam entre os estudantes do Largo São Francisco. O autor publicou inúmeros artigos, sobretudo naqueles jornais paulistas cuja posição republicana era conhecida. Além dos trabalhos acima mencionados, voltados à propaganda, o autor voltou também sua atenção ao direito, *Ensaio sobre a moderna concepção do Direito* (1885), e à educação, *O ensino público* (1901). Entretanto, frente aos limites impostos a esta pesquisa, o nosso foco de investigação será apenas aqueles trabalhos diretamente relacionados à propaganda e ao “balanço” da República implementada.

Capítulo 1

O desafio de atender aos novos anseios: manter a ordem imperial e processar transformações

A estrutura política e administrativa torna-se alvo de inúmeras críticas no decorrer do Segundo Reinado. Transformações econômicas e sociais potencializam as críticas ao arcabouço institucional do Império, que, se existiam já desde outrora, tornam-se mais sistemáticas e ferrenhas a partir de 1870.

Se por muito tempo as críticas foram acompanhadas por propostas reformistas, que objetivavam atender a algumas demandas dentro da ordem imperial, com o *Manifesto Republicano* de 1870, o descrédito às reformas dá vazão a um movimento que duraria quase duas décadas e contribuiria para minar as bases da monarquia.

O objetivo desse capítulo é analisar como a estrutura política do Império, frente às transformações econômicas e sociais, desabrigava segmentos importantes da sociedade, que, ao se sentirem excluídos de uma cidadania plena, aliavam à insatisfação com a ordem vigente as idéias disponíveis e convenientes no período, de modo que essas respaldassem e legitimassem suas propostas e atuações políticas.

1.1 – O alvo das críticas: arcabouço político

Ao longo do século XIX, mesmo entre os monarquistas, sobretudo entre os liberais, as estruturas política e administrativa do Império não estavam imunes à censura⁷. As críticas eram acompanhadas por propostas de reformas que deviam, no entanto, ser conduzidas pelo próprio estado imperial, de modo que a superação do regime não estava colocada em pauta. Mas, a partir de 1870 a validade e legitimidade da Monarquia Constitucional são postas em xeque. Assim, o *Manifesto Republicano* cristaliza as

⁷ Bem antes de oficializada a Campanha Republicana, a discussão sobre os limites e responsabilidades do poder moderador fazia-se forte entre liberais, cujo principal representante era Zacarias de Góes e Vasconcelos, e conservadores, representados, sobretudo, por Paulino José de Souza Soares (visconde de Uruguai). Uruguai também foi a principal voz conservadora a discutir e defender a centralização político-administrativa do Império, cujo principal interlocutor foi o liberal Tavares Bastos, defensor da descentralização; sobre este debate ver Gabriela Nunes Ferreira, *Centralização e Descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*.

insatisfações com a ordem Imperial e traz ao debate uma outra alternativa para os rumos políticos da nação. A Propaganda Republicana vai, por quase vinte anos, questionar, criticar e propor, por diferentes meios, a superação do *status quo* imperial.

Segundo Oliveira Vianna, o marco inicial do movimento político que derrubou o Império é a queda do Gabinete Liberal de Zacarias, em 1868. Para esse autor o Imperador, cômico das fraudes eleitorais, era o responsável pela alternância de partidos no poder, já que o povo não o era. Entretanto, quando caía um gabinete desfazia-se toda uma teia de empreguismo (nos municípios, províncias e no estado maior). Nas palavras do autor “era uma vassourada geral” (Vianna, 1933: 41). Desta forma, os atos do imperador, emanados do Poder Moderador, desagradavam muitos políticos (fossem eles liberais ou conservadores), o que gerava ressentimentos na classe política⁸ (Vianna, 1933). Entretanto, as críticas mais contundentes ao Quarto Poder Constitucional vinham de liberais que, à luz da máxima de Thiers (o rei reina, mas não governa), visavam garantir a independência dos ministérios frente aos demais poderes.

A raiz do problema parece estar na Carta outorgada pelo Imperador em 1824 que reconhecia a existência de um Quarto Poder Constitucional com vastas prerrogativas, ou seja, com capacidade de ingerência nos demais poderes. Nos anos de 1860 havia três interpretações diferentes acerca dele. Grosso modo, a voz conservadora afirmava que o Poder Moderador representava a harmonia entre os demais e que, caso o executivo (na figura dos ministros) tivesse que se responsabilizar pelos seus atos haveria uma intromissão nos poderes e a legitimidade da Constituição seria violada. “Não é possível sair deste dilema: ou os atos do Poder Moderador são exequíveis sem referenda, ou não. Se o são, o Imperador reina e governa. Se o não são, não sei mesmo se reina, mas tenho por certo que não só não governa, como também que não é o Imperador da Constituição” (Uruguai *apud* Ambrosini, 2004: 114-15). Por outro lado, os liberais entendiam que alguém devia responder pelos atos do Quarto Poder e, como os ministros os executavam, eles deviam responsabilizar-se por eles. “Não há meio termo: em país livre, ou, pelo menos, não de todo escravo, ou o chefe do Estado é responsável, e neste caso decide e governa como entende, sem necessidade de firmar-se na responsabilidade de seus agentes, ou ele é irresponsável, e então não há função, não há

⁸ Além de destacar a queda do Gabinete Zacarias em 1868 como o fator responsável pela eclosão do movimento republicano, Vianna aponta a abolição como o dínamo da Campanha. Para ele, esse ato, mais que qualquer outro, significou a queda iminente da monarquia, provocada pela própria dinastia Bragança; foi um ato precipitado que implodiu as bases do regime. Vale destacar ainda que para Vianna a atuação do Partido Republicano, ao longo do período de campanha, é fraca e desorganizada – exceção feita apenas à província de São Paulo –, o que torna a participação dos militares decisiva no movimento de 1889.

prerrogativa, que possa exercer sem o arrimo da responsabilidade ministerial” (Zacarias de Góes e Vasconcelos, 1862: 65-66). Havia ainda uma terceira interpretação mais extremada, “quase absolutista”, a de Braz Florentino. Para ele a questão da responsabilidade ministerial significava uma inversão da soberania e o próprio fim da Monarquia: “ora, a Soberania não tem responsabilidade nesse mundo, e o que mais é, a dispensa; porque, desde o momento em que o soberano admitisse um responsável, este seria mais poderoso que ele, e viria assim a ocupar o seu lugar (...) é sempre absolutamente necessário (...) que haja um poder supremo e que por ninguém possa ser julgado” (Braz Florentino *apud* Ambrosini, 2004: 105)⁹.

A queda do Gabinete em julho de 1868 dissemina a idéia entre os liberais de que o liberalismo crescente e triunfante fora “fraudado, esmagado, banido por meio de um ato de crua violência” (Faoro, 2001: 507)¹⁰. O descontentamento concretiza-se em discursos, manifestos e programas. Voltando-se contra a “ditadura” e o “absolutismo”, os descontentes, apesar de respeitarem a supremacia do trono, insistem na responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador.

Os liberais publicam em 1869 um manifesto do partido em repúdio à ordem. Apesar do “radicalismo” de algumas propostas, o programa tinha caráter reformista e, em linhas gerais, defendia: a responsabilidade ministerial pelos atos do Poder Moderador; descentralização administrativa; liberdade para a iniciativa privada; criação de um sistema educacional independente do Estado; autonomia do judiciário; transformação do Conselho de Estado em órgão administrativo; abolição da vitaliciedade do Senado; redução das forças militares em tempo de paz; emancipação gradual dos escravos (Brasiliense, 1979).

Esse manifesto representaria a posição dos *liberais moderados*, para os quais o poder moderador continuaria a existir e a ordem monárquica não seria questionada. O excesso de poder pessoal, entretanto, comprometia o governo representativo e responsabilizar o Executivo pelos atos do Quarto Poder seria a única maneira de evitar um governo absoluto. Uma passagem do discurso proferido em junho de 1869 por Zacarias de Góes e Vasconcelos elucida bem a posição desse grupo:

⁹ Para uma discussão aprofundada sobre o Poder Moderador ver Ambrosini, 2004.

¹⁰ O desentendimento entre o Gabinete Liberal, chefiado por Zacarias, e o Poder Moderador ocorre primeiro devido à nomeação de um Conservador para chefiar as tropas em Guerra no Paraguai e, segundo, devido à

O poder Moderador deve existir, e pode existir sem ofensa dos outros poderes, se se entender que a responsabilidade, nos termos em que a tenho apresentado, faz-se efetiva. Mas se não for assim, se o grupo de atribuições do poder Moderador for do imperador, sem responsabilidade dos ministros, estamos no governo da Rússia ou do Paraguai, não há dúvida (*apud* Sales de Oliveira, 2002: 283).

Havia, no entanto, um grupo mais extremado em suas posições, ativo desde 1866 e munido de um jornal próprio, a *Opinião Liberal*, que “identifica o liberalismo com a democracia, na libertação de todos os freios convencionais, mantida a monarquia apenas enquanto e se útil às mudanças políticas e sociais” (Faoro, 2001: 508). As divergências entre moderados e radicais estavam postas. Os *liberais radicais* defendiam a extinção do Poder Moderador, além de defenderem o fim do Conselho de Estado, descentralização, ensino livre, abolição da Guarda Nacional, polícia eletiva, Senado temporário e eletivo, sufrágio direto e universal, substituição do trabalho escravo pelo livre e Presidente de Província eletivo (Brasiliense, 1979; Faoro, 2001). A defesa comum entre liberais – moderados e radicais – pelo fim da vitaliciedade do Senado, limitação dos poderes ou extinção do Conselho de Estado tinha como objetivo real solapar a influência dos conservadores nessas instituições imperiais.

Para os radicais a Monarquia deveria existir só enquanto fosse interessante às mudanças sociais e políticas que a nação tanto necessitava. O *Correio Nacional* – em sintonia com os liberais radicais –, condenaria a ação imperial como desagregadora das energias sociais, publicando em 1869:

Emancip[e]amos o indivíduo garantindo-lhe a liberdade de culto, de associação, de voto, de ensino e de indústria; o município – reconhecendo-lhe o direito de eleger a sua polícia, de prover as suas necessidades peculiares, de fazer ampliação de suas rendas, e de criá-las nos limites de sua autonomia. A província – libertando-a da ação esterilizadora e tardia do centro, respeitando-lhe a vida própria, garantindo-lhe o pleno uso e gozo de todas as franquias com a eleição de seus presidentes, de sorte que elas administrem-se por si sem outras restrições além das estritamente reclamadas pela união e interesse geral (*apud* Faoro 2001: 509).

Passava a existir, dessa forma, dentro do partido liberal o questionamento sobre a eficiência do regime monárquico. Nessa conjuntura de incertezas políticas e insatisfações

nomeação de outro Conservador para substituir uma vaga de Senador pelo Rio Grande do Norte. Ao discordar

generalizadas, as condições para que a campanha republicana, que existia desde outrora, se estruturasse por meio de uma organização publicamente reconhecida estavam dadas. A fissura aberta na ordem imperial se oficializa em 03 de dezembro de 1870, por meio do *Manifesto Republicano*. Era a voz de um novo partido que se lançava para falar ao país e para ele migrar muitos dos liberais radicais, aos quais a monarquia já não se colocava mais como alternativa capaz de enfrentar as necessidades do país.

Independente do destaque dado ao Poder Moderador nos trabalhos que investigam a passagem do Império à República, ele não pode ser desconsiderado nas pesquisas voltadas ao período. As críticas ao “Poder Pessoal” estão presentes de forma abundante no manifesto de 1870¹¹, cujo objetivo é deslegitimar a monarquia brasileira e o poder irresponsável que se instaurou a partir da Carta Outorgada em 1824.

Neste país, que se presume constitucional, e onde só deveriam ter ação poderes delegados, responsáveis, acontece, por defeito do sistema, que só há um poder ativo, onímodo, onipotente, perpétuo, superior à lei e à opinião, e esse é justamente o poder sagrado, inviolável e irresponsável. (...) O poder intruso que se constitui chave do sistema, regulador dos outros poderes, ponderador do equilíbrio constitucional, avocou a si e concentrou em suas mãos toda a ação, toda a preponderância. Nenhuma só das pretendidas garantias democráticas se encontra sem o corretivo ou contradição que a desvirtua e nulifica (*Manifesto Republicano*, 1870 in: Carneiro Pessoa, 1973: 41 e 46).

A opção por uma Monarquia Constitucional poderia, de forma descuidada, ser confundida com regime parlamentar, mas a idéia inerente a esse regime, de que o rei reina, mas não governa, não se aplicou à monarquia brasileira. O Poder Moderador, que na sua acepção original poderia ser chamado de poder neutro, ao ser transposto para a realidade do império brasileiro, sofreu adaptações que resultaram na preponderância do poder privado do monarca. “Cabia a ele, entre outros pontos, a nomeação dos senadores, a faculdade de dissolver a Câmara e convocar eleições para renová-la e o direito de sancionar, isto é, aprovar

dos atos do Poder Moderador, negando-se a referendá-los, o Gabinete cai em 1868 (Salles de Oliveira, 2002).

¹¹ O *Manifesto Republicano* foi um texto político que criou um espaço de crítica às instituições imperiais. No início do texto são definidos seu espaço e os seus objetivos; a sua legitimidade se funda a partir da Constituição Política do Império. “A vocação legalista do novo partido é afirmada ao circunscrever seu campo de luta no âmbito do debate das idéias, do esclarecimento das mentes, à obra de patriotismo do resgate da sociedade brasileira ainda acorrentada ao passado colonial” (Bresciani, 1993: 125). Embora deixassem claro que seu objetivo não era convulsionar a ordem, a posição assumida de contestação às instituições monárquicas torna necessária a desqualificação das mesmas, incluindo-se nela os partidos existentes que, segundo os contestadores,

ou vetar, as decisões da Câmara e do Senado” (Fausto, 2000:152). Assim, o poder que deveria evitar crises, que deveria preocupar-se apenas em conciliar os conflitos entre os outros poderes, tornou-se meio de efetivação dos fins que deveria evitar.

Com isso verifica-se que o pressuposto liberal de supremacia do poder legislativo, instância máxima de expressão da vontade nacional, frente ao executivo não se efetivava no Império, uma vez que o legislativo estava à mercê de um poder “superior à lei e à opinião”. Para agravar ainda mais a legitimidade das instituições imperiais, a própria representatividade do legislativo podia ser questionada, pois as eleições eram marcadas por fraudes, violências, relações clientelistas entre cidadãos e os poderes locais, provincial e imperial.

Para entender, no entanto, as críticas liberais e republicanas às ingerências legais do Imperador e ao excessivo poder concentrado em suas mãos, é preciso ter em mente a importância de algumas instituições imperiais, a sua relação com o monarca e o papel delas na definição das disputas eleitorais.

Os critérios para a composição do Gabinete Ministerial sofreram algumas alterações durante o Segundo Reinado, assim, a partir de 1847 cabia ao Imperador chamar o presidente do gabinete, que, por sua vez, nomearia os responsáveis pelas pastas ministeriais. O presidente, ao nomear os ministros, deveria contar com o apoio do legislativo – o que aproximava a monarquia brasileira do parlamentarismo –, mas também com a concordância do Imperador. Em caso de impasse entre o Gabinete e a Câmara cabia ao Imperador, sob a prerrogativa do Poder Moderador, dissolver o gabinete, convocando outro presidente para formá-lo, ou dissolver a Câmara, convocando novas eleições; além disso, a formação do Gabinete não precisava necessariamente acompanhar a disposição dos partidos na Câmara (em 1868, quando cai o gabinete liberal de Zacarias, o Imperador chama o conservador Visconde de Itaboraí para compor o novo ministério, o Partido Conservador era minoritário na Câmara naquele momento, mas ficaria no poder pelos próximos dez anos). Esta prerrogativa distanciava o sistema político vigente no país do parlamentarismo. A importância do Gabinete Ministerial para um partido, a sua relação com os resultados eleitorais, já que o chefe de gabinete podia indicar os presidentes de províncias, fica explícita no célebre *sorites* de Nabuco de Araújo, logo após a dissolução do Gabinete Zacarias: “O Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de

encobriam os desmandes do regime monárquico e aceitavam as decisões políticas completamente desligadas do conhecimento do povo.

fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí está o sistema representativo do nosso país” (Nabuco de Araújo *apud* Carvalho, 2003b: 404).

O processo eleitoral também sofreu algumas mudanças durante o Império, das eleições indiretas passou-se para as diretas¹², a idade mínima, a instrução necessária, as condições para candidatar-se, os mecanismos para a representatividade da oposição, todos esses aspectos sofreram alterações ao longo do Império. Porém, um traço definidor do sistema eleitoral do período, que também sofreu mudanças quanto aos valores exigidos, foi a renda. Esse critério definiu e restringiu os direitos políticos dos cidadãos¹³.

As mudanças dos critérios estabelecidos para o exercício da cidadania política demonstram que a evolução das eleições no Brasil Imperial foi, na verdade, uma “involução”, pois as sucessivas alterações nos dispositivos estabelecidos pela Carta Constitucional de 1824 reduziram cada vez mais a participação política dos “cidadãos”¹⁴ (Carvalho, 2003b).

Não obstante o caráter restritivo e elitista da cidadania no Império, os dois partidos monarquistas, Partido Conservador e Partido Liberal, não tinham programas que permitissem uma distinção muito clara de ambos, “eram simples agregados de clãs organizados para a exploração em comum das vantagens do poder” (Vianna, 1933: 26). Como nos mostra José Murilo de Carvalho, as duas siglas abrigavam grandes proprietários de terras. Assim, segundo Carvalho, o Partido Conservador era composto principalmente por

¹² Havia votantes e eleitores. A renda exigida para os primeiros era um pouco menor e eles escolhiam os eleitores que por sua vez escolhiam os representantes do legislativo.

¹³ O critério de renda não excluía necessariamente a população pobre do processo eleitoral. Porém, como o poder político do chefe local estava em jogo, o processo era acompanhado por vários tipos de deformação que comprometiam a sua lisura. O chefe local mobilizava os seus dependentes para vencer as eleições, se a renda era um dos critérios, não havia mecanismos rígidos para a sua comprovação; nem sempre aquele que comparecia ao local do pleito era o possuidor do direito político, havia o chamado “fósforo” que, sob orientação do chefe local, comparecia várias vezes no lugar de votantes; os capangas protegiam os partidários e amedrontavam os opositores, quando esses existiam, impedindo que comparecessem aos locais de votação (paróquias). A dependência dos votantes e a carência material em que viviam permitiam que o voto se tornasse uma mercadoria. Quanto maior a relação de dependência, mais barato era o voto; nas cidades, onde a relação era mais fraca, ele se tornava mais caro. Havia ainda a famosa eleição “a bico de pena”, cujo processo, além de mais seguro, era mais barato (Carvalho, 2001).

¹⁴ Em 1881, quando houve a reforma política, o sistema eleitoral sofreu alterações que o tornaram ainda mais excludente. A eleição passou a ser direta (o votante tornava-se o eleitor), mas o critério de instrução foi incluído como pré-requisito ao exercício desse direito, os analfabetos estavam então excluídos. A medida gerou muita discussão entre a classe política, os conservadores argumentavam que a corrupção nas eleições devia-se à baixa qualificação dos votantes, enquanto alguns liberais argumentavam que o problema consistia nos corruptores e não nos eleitores. A preocupação, sobretudo conservadora, com essa mudança é que ela permitiria a entrada do Brasil real na vida política, já que a renda exigida não era tão alta e não haveria mais as ponderações do “2º Turno”, feitas pelos eleitores. Dessa forma, a exclusão dos analfabetos passava a funcionar como a barreira capaz de impedir que o “povo massa” participasse de forma mais efetiva da vida política. E assim a mudança na legislação reduziu significativamente o percentual da população contemplada com o direito ao voto. Se antes em torno de 10% da população tinha esse direito, com o filtro da alfabetização menos de 1% passou a tê-lo (Carvalho, 2000).

proprietários ligados à agricultura de exportação e por funcionários públicos – essa composição explica o maior apoio que o governo encontrava nesse partido, pois medidas de fortalecimento do poder central interessavam aos correligionários conservadores. No Partido Liberal estavam proprietários cuja produção voltava-se para o mercado interno, e muitos profissionais liberais; sob essa sigla era possível encontrar defensores do liberalismo clássico e da descentralização do poder em benefício dos interesses locais, leia-se de seus próprios interesses. Os dois partidos continham, então, segmentos da elite econômica do país e, por meio deles, estabeleciam-se os conflitos regrados intra-elites (Carvalho, 2003a).

Além da restrição aos direitos políticos, das fraudes que marcavam o processo eleitoral, da composição social elitista dos partidos e da pouca diferenciação programática entre eles, aspectos que combinados deixavam o Brasil real bem distante da representação política, havia ainda a nomeação dos presidentes de província, sob influência direta do Poder Moderador, que, além de ser importante variável para o resultado das eleições, desagradava parte das elites locais. Durante o Segundo Reinado, os presidentes de província sempre conseguiram eleger seus correligionários para as Assembléias provinciais e nacional (Vainfas, 2002: 225).

Não era necessário que os presidentes nomeados fossem naturais das províncias que iriam administrar, o que provocava descontentamentos e críticas entre os habitantes, ou melhor, entre a elite econômica da província (os presidentes eram vistos como figuras estranhas aos interesses provinciais)¹⁵. Para piorar, eles podiam vetar as decisões da Assembléia Provincial, o que mais uma vez se configurava como a supremacia do executivo, nesse caso nomeado pelo governo central, sobre o legislativo, eleito pela província – lembrando ainda que a própria representatividade da Assembléia Provincial era freqüentemente questionada pela elite econômica local, devido à influência do presidente na configuração desse poder.

Esses aspectos do sistema político institucional mais o Senado vitalício, o critério dessa escolha (a eleição se realizava quando morria um Senador, a lista com os três nomes mais votados era fornecida ao Imperador, cabendo a ele optar por um dos três, que não necessariamente era o mais votado), e o Conselho de Estado (cujos membros vitalícios eram

¹⁵ Baseando-se em discurso de Campos Sales em setembro de 1877, publicado no jornal Gazeta de Campinas, Bresciani destaca: “As críticas atingem principalmente o presidente de província enquanto delegado do poder imperial e porta-voz dos interesses políticos do partido que o mantém. Mero instrumento político do gabinete que o nomeia, o presidente não possui interesses na região e assim não investe na prosperidade da província que governa; desconhece mesmo seus recursos naturais e as aspirações da população” (Bresciani, 1993: 127).

nomeados pelo Imperador e a consulta ao Conselho sobre assuntos políticos e administrativos, ainda que facultativa no Segundo Reinado, devia ocorrer quando o Imperador tivesse que executar alguma de suas atribuições privadas) tornaram-se alvos de críticas cada vez mais ferrenhas, sobretudo daquelas vindas dos republicanos.

Antes de avançar na discussão, cabe, no entanto, destacar a avaliação que Oliveira Vianna e José Murilo de Carvalho fazem do Poder Moderador. Para ambos a falibilidade do sistema – que permitia ao Gabinete instaurado a maioria parlamentar, quando não unanimidade – tornava o Poder Moderador responsável pela alternância de poder entre partidos, já que as eleições, marcadas por fraudes, não correspondiam à opinião nacional, leia-se a opinião dos cidadãos com direitos políticos. Era então o Quarto Poder que representava a verdadeira “opinião pública” – destacam, ainda, que o Imperador orientava-se também pelas notícias de jornais e revistas, mais sintonizados com a opinião da sociedade, antes de exercer suas prerrogativas.

Mas o que os críticos não percebiam é que, nas condições brasileiras da época, pelo modo como se faziam as eleições, e elas eram feitas sob a direção dos partidos, note-se, o exercício do Poder Moderador alternando as situações políticas era o que garantia não só a competição partidária, mas a própria sobrevivência dos partidos nacionais e seu enraizamento na população (Carvalho, 2003b: 412).

À parte a interpretação dos nossos autores sobre o papel do Poder Moderador naquela conjuntura política, a verdade é que tanto liberais quanto republicanos convergiram boa parte das suas insatisfações à atuação do “poder pessoal e irresponsável”. Na perspectiva desses atores era impossível a prática democrática no país diante das vastas prerrogativas de um poder que desvirtuava o sistema representativo. Os liberais acreditariam e defenderiam reformas capazes de corrigir as incongruências da Monarquia Constitucional Brasileira. Os republicanos desacreditariam e descartariam tais reformas, defendendo, então, a instauração de um novo regime capaz de implementar a democracia no país.

A política imperial podia ser, então, comparada a um *Teatro de Sombras*, já que a figura do Imperador pairava direta ou indiretamente sobre personagens e instituições do Império. Os manifestos e agremiações orientar-se-iam a partir de 1869 por demandas liberais, algumas já antigas, como a descentralização político-administrativa e responsabilidade ministerial pelos atos do Quarto Poder, e outras novas, como as referentes às liberdades civis, participação política e reformas sociais. “Estava aí o debate sobre os poderes do rei: o rei

reina e não governa, na fórmula de Thiers, adotada pelos liberais, ou o rei reina, governa e administra, segundo a fórmula de Guizot, adotada pelos conservadores” (Carvalho, 2003b: 403). Ou ainda, “*somos da América e queremos ser americanos*” – forma como os signatários concluem o *Manifesto Republicano* de 1870 –, ou seja, não há mais espaço nesse continente para monarquias. Para aqueles que assim pensavam, passam a existir Clubes, Jornais e até mesmo um Partido Republicano, que, mesmo desprovido de um programa nacionalmente uniforme e homogêneo, vai encontrar em algumas províncias – São Paulo principalmente – não apenas condições políticas, mas, sobretudo, econômicas para a organização de uma forte frente de oposição à ordem imperial.

1.2 – O fermento da crise: mudanças econômicas e sociais

Se o arcabouço institucional do país era alvo de críticas para aqueles que se engajavam na Campanha Republicana, havia, por outro lado, transformações de cunho econômico e social contribuindo para que as fileiras republicanas fossem engrossadas, já que a capacidade do império de processar as transformações que ocorriam no país não acompanhava a velocidade das mudanças (Holanda, 1985).

Ao longo do Segundo Reinado, mudanças econômicas estimularam significativas transformações na estrutura social¹⁶. A ampliação da rede ferroviária, embora fosse ainda reduzida, revolucionou o sistema de transporte e produção de determinadas regiões, além de facilitar a circulação de informações. No nordeste a decadência da lavoura canavieira foi acompanhada por fluxos migratórios que contribuíram para o crescimento das cidades; nas regiões onde o fabrico de açúcar continuava ativo, passaram a vigorar processos mais modernos de produção – os bangüês foram substituídos por engenhos. O eixo da economia nacional voltou-se para a região sul do país com a produção de café, que, num primeiro momento, se desenvolveu no Vale do Paraíba, onde foram empregados processos de produção tradicionais, sob mão-de-obra escrava, e, num segundo momento, na região do Oeste Paulista, que, além de adotar novos processos para aumentar a produção de café, introduziu o trabalho livre por meio da imigração. A expansão da lavoura cafeeira permitiu a

¹⁶ Como já comentamos, Oliveira Vianna e outros observadores do período atribuem a Queda da Monarquia à Abolição. Entretanto, profundas mudanças econômicas e sociais contribuíram para que o regime fosse superado. Conforme nos indica Emília Viotti da Costa, atribuir à Abolição os créditos da ascensão republicana significa ignorar mudanças que ocorreram ao longo de décadas. Assim, “ambas, Abolição e República, são sintomas de uma mesma realidade; ambas são repercussões, no nível institucional, de mudanças ocorridas na estrutura econômica do país que provocaram a destruição dos esquemas tradicionais” (Viotti da Costa, 1999: 455).

concentração de capital nas mãos de cafeicultores e comerciantes de algumas províncias do sul do país (Viotti da Costa, 1999).

Com a extinção do tráfico negreiro, alterou-se a lógica da distribuição dos recursos nacionais, quantias destinadas à compra e venda de escravos foram direcionadas para outros investimentos. Com isso, a indústria, embora incipiente, começou a desenvolver-se e a marcar presença na estrutura econômica do país; organismos voltados para créditos e seguros multiplicaram-se. O trabalho livre começou a substituir a mão-de-obra escrava. A população do país cresceu significativamente, o fenômeno da urbanização fez-se notar em várias regiões. O crescimento das cidades combinada com a ampliação de trabalho assalariado contribuiu para o aumento, ainda que modesto, do mercado interno. Assim, com essas transformações econômicas e sociais “criavam-se novos interesses, freqüentemente diversos dos tradicionais” (Viotti da Costa, 1999: 464-465).

Se muitas das mudanças foram conseqüências naturais da extinção do tráfico negreiro nos anos de 1850, permitindo pela primeira vez a alteração do modelo econômico vigente desde a colônia, outras transformações foram aceleradas pelo gabinete de maior duração da história do Império, instaurado no início dos anos de 1870. O conservador Rio Branco chega ao poder num momento em que uma das pernas do jogo partidário imperial encontra-se fraturada: os liberais estavam divididos entre moderados e radicais.

Embora a emancipação dos escravos fosse tematizada pelos liberais, essa questão não era a que mais os preocupava, pois, diante da crise política aberta em 1868, os liberais colocavam no cerne da discussão as questões políticas. O objetivo era reduzir a influência conservadora e tornar o resultado do pleito, pelo menos naquelas províncias onde o partido tinha maior força, mais condizente à força liberal. A classe política estava pronta naquele momento para discutir questões relativas à acomodação da oposição dentro do parlamento, o que pressupunha uma reforma política. Esperava-se, assim, que uma das primeiras medidas do Gabinete Conservador fosse apaziguar as relações conflituosas que se estabeleceram entre a elite política do país.

Entretanto, invertendo a ordem de prioridades e aproveitando-se do momento de cisão do Partido Liberal, Rio Branco resolve enfrentar o problema freqüentemente protelado: a escravidão. Os “conservadores moderados” do gabinete de 1871 entendiam que o fim da escravidão era condição necessária para a modernização do país, mas esse processo não podia ser feito de forma abrupta, por isso investiram na Lei do Ventre Livre. A libertação do ventre escravo, embora não trouxesse impacto imediato para a economia, dilapidaria completamente

a possibilidade de reprodução do sistema escravista, que passava a ter dias contados (Alonso, 2002).

O projeto conseguiu, ao mesmo tempo, desagradar alguns Conservadores e Liberais; os primeiros consideravam a proposta uma afronta à propriedade; os segundos alegavam que a intenção do gabinete era esvaziar o programa liberal. O núcleo duro do Partido Conservador estava na região do Vale do Paraíba que, com a extinção do tráfico e com o crescimento da produção cafeeira, recebeu inúmeros escravos oriundos das decadentes lavouras canavieiras do nordeste. Os fazendeiros dessa região somavam no braço escravo boa parte de seu patrimônio.

Apesar da polêmica e das cisões intrapartidárias, Rio Branco consegue, mediante grande esforço, aprovar a Lei do Ventre Livre. Após a aprovação, o motivo de divergência entre conservadores estava desfeito, aqueles legisladores que *a priori* rejeitaram o projeto, optaram por respeitar a lei do Estado. O Gabinete voltaria a contar com o apoio conservador. Mas, apesar da coesão, o recado seria dado:

o que pedimos, não a este gabinete, mas ao governo do Brasil, é que não agite sob qualquer pretexto, de novo, tão grave questão, que na ordem social se entende com a paz doméstica, na ordem jurídica, com o direito de propriedade, na ordem econômica com a organização do trabalho e com a riqueza particular e pública (*apud* Holanda, 1985:147).

Outras importantes medidas para a modernização do país foram implementadas durante o Gabinete Conservador de Rio Branco, dentre elas, destacam-se: construção de linhas telegráficas, reforma do Judiciário¹⁷, introdução do sistema métrico, construções de ferrovias¹⁸, reforma do código comercial, leis de controle do trabalho livre e de naturalização dos estrangeiros (cujo objetivo era incentivar a imigração), tentativas de laicizar as instituições imperiais e criação de novas instituições de ensino – com objetivos variados: alfabetização de crianças e adultos, formação técnica para suprir as novas necessidades do Estado e a ampliação do acesso ao ensino superior. Os novos cursos, que visavam suprir as necessidades geradas pelas mudanças econômicas, estavam orientados para um outro tipo de

¹⁷ “Ampliou o *habeas-corpus* e regulamentou a prisão preventiva, transferiu o poder da polícia para os juízes de direito, responsabilizando o judiciário pela lisura das eleições; tornou assim mais difícil a imposição do mando político pela simples violência” (Alonso, 2002: 84).

¹⁸ “Tendo o governo encontrado apenas 731 quilômetros de ferrovias em tráfego ao iniciar-se a sua gestão, deixará 1.500 já construídas, 1.619 em construção e 1.700 concedidos” (Holanda, 1985: 153).

público, “para grupos sociais não pertencentes ao estamento senhorial”, as provas eram mais simples e os custos mais baixos. A reforma no ensino “era corolário da obra saquarema: a condição para a formação da opinião pública, essencial ao verdadeiro regime representativo, era a educação do povo e a civilização da elite” (Alonso, 2002: 86).

A atuação do Gabinete Rio Branco, que realizou muitas propostas do programa liberal¹⁹, foi orientada pelas transformações econômicas do período, dentre as preocupações, estava a necessidade de formar cidadãos capazes de atender às demandas geradas pela nova ordem econômica, tratava-se de qualificar a mão-de-obra livre. Entretanto, o esforço para aprovar a Lei do Ventre Livre, as polêmicas e cisões partidárias que acompanharam a aprovação, impediu que os projetos seguintes fossem mais ousados (Holanda, 1985). Assim, o Gabinete Conservador implementou uma modernização incompleta, pois, se de um lado houve avanços na incorporação “econômica” da sociedade do período, de outro não se alterou os mecanismos de participação política. O sistema político continuou restritivo, as reformas políticas permaneciam em aberto.

As transformações sociais, estimuladas pela “modernização conservadora”, acabariam por produzir novas demandas políticas e econômicas. As camadas médias urbanas, que começavam a se constituir, demandavam por mais ofertas de emprego, a incipiente indústria requeria políticas que a fortalecesse e a viabilizasse no país, as regiões econômicas mais dinâmicas – Oeste Paulista –, além de cobrar do governo investimentos à altura das contribuições fiscais, sentiam-se sufocadas pela estrutura administrativa imperial, que dificultava e limitava a livre iniciativa.

A lentidão das decisões governamentais, incapazes de responder às novas necessidades, nas últimas décadas da monarquia, deve ser entendida a partir das mudanças estruturais que atingiram a classe política dirigente. Os setores agrários, amplamente representados no Congresso, ao defender seus interesses de classe, já economicamente decadentes, impediam a implementação de políticas mais audaciosas que satisfizessem os interesses de setores mais dinâmicos da sociedade (Viotti da Costa, 1999).

As regiões Nordeste e do Vale do Paraíba, que já haviam sido prósperas produtoras, viviam um momento de decadência ou estagnação econômica, causada primeiro pela queda na produtividade e, como consequência, agravada pela falta de condições para se adaptar ao trabalho livre. A manutenção da atividade produtiva nestas regiões dependia do

¹⁹ As reformas implementadas pelo Gabinete Rio Branco deixam, a partir de então, pouco espaço de atuação para o Partido Liberal.

auxílio do governo central e do trabalho escravo. Dessa forma, o endividamento dos fazendeiros – devido à baixa produtividade – e a necessidade de empréstimos e da manutenção da mão-de-obra escrava, contribuíram para que eles compusessem um núcleo coeso de apoio à monarquia²⁰.

Assim, o descompasso entre poder político e poder econômico, que outrora andaram juntos, colocava-se como um grave problema à manutenção do regime. Os cafeicultores de São Paulo, por exemplo, já não eram mais um grupo homogêneo, eles estavam divididos em dois grupos: fazendeiros do Oeste Paulista e fazendeiros do Vale do Paraíba, os primeiros ligados aos setores mais progressistas, passavam a deter o poder econômico, mas não o político; os segundos, ligados aos setores mais tradicionais, detinham o poder político e não mais o econômico. A política imperial, conduzida então por setores mais tradicionais, funcionava como mecanismo de manutenção de interesses para uma classe bem definida, porém, ao assegurar muitos de seus interesses, os setores mais tradicionais acabaram contribuindo ainda mais para a fragilidade da monarquia²¹.

Esse descompasso entre poder econômico e político fortalece o movimento republicano na província de São Paulo; a forte adesão dos cafeicultores do Oeste Paulista ao Partido Republicano Paulista (PRP), que se constitui na Convenção Republicana de 1873, realizada em Itu é prova disso – dos 133 convencionais, 76 se declaravam lavradores, leia-se fazendeiros²². Destaca-se ainda a baixa participação dos fazendeiros do Vale do Paraíba nos quadros do PRP, o que reforça a tensão entre as aspirações de mando dos setores mais dinâmicos e a luta pela manutenção do poder por parte de setores mais tradicionais (Viotti da Costa, 1999). Apesar disso, ao longo da campanha republicana, a província de São Paulo apresentará um efetivo numérico de propagandistas bastante significativo e superior ao das demais províncias envolvidas no movimento, bem como uma maior capacidade de organização (Holanda, 1985).

²⁰ Essa relação explica a adesão imediata de muitos monarquistas ao Partido Republicano após a Abolição da Escravidão – gesto que levaria José do Patrocínio a chamá-los de “Republicanos de 14 de maio”.

²¹ Além da coesão desses grupos mais tradicionais, “as áreas expansivas ou progressivas eram mal representadas nesses postos [de comando], porque o imperador, levado talvez por um obscuro instinto de defesa, parecia temeroso da influência de interesses que, pelo seu natural dinamismo, pudessem comprometer a estabilidade do sistema” (Holanda, 1985: 269).

²² Viotti da Costa justifica a proposta separatista paulista de 1887 a partir do descompasso entre poder econômico e poder político, no entanto, ele já existia desde antes, quando os fazendeiros do Oeste Paulista aderem ao movimento republicano em 1870, conforme evidencia a própria análise da autora. (Viotti da Costa, 1999). Assim, como veremos no capítulo 2, a proposta separatista, que ganha fôlego na província paulista no ano de 1887, desenvolve-se num momento que poderíamos chamar de limite do descompasso.

De um lado, a concentração de poderes políticos e o controle sobre o sistema de distribuição dos recursos públicos pelos dois partidos da ordem permitiam a distribuição de cargos públicos, postos de prestígio, prebendas de vários tipos, para segmentos pertencentes ou intimamente ligados aos conservadores e aos liberais.

De outro, as transformações econômicas, que estimularam a urbanização, jogaram para as cidades parcelas significativas da população que se libertavam da influência direta dos grandes proprietários de terras. A entrada, em proporções cada vez maiores, de imigrantes nas regiões mais dinâmicas alterava a composição social e reduzia a proporção de escravos nessas localidades (Viotti da Costa, 1999). À medida que a concentração populacional se intensificava na região sul do país, alterava-se a distribuição geográfica, que, em contrapartida, não era acompanhada pela redistribuição de poder político, dificultando, assim, a continuidade da tradição governamental. E ainda, as reformas do Gabinete Rio Branco, relacionadas à educação, contribuíram para o aumento da população com acesso ao ensino superior, entretanto, as oportunidades de trabalho permaneciam associadas aos mecanismos de apadrinhamento.

Assim, as transformações advindas do fim do tráfico negreiro e a “modernização conservadora” do início dos anos de 1870 ensejaram a convivência de dois mundos: o primeiro ligado à ordem tradicional, cujos integrantes resistiriam à sua superação; o segundo ligado a uma nova estrutura econômica e social, cujos integrantes estavam apartados do sistema político, mas que dele queriam fazer parte.

Ainda que não fossem essas as intenções das modernizações de Rio Branco, elas contribuíram, em grande parte, para que passasse a existir dentro da ordem imperial uma elite descoberta das vantagens gozadas pela elite tradicional. A primeira, ao almejar tais vantagens, questionaria a existência da monarquia, enquanto a segunda se agarraria nessa existência para preservar seus benefícios (Alonso, 2002). Para agravar mais a situação, as cisões nos partidos imperiais, frente às propostas reformistas do Gabinete de 1871, revelavam divergências intra-elite tradicional que contribuíam ainda mais para a fragilidade da ordem.

Liberais e Conservadores divergiam em relação aos meios necessários à condução das mudanças dentro da ordem; o fim era o mesmo: manutenção das estruturas de prestígio social e de dominação política. O paradigma a ser trabalhado era o da liberdade-ordem, a ênfase estava em pólos diferentes para cada um. Os liberais defendiam uma incorporação parcial dos novos segmentos no sistema político por meio de reformas jurídico-

políticas capazes de reduzir os entraves à participação. Entre os conservadores, havia aqueles que admitiam “que a ‘reação monárquica’ tinha alcançado certo excesso que ‘sufocava’ a sociedade”, porém, havia aqueles que resistiam às reformas, uma vez que “as formas de organização do sistema jurídico-político e a estrutura da sociedade tinham se arquitetado tão entrelaçadas que a reforma em uma delas não se faria sem a dissolução da outra” (Alonso, 2002:79).

As intervenções dos republicanos confirmariam, por um lado, as conjecturas conservadoras de que a implementação das reformas necessárias significava a dissolução da ordem imperial, mas, por outro, não tinham motivos para preservar uma ordem da qual estavam excluídos. Assim, Quintino Bocaiúva, ao justificar sua opção pela República, esclarece que o problema do Império consistia na ausência de oportunidades aos “homens sem fortuna, desajudados de proteções eficazes, unicamente escudados na inteligência”, com os quais o propagandista se identificava (Bocaiúva *apud* Alonso, 2002:108). Os privilégios existentes no governo monárquico também eram repudiados por Alberto Sales e a ausência deles em um governo republicano atestava a sua superioridade.

Ora, na monarquia, além de existirem *lugares e funções privilegiadas*, que pertencem somente a alguns, com exclusão completa dos outros, há também um poder que se eleva acima da nação; (...) Na República, ao contrário, (...) as funções públicas são acessíveis a todos (CR, 1885: Lição VII, grifo do autor).

1.3 – Idéias novas, preocupações antigas: o repertório da época

Em meio à conjuntura política e às turbulências econômicas e sociais, havia idéias munindo os contestadores da ordem. Os interesses políticos e econômicos pautavam a recorrência a determinadas doutrinas disponíveis, em detrimento de outras. Assim como o processo que levou o Brasil à sua independência política sofreu fortes influências do pensamento político europeu, o momento que precede a passagem do Império à República também é regado por idéias vindas do velho mundo e da América do Norte.

A doutrina liberal, com sua concepção de Estado, que se fez imperativo político na Europa em fins do século XVIII e início do século XIX, modelou o pensamento político daqueles que estiveram à frente do processo de emancipação da colônia portuguesa. “Enquanto na Europa, no início do século XIX, a bandeira do liberalismo era empunhada nas revoltas da burguesia contra o poder absoluto dos reis, do lado de cá do Atlântico os mesmos

princípios serviram de instrumento de luta contra o sistema colonial e a Metrópole” (Guimarães & Prado, 2001:104).

A doutrina liberal européia buscava, por meio de um sistema político adequado, instrumentos capazes de assegurar as liberdades individuais e, sendo assim, tinha como principal objetivo a limitação do poder executivo frente ao poder legislativo, o que acabava por reforçar o princípio representativo – lembrando que o liberalismo, no início, aparece separado da idéia democrática, uma vez que a liberdade e representação políticas eram almejadas pela e para a classe proprietária que não queria mais estar submetida aos desígnios de um governo tirânico (Bobbio, 1994). Essa discussão em torno dos limites dos poderes e de garantias às liberdades individuais foi acompanhada pela elite intelectual e política brasileira, por meio de seus estudos na Europa e depois por meio de produções intelectuais que circularam na colônia.

É nesse contexto que a independência política do país é pensada e, antes de discutir-se os modelos políticos adequados e as dificuldades econômico-sociais da nova nação, os liberais brasileiros envolvem-se numa campanha antitirânica, tomando como base a idéia *madisoniana* de que a tirania consistia na acumulação de todos os poderes, legislativo, executivo e judiciário, nas mesmas mãos, seja de um, de poucos ou de muitos (Barreto & Paim, 1989).

Havia, nesse período precedente à Independência, duas vertentes do pensamento liberal, uma radical e outra mais moderada, considerada conservadora. A primeira assim foi denominada porque defendia o liberalismo como instrumento para expressar o sentimento popular. O seu alcance não descartava a idéia de revolução; mas, devido à fraca tradição intelectual de seus melhores representantes, a vertente radical não conseguiu definir as linhas mestras de seu ideário político. A vertente moderada, que veio a predominar, buscava o novo, mas sem abrir mão do antigo (Barreto & Paim, 1989).

Os principais valores da cultura política do mundo luso-brasileiro eram então definidos. O principal esforço direcionava-se no sentido de introduzir reformas – mais do que patrocinar revoluções. Aceitava-se, portanto, uma monarquia constitucional, em que uma elite de talentos era capaz de orientar a opinião pública; uma liberdade ligada à ordem; e uma igualdade regulamentada pela lei (Guimarães & Prado, 2001:90).

A doutrina liberal aqui desenvolvida e seguida foi revolucionária e conservadora ao mesmo tempo. Revolucionária em relação à emancipação política e à destruição das

instituições políticas tradicionais; e conservadora à medida que preservou a ordem interna vigente. Sendo assim, o tipo de propriedade, o tipo de economia e o tipo de mão-de-obra condicionaram o discurso liberal durante todo o Império. A estrutura preservada, senhorial e escravista, dificultou a implementação de uma ordem liberal. A escravidão, preservada por décadas depois da Independência, seria uma das incongruências mais significativas do liberalismo brasileiro.

As vicissitudes do Segundo Reinado, tratadas anteriormente, trazem novamente à tona a discussão liberal. As fraudes e limitações eleitorais, as ingerências do Poder Moderador, a excessiva centralização política e administrativa e os privilégios da elite tradicional fomentaram os argumentos dos questionadores daquela ordem. As idéias liberais voltariam com força à discussão do período. Entretanto, novas experiências políticas e novas doutrinas enriqueceriam a seara do debate.

As experiências francesa e norte-americana, sobretudo a última, com seu original arcabouço político-institucional, serviam como modelos a serem adaptados e seguidos pelos contestadores da ordem. Além do liberalismo, presente desde outrora, cuja implementação ainda era idealizada – até para muitos dos integrantes do Partido Liberal –, as idéias científicas também viriam a munir os propagandistas engajados na construção de um novo Estado: o Estado Republicano.

O cientificismo da época chegava no novo mundo carregado das idéias de modernidade, progresso e civilização. O método científico, as teorias evolutivas, as técnicas de observação, os estudos sobre raças, emprestados das ciências naturais por aqueles que analisavam fenômenos sociais, tornavam-se capazes de explicar a história político-social do país a partir de mecanismos tidos como inquestionáveis, além disso, tais idéias indicavam caminhos para se engatar a sociedade na modernidade e torná-la civilizada, nos moldes europeus – sempre valorizados nesse cadinho. Tais aspectos das novas idéias funcionavam, em parte, como um verniz capaz de disfarçar o pragmatismo dos agentes que a elas recorriam.

O debate sobre os meios mais adequados para o alcance de um fim à primeira vista comum (construção da República) foi intenso. Havia entre os propagandistas algumas divergências sobre a melhor forma de alcançar e organizar o poder, de estabelecer a relação entre executivo e legislativo. Essas divergências foram alimentadas, em grande parte, pela forma como as doutrinas européias incorporaram-se ao debate político. “Categorias como ‘darwinismo’, ‘positivismo’, ‘spencerianismo’, ‘liberalismo’ sofreram apropriações, redefinições, usos políticos” (Alonso, 2002: 31).

Entre os grupos contestadores, havia os radicais republicanos, cuja atração pelos princípios de igualdade, liberdade e participação se fazia forte. Esse grupo era composto principalmente por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes, estabelecidos na capital do Império. Ainda que suas idéias estivessem no plano da abstração, defendiam a participação popular na queda da monarquia, aos moldes da Revolução de 1789. Embora fossem bastante agressivos em suas atuações, constituíam um grupo pequeno dentro do movimento republicano (Carvalho, 1990).

Na província de São Paulo estava o grupo mais organizado do movimento, formado principalmente por proprietários de terras ligados à produção cafeeira. Sentindo-se sufocados pela centralização monárquica, esses agentes defendiam o modelo americano de república, calcado na definição individualista de “pacto social”, que minimizava a participação popular tanto no advento, quanto no governo republicano; o darwinismo social, absorvido no Brasil via Spencer, influenciava significativamente os integrantes desse movimento. “Para os republicanos de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, três das principais províncias do Império, o federalismo era talvez o aspecto mais importante que buscavam no novo regime” (Carvalho, 1990: 25). O modelo americano, em grande medida vitorioso na Constituição de 1891, atendia aos interesses, sobretudo econômicos, dos proprietários rurais dessa vertente.

Havia ainda um grupo fortemente influenciado pelas idéias positivistas e que, por seguirem fielmente as idéias de Comte, eram chamados de *positivistas ortodoxos*. Eles estavam principalmente na província do Rio de Janeiro, eram professores, estudantes e militares, os últimos seriam ainda responsáveis pelo desdobramento gaúcho do grupo. Defendiam, entre outros aspectos, a abolição da escravidão sem indenização, a independência entre Estado e igreja, acompanhada de liberdade religiosa, e a ditadura republicana, aspecto esse que os diferenciava significativamente dos demais grupos propagandistas. Os *ortodoxos* rejeitavam a existência do parlamento no molde da Constituição Francesa, pois o executivo, em sintonia com a opinião pública, é que devia determinar os rumos da República, enquanto ao legislativo caberiam apenas questões orçamentárias. O ditador estaria comprometido com a ordem material, garantindo, ao mesmo tempo, a liberdade espiritual e moral. Os ortodoxos não integravam o Partido Republicano, opondo-se inclusive a ele, e chegariam a defender a proclamação do Imperador como Ditador Republicano, desde que o princípio da hereditariedade fosse eliminado. Essa medida evitaria mudanças traumáticas das instituições, além de neutralizar a força da “burguesia escravista”, que aderira à propaganda republicana

após a abolição por puro oportunismo. Após a queda da monarquia a influência desse grupo se efetivaria não em nível federal, mas no Estado do Rio Grande do Sul (Bresciani, 1993; Carvalho, 1990).

Se havia de um lado os *ortodoxos*, que aceitavam na íntegra as lições do mestre francês, havia aqueles que aceitavam a metodologia positivista, mas, ao mesmo tempo, rejeitavam suas recomendações políticas, sobretudo a idéia de ditadura republicana. Estes seriam os *positivistas heterodoxos*. Muitos paulistas, que se aglutinavam em torno da bandeira federalista, podem também ser considerados *heterodoxos*. Para eles os aspectos mais importantes da obra de Comte eram o método científico e a visão evolucionista do processo histórico social; assim, se por um lado descartavam a dimensão política da supremacia do executivo, por outro recorriam aos argumentos da evolução dos Três Estados de Comte, segundo a qual a monarquia representava um estágio ultrapassado da evolução humana, limitador do progresso social, progresso esse que só seria plenamente alcançado com a república.

À parte as diferenças entre positivistas, o *Appel aux Conservateurs*, que Comte publica em 1855, inspira tanto *ortodoxos*, quanto *heterodoxos*, uma vez que o autor francês defendia a necessidade de se conciliar o progresso trazido pela Revolução Francesa com a ordem necessária para se chegar a uma outra etapa do desenvolvimento da humanidade (Carvalho, 1990). A ordem, como condição necessária ao processo de transformação político-social que conduziria ao progresso, era o aspecto mais sedutor da obra de Comte para muitos dos atores envolvidos na propaganda republicana.

Muitos daqueles que se apropriaram do método positivista, da lei dos Três Estados, idéias de ordem e de progresso, e, ao mesmo tempo, rejeitaram a idéia de ditadura republicana, combinaram conceitos do autor inglês Hebert Spencer para reforçar o veio liberal de suas propostas. Assim, suas idéias de evolução social, acompanhadas de repúdio à monarquia e à atuação de um déspota iluminado, recheadas de propostas de modernização e amparadas pela defesa de um Estado comprometido com o *laissez faire*, cuja função seria proteger as liberdades individuais, dariam o tom do debate dos *heterodoxos* (Adduci, 1996).

A análise feita até aqui sobre os repertórios disponíveis no momento de convulsão política, econômica e social do Segundo Reinado não se ateve de forma profunda à composição social dos grupos contestadores, às peculiaridades de suas propostas e às formas como as teorias eram apropriadas e adaptadas àquela conjuntura, de modo que orientassem as

suas respectivas ações políticas²³. Entretanto, os grupos contestadores, como já discutido, tinham em comum a condição de “marginalização política” em relação *ao status quo* imperial e a forma como articulavam a crítica, bem como o aspecto que escolhiam como alvo dela, estavam relacionadas ao lugar social que ocupavam e aos anseios que, a partir dele, possuíam. Lembrando que a idéia de marginalização está relacionada ao contexto da ordem imperial, pois os agentes que compunham o movimento eram todos escolarizados, ou seja, faziam parte da elite do país, mas estavam alijados das instituições políticas do Império, sob domínio de conservadores e liberais. Assim, independente das teorias escolhidas, o que estava em jogo era a construção de uma “crítica coletiva” às instituições políticas e à tradição político-intelectual do Império (Alonso, 2002).

Se havia divergências entre positivismo e liberalismo, sobretudo no que diz respeito à forma institucional que a República deveria adotar, havia também proximidades, as quais os *heterodoxos* souberam trabalhar muito bem. Aproximavam-se ao enxergar o Estado como agente garantidor de ordem e responsável por assegurar o livre desenvolvimento da sociedade; responsável ainda em assegurar a rapidez da circulação de pessoas e mercadorias e a liberdade para as transações comerciais e para os fechamentos de contratos. Aproximam-se, mais, ao defender a livre concorrência, como princípio da relação entre capital e trabalho, sem interferência do Estado, portanto (Bresciani, 1993). Nesse sentido, tornava-se possível a construção de uma crítica à ordem imperial, seja por meio de artigos, de manifestos ou de programas, a partir de repertórios sob alguns aspectos conflitantes.

Assim, além da situação comum de “marginalização política”, de contestação à ordem Imperial, de recorrência a determinados repertórios – que orientavam não apenas a produção intelectual dos agentes, mas, sobretudo a atuação política –, havia as idéias liberais estruturando as críticas voltadas às instituições imperiais. Nesse sentido, aquela preocupação em construir um governo antitirânico, nos momentos que seguiram a independência política da colônia portuguesa, voltaria com força ao centro do debate entre os envolvidos na construção de um novo regime.

Entretanto, em fins do Segundo Reinado, a complexidade econômica e social estimularia uma apropriação das teorias liberais que extrapolaria a preocupação centrada na

²³ “Empiricamente, os membros do movimento da geração de 1870 não têm perfil homogêneo; não se prestam à operação de reduzi-los a uma única posição social. O movimento intelectual não representa exclusivamente nem a nova sociedade nem grupos decadentes. Alimenta-se de ambos” (Alonso, 2002: 99) – para um estudo mais aprofundado sobre o movimento de contestação da ordem imperial nos anos de 1870 ver a obra da autora.

limitação e independência dos poderes – até por que a experiência imperial e as críticas advindas dela colocariam essa questão como ponto pacífico no debate do período –, agora as liberdades individuais e as questões referentes à representação política ocupariam também espaço bastante significativo na preocupação dos agentes envolvidos na construção da República. E assim o Estado Republicano aparecia como o único capaz de atender às exigências da modernidade e de estender os direitos civis e políticos àqueles que se sentiam excluídos deles dentro do Estado Monárquico.

1.4 – Cidadania e cidadãos: o reconhecimento dos direitos

Falar do Movimento Republicano que se instaura a partir de 1870 é falar de um movimento composto por fazendeiros, profissionais liberais, jornalistas, estudantes de cursos superiores, professores e oficiais do Exército. Embora haja diferenças significativas entre eles no que se refere às posses, esses agentes tinham em comum, além da “marginalização política” em relação à ordem imperial, o pertencimento à “ilha de letrados” do período (Carvalho, 2003).

Após a Independência Política, os letrados do início do século XIX preocuparam-se com a organização do Estado nos seus aspectos político, administrativo e jurídico. Estava em jogo a unidade política do país que deveria se manter por meio da união das províncias e da ordem social. Em fins do Império os letrados, ao engajaram-se em um movimento cujo objetivo era a construção de um novo Estado, depararam-se com questões relacionadas à redefinição da cidadania.

Como os letrados do fim do Império avaliavam que o exercício pleno dos direitos civis e políticos estava inviabilizado na monarquia, o Estado Republicano aparecia como aquele capaz de respeitar e assegurar tais direitos; de se organizar a partir dos pressupostos liberais; e de fazer valer uma verdadeira vida democrática no país. Entretanto, as expectativas referentes ao novo regime não eram homogêneas entre os grupos, havendo mesmo ideários bem distintos quanto ao papel do Estado em um governo republicano.

Entre os *radicais republicanos*, que defendiam a participação popular na queda da monarquia, os ideais de liberdade, igualdade e participação eram exaltados e defendidos, mas não havia uma concepção clara sobre a forma como essas plataformas seriam implementadas. Idealizavam a queda do regime aos moldes da Revolução Francesa de 1789, mas, caso tentassem uma movimentação nesse sentido, o povo, que saiu às ruas de Paris em

nome da liberdade e igualdade, não se sentiria motivado para sair às ruas do Rio de Janeiro lutando pelos mesmos direitos; a dificuldade de se constituir uma República nos moldes da francesa era reconhecida por eles. Por outro lado, a solução liberal de Estado com funções e limitações bem definidas não lhes era interessante, pois não tinham recursos econômicos e sociais capazes de garantir vantagens em um sistema de competição livre. A importância do Estado estava posta. “Eram contra o regime monárquico, não contra o Estado. O Estado era o meio mais eficaz de conseguirem seus objetivos” (Carvalho, 1998: 95).

Os *positivistas ortodoxos* encontrariam, em parte, uma alternativa para a problemática dos radicais republicanos. O Estado por eles idealizado era composto por um executivo forte e intervencionista, o único capaz de neutralizar os interesses de setores arcaicos, atendendo, ao mesmo tempo, aos interesses das novas classes. Assim, se o objetivo era o progresso na ordem, esse viria de cima, pelas mãos do Estado; caberia ao governo a implementação de políticas de incorporação “ordenada” das novas classes à sociedade moderna. A agitação política do terceiro estado francês aparecia como um importante momento de ruptura, de passagem para um estágio mais avançado da humanidade, entretanto, a partir dela, o objetivo seria dar seqüência ao progresso dentro da ordem – conforme indicava o *Appel aux Conservateurs* de Comte. Dessa forma, os *ortodoxos* recusariam agitações políticas por que o terceiro estado francês já havia ingressado a humanidade na era do progresso, bastava apenas dar continuidade. O Estado tornava-se então o grande provedor das mudanças, um agente do bem comum; era o modelo de Estado paternalista que se estruturava (Bresciani, 1993; Carvalho, 1990).

Se os olhos dos *radicais republicanos* e dos *ortodoxos* estavam voltados para a Europa, o mesmo não se podia dizer dos *republicanos federalistas*. Para eles o modelo norte-americano com a sua organização de poder colocava-se como imperativo. A definição de público como a soma dos interesses individuais justificava a defesa de seus interesses particulares e a descentralização política e administrativa, o *self-government* e o sistema bicameral apresentavam-se como meios para atingi-los. Argumentavam que a descentralização e a prática do *self-government* trariam a liberdade e a igualdade.

A ênfase na necessidade da federação – para que as liberdades fossem asseguradas e ou alcançadas – compunha uma diferença entre os contestadores integrantes da classe média urbana e os proprietários de terra, integrantes da elite econômica do país. Enquanto para os primeiros os principais objetivos a serem alcançados com a República eram a liberdade e a igualdade, acompanhadas para alguns da idéia de ordem/progresso, para os

grandes proprietários das regiões mais dinâmicas do país o principal objetivo era a federação, os demais aspectos apareciam, em parte, como consequência dela. Na verdade, esses senhores preocupavam-se com a criação de um Estado capaz de assegurar seus interesses. Desse modo, a tônica do movimento no Rio de Janeiro era o liberalismo, enquanto em São Paulo era o federalismo (Carvalho: 1998).

De forma geral, os integrantes do movimento de contestação reconheciam seus direitos civis e políticos e identificavam na ordem imperial mecanismos que os violavam. A República era a alternativa para se alcançar a cidadania plena, o tratamento igual. Mas, apesar dos preceitos liberais serem valorizados por muitos dos propagandistas, o que estava em jogo não era a construção de um Estado com funções limitadas e definidas, frente a uma sociedade livre, que se regulava por ela mesma, por meio de suas iniciativas.

O modelo de Estado idealizado por cada grupo tinha certamente mais atribuições e poder que o modelo clássico do Estado Liberal. Para os *radicais republicanos* ele era visto como provedor de oportunidades, empregos públicos e benesses; para os *positivistas ortodoxos* era o estimulador do progresso e o mantenedor da ordem; e para os *federalistas* era a estrutura capaz de garantir e proteger interesses econômicos maiores. A nova ordem era então pensada a partir da dependência em relação ao Estado e não de autonomia perante ele. O Estado desejado, na sua idealização, já estava privatizado. Os interesses públicos e privados estavam entrelaçados e confundidos.

Nesse contexto, seria então mais correto afirmar que o movimento de reivindicação dos direitos civis e políticos, no qual se engajaram os letrados conscientemente marginalizados na ordem imperial a partir de 1870, era na verdade um movimento que reivindicava a *estadania* (Carvalho, 1990). Não se tratava de uma luta pelo reconhecimento amplo de direitos e deveres dos cidadãos, com a finalidade de reduzir o poder do Estado e aumentar a autonomia do indivíduo, o que havia na verdade era o reconhecimento do excludente poder estatal do Império. O problema consistia não na existência desse poder, mas no alcance limitado dele, exclusivo à elite tradicional.

Embora tratassem de um assunto de interesse nacional, os atores envolvidos no movimento de contestação à ordem imperial, ou de defesa dela, estavam restritos às elites do Império – econômica, política e intelectual. Nesse contexto, qual era a participação dos setores mais populares da sociedade no debate? A proposta de resgatar e fortalecer os direitos civis e políticos por meio da República fazia sentido na conjuntura em que o movimento se

desenvolvia? A própria idéia de República, com seus clássicos pré-requisitos, era plausível no Brasil da época?

Apesar do processo de urbanização verificado em meados do Segundo Reinado (Viotti da Costa, 1999), o peso da população urbana era pequeno, o Brasil da época era um país essencialmente rural, com quase 80% da população vivendo em áreas mais isoladas (Carvalho: 1998). O comentário de Visconde de Uruguai sobre a macrocefalia da burocracia do Estado Imperial, que tinha uma cabeça grande estabelecida na corte e braços muito curtos que não alcançavam as municipalidades, denuncia a ausência do Estado pelo interior do país, onde estava a massa da população (*apud* Carvalho, 1998). Desse modo, os habitantes da área rural, na ausência de um poder público capaz de assegurar seus direitos, estavam à mercê dos poderes privados dos senhores de terra.

A idéia de pertencimento a uma nação inexistia frente ao isolamento dos indivíduos e à ausência do Estado em boa parte das localidades; mesmo entre os homens mais esclarecidos do período era comum o sentimento de pertencimento à Província ser mais forte que ao da nação. Ao isolamento social e à ausência da idéia de pertencimento a uma comunidade nacional, somavam-se os elevadíssimos índices de analfabetismo e a profunda desigualdade que se fazia notar por todas as partes – a escravidão e o latifúndio eram as primeiras e mais evidentes das desigualdades e eram, ainda, responsáveis pelo desdobramento delas em tantas outras.

Numa sociedade composta por indivíduos isolados em áreas rurais, dentro de latifúndios, majoritariamente analfabetos, sem acesso à informação e à educação, convivendo com a mão-de-obra escrava, qual o sentido dos direitos civis? Das liberdades individuais? Dos direitos políticos?

De um lado havia o direito à propriedade, do outro o latifúndio; havia a liberdade de ir e vir, de opinião, de escolher o trabalho, de manifestação, de organizar-se, convivendo, lado a lado, com a escravidão e com a dependência econômica do pequeno lavrador. Havia ainda a igualdade perante a lei, a lei que não conseguia entrar no latifúndio, e o direito à justiça, quando os integrantes do judiciário local eram muitas vezes indicados pelos senhores de terra. Como direito político, apesar das restrições, havia o direito ao voto, direito visto por muitos como mercadoria a ser negociada e vendida no dia da eleição; outros tinham medo de exercê-lo diante das violências cometidas nas datas dos pleitos (Carvalho: 2001). A relação com os direitos políticos nada mais eram que desdobramentos da ausência e

desconhecimento dos direitos civis. Não existia o exercício do autogoverno, o exercício de participar de uma vida política – totalmente desconhecida à massa da população.

A estrutura econômica e social, não questionada pelos propagandistas da República, impedia então a tradução e exercício dos direitos civis e políticos para a massa da população. “A República como resultado de um alargamento da esfera pública, que a tornaria institucionalmente permeável à livre manifestação da vontade geral”, sem o questionamento da ordem econômica e social, não se efetivaria no Brasil. Assim, o Estado Republicano só poderia ser como aquele temido por André Rebouças: a República dos *landlords* (Rezende de Carvalho, 2003: 83).

Se a desigualdade impedia a tradução da liberdade e o sentido de direitos e deveres em relação ao Estado, como haveria preocupação com o bem público em uma sociedade onde o privado e o público apareciam confundidos? A ausência de braços estruturados do Estado pelo interior do país impedia a sua apresentação à massa da população e, assim, o poder privado, que não hesitava em dificultar esse contato, tornava-se o responsável pela interface entre Estado e sociedade. Esse contato era então desfigurado e o direito confundido com favor e agrado, o que reforçava o laço de dependência e a necessidade de retribuição do homem livre e pobre ao senhor de terras. Nesse contexto, o voto tornava-se mecanismo de agradecimento pelos “favores” obtidos. “O votante não agia como parte de uma sociedade política, de um partido político, mas como dependente de um chefe local” (Carvalho, 2001: 35).

Assim, se havia entre a elite conscientemente excluída o conhecimento dos direitos civis e políticos e a consciência da necessidade de assegurá-los e ampliá-los, ainda que os mecanismos para isso não descartassem uma relação estreita com o Estado, havia uma ampla maioria, espalhada pelo país, completamente alheia ao assunto. A discussão sobre a importância da cidadania ficaria restrita à *ilha de letrados*, assim como a concepção de bem público, entendida convenientemente por muitos como a soma dos interesses individuais – leia-se interesses dos homens de posses. Os interesses daqueles que não compunham a elite econômica, política e intelectual do período eram simplesmente desconhecidos.

Dessa forma, não havia no Brasil um Terceiro Estado capaz de lutar pelos seus direitos, pelo estabelecimento da igualdade; não haveria um processo revolucionário pela conquista de direitos, que viesse a legitimar futuras manifestações para a ampliação dos mesmos; não havia virtude cívica capaz de vislumbrar um bem comum. O que havia era uma

profunda desigualdade inviabilizando o exercício da liberdade. A semente da República estava lançada, mas sem solo fértil para germinar.

É certo também que o sentimento republicano não estava de modo algum generalizado na consciência das elites – e, muito menos, na consciência das massas (Vianna, 1933: 106).

A República instaurada em 1889 estava ancorada em um arcabouço institucional, tal qual a elite econômica desejava, mas não havia o “espírito republicano” capaz de lhe proporcionar vida²⁴. A desigualdade implicava em falta de liberdade, que por sua vez obstruía a virtude cívica. A continuidade, sob muitos aspectos mais intensa, da privatização do público – Estado a serviço de setores minoritários e economicamente definidos, em detrimento das necessidades da ampla maioria, apartada da política, dos mecanismos de representação e incapaz de se organizar – concretizaria o temor de Rebouças. Era a República dos *landlords* que se instaurava.

Dessa forma, parte da elite que idealizou a República inverteu a ordem das prioridades. Pensou que com seu advento desabrochariam aspectos que na verdade eram as premissas para a sua fecundação. O desencantamento entre criador e criatura não demoraria a aparecer.

²⁴ “Não havia república no Brasil, isto é, não havia sociedade política; não havia ‘repúblicos’, isto é, não havia cidadãos. Os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava, pois a assistência social estava a cargo da Igreja e de particulares” (Carvalho, 2001: 23-24). A participação política durante a Primeira República continuaria bastante restrita, pois, se de um lado cai o critério de renda, a exclusão dos analfabetos desse direito político permanecerá por muito tempo.

Capítulo 2

As tensões da província paulista: o descompasso entre poder econômico e poder político

As mudanças relacionadas ao principal pilar de sustentação da Monarquia resultaram em transformações econômicas que trouxeram à tona as fragilidades do Estado Imperial. Assim, as leis relacionadas à escravidão, que foram implementadas pela ordem imperial, contribuíram para a superação desta. Com a modificação da estrutura produtiva, os diferentes momentos econômicos que cada província vivia geraram demandas divergentes ao poder central num momento em que ele não se encontrava plenamente apto para atendê-las.

A expansão da lavoura cafeeira por São Paulo, contribuindo para que esta se tornasse a província mais próspera do Império, e as conseqüentes necessidades de investimentos advindas da expansão, combinadas com a estrutura centralizadora do Estado Monárquico, despertaram anseios por mais poder político – acompanhado de autonomia política e administrativa. A frustração destes anseios viabilizou a fundação do Partido Republicano Paulista, cuja bandeira federalista não poderia coexistir com a Monarquia.

No ápice do descontentamento com a ordem imperial, surgiu na província de São Paulo o movimento separatista, cujos integrantes republicanos – desacreditados na implementação plena da República Federativa, ou seja, de uma República que agregasse todas as províncias do Império – buscaram no cientificismo coetâneo argumentos capazes de sustentar a separação da província paulista do Império.

2.1 – O minguido quinhão: o orçamento imperial diante das necessidades provinciais

As transformações relacionadas à escravidão implicaram em mudanças na estrutura social, econômica e política do Império. Se a manutenção da escravidão forneceu ao Estado o seu principal fundamento, de modo que a unidade nacional e a ordem fossem asseguradas, as leis, relacionadas a ela e implementadas pela ordem imperial, alteraram significativamente a engrenagem da estrutura econômica e trouxeram à tona as fragilidades desse Estado. Ao ceder às pressões externas, extinguindo o tráfico negreiro, e ao tentar modernizar economicamente o país, liberando o ventre escravo, o Império trincou o seu principal pilar de sustentação. A difícil situação financeira do Império, sobretudo a partir de

1870, o incapacitou ao conserto das trincas abertas. A Lei Áurea aprovada em 1888 seria a derrubada do mais importante pilar de sustentação do Estado Imperial.

Ao ter sua independência política reconhecida pela Inglaterra, o Brasil comprometeu-se em dar cabo ao tráfico de escravos. Entretanto, a dependência econômica da mão-de-obra escrava impossibilitava o cumprimento dos acordos efetivados. Apenas em 1850, quase trinta anos depois da Independência, seria aprovada, por meio da Lei Euzébio de Queiroz, a extinção definitiva do tráfico negreiro. A lei aprovada por uma Câmara Conservadora contou principalmente com o apoio da bancada nordestina, composta por representantes dos interesses agrários do nordeste açucareiro. O empreendimento açucareiro encontrava-se em decadência no período e seus fazendeiros, abarrotados de escravos e endividados com traficantes; a bancada conservadora ligada à economia cafeeira, produto que conquistava mais espaço no mercado externo, posicionou-se contrária à lei²⁵ (Carvalho, 2003).

Com a extinção do tráfico, o problema da substituição do trabalho escravo pelo livre tornou-se forte. Mas, num primeiro momento, as áreas decadentes supriram, em parte, as necessidades de mão-de-obra das regiões prósperas. Com isso, passou a existir um comércio interno de escravos, que saíam das zonas açucareiras para trabalhar nas zonas cafeeiras. O problema dos fazendeiros nordestinos, excesso de escravos e dívidas, estava, num primeiro momento, parcialmente resolvido, bem como o dos cafeicultores do Rio de Janeiro e de São Paulo, que precisavam de mão-de-obra para a lavoura cafeeira em expansão²⁶ (Silva, 1986).

Além de alterar o sistema produtivo nacional, a lei de 1850 contribuiu para que novos investimentos fossem feitos. O capital empregado na negociação de mão-de-obra escrava ficou livre para novas aplicações. Houve um crescimento, ainda que modesto, de indústrias, de comércios e de instituições de crédito no país. A dificuldade para se comprar escravos, devido não só à falta de oferta no mercado, mas, sobretudo, ao alto preço deles, acabou por estimular o aumento no número de trabalhadores livres, o que, conseqüentemente, significou um pequeno incremento no mercado consumidor interno (Viotti da Costa, 1999).

²⁵ Como nos mostra Eduardo Kugelmas, embora os cafeicultores do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais se posicionassem unanimemente em defesa da escravidão, “vai surgindo paulatinamente uma importante diferenciação entre o setor que procura construir uma estratégia para o futuro, através da grande imigração (...), e a cafeicultura mais antiga do Vale do Paraíba, sem condições para efetuar o salto para o trabalho assalariado” (Kugelmas, 1986: 28).

²⁶ Celso Furtado destaca que teria havido também uma migração de escravos de Minas Gerais para as lavouras cafeeiras do Vale do Paraíba (Furtado, 2003).

Assim, a primeira iniciativa para dificultar a manutenção do trabalho escravo trouxe no seu bojo transformações de ordem econômica, mas também sociais, uma vez que a ampliação do trabalho livre e de outras atividades econômicas – que não só aquelas relacionadas à agricultura –, além de contribuírem para a diversificação da economia, promoveram um aumento na urbanização do Império.

A expansão do mercado internacional do café transformou esse produto em carro chefe da economia brasileira por décadas e para dar conta da demanda houve expansão nas áreas de cultivo. Esgotada a possibilidade de cultivo no Vale do Paraíba, o plantio estendeu-se para o Oeste Paulista – isso ocorre ainda na década de 1850. Entretanto, a mão-de-obra escassa do período colocava-se como entrave para o empreendimento agrícola nessa região, que num primeiro momento também contava com o trabalho escravo. As boas condições que essa região de São Paulo apresentava para o cultivo do produto e o crescimento das demandas externas contribuíram para o avanço da cultura cafeeira nas décadas seguintes (Cano, 1977). “A produção paulista de café até o início da década de 1870 representava apenas 16% do total brasileiro, a partir desse momento, ingressa num período de vigorosa expansão, perfazendo em 1875 cerca de um quarto da produção nacional, saltando, dez anos depois, para 40%” (1977: 31).

Frente à expansão da agricultura cafeeira, dois problemas colocavam-se de forma premente aos fazendeiros e à organização político-econômica do Império: mão-de-obra para trabalhar na lavoura e meios de transporte para o escoamento da produção. Subsídios governamentais à imigração e à ampliação da malha ferroviária apareciam aos fazendeiros como soluções ao impasse. Negociações entre eles e o governo central foram feitas de modo a resolver esses entraves.

O Ato Adicional de 1834²⁷ estabelecia que caberiam, preferencialmente, às Províncias as despesas com a imigração. A iniciativa particular do senador Nicolau Pereira de

²⁷ Cabe aqui fazer alguns comentários sobre o Ato Adicional de 1834. Em meio ao tumultuado período regencial (1831-1840), em que ainda havia a sombra de alguns movimentos contra a centralização monárquica, imposta pela Constituição outorgada em 1824, dos quais a Confederação do Equador é o exemplo mais notável, coube a Assembléia Geral de 1832 (que reunia deputados e senadores) discutir a legalidade e a execução dos poderes constitucionais durante a Regência, bem como a relação entre as Províncias e o governo central. No que se refere às províncias, ficou estabelecido no Ato que os Conselhos Gerais das Províncias seriam substituídos pelas Assembléias Provinciais Legislativas e o número de representantes desta casa foi ampliado (São Paulo passou a contar com 36 deputados); os critérios para a eleição desses representantes eram os mesmos usados para a eleição de deputados para a Câmara. A legislatura eleita cumpria um mandato de dois anos e reunia-se durante dois meses, duas vezes ao ano, mas sessões extraordinárias podiam ser convocadas. A partir do Ato, os deputados provinciais, além de legislar sobre as receitas e despesas, empregos municipais, de discutirem regimentos internos e as leis da província, passaram a ter autonomia para nomear os oficiais da Fazenda e da Justiça – autonomia suprimida com a Interpretação Constitucional de 1840, “que significou um retrocesso para a

Campos Vergueiro com Colônias de Parceria ocorre já em fins da década de 1840 e a partir de 1850 o governo provincial de São Paulo recebe pedidos de auxílio financeiro para os gastos com as viagens de imigrantes europeus para o Brasil. Em 1856 é aprovada a lei que transfere ao governo provincial a responsabilidade de arcar com pelo menos parte dessas despesas. Entretanto, a pouca habilidade de fazendeiros para lidar com essa nova estrutura de produção os conduz, nesse momento, a achar que os colonos são pouco afeitos ao trabalho – mais tarde haveria esforços para desfazer “infundados e caluniosos boatos” (Cano, 1977).

A partir de 1870, o problema de escassez de mão-de-obra agrava-se. A expansão da lavoura pelo Oeste Paulista demandava braços, sobretudo, para a colheita e eles não existiam no país, pois, além dos vínculos pessoais que prendiam o roceiro ou o caboclo ao dono da terra e do fato da economia de subsistência estar muito dispersa pelo país (o que dificultava o recrutamento), a única região que apresentava trabalhadores em condições de aproveitamento era a nordeste. Entretanto, “essa população foi atraída pela expansão crescente da exploração da borracha na Amazônia. Paralelamente ao desenvolvimento da demanda de mão-de-obra na zona do café, cresceu também a demanda na região da borracha” (Holanda, 1969: 307). Assim, a recorrência ao braço imigrante, como única alternativa vislumbrada ao impasse, volta ao centro do debate, mas os altos custos de transporte colocavam-se ainda como o principal empecilho. Por meio de decreto imperial definiu-se a parceria entre governo imperial, governo provincial e particulares na negociação da vinda de imigrantes europeus. Com esse acordo, os custos foram reduzidos e os governos, sobretudo o provincial, empenharam-se na entrada de trabalhadores livres para a lavoura cafeeira. “A solução veio em 1870, quando o governo imperial passou a encarregar-se dos gastos do transporte dos imigrantes que deveriam servir à lavoura cafeeira” (Furtado, 2003: 133).

Entretanto, a solução encontrada não passaria ilesa de críticas, que, sob muitos aspectos, dificultaram sua plena implementação. Na província de São Paulo ocorreram embates na Assembléia entre os fazendeiros imigrantistas e os escravistas, que se

autonomia das províncias, restringindo a sua capacidade de nomear funcionários, bem como sua capacidade legislativa e sua influência sobre autoridades judiciárias locais” (Peixoto, 2005: 20). Ainda que o Ato Adicional de 1834 seja frequentemente mencionado como uma importante medida de descentralização do Império, ele não alterou as regras para a nomeação dos chefes do executivo provincial (presidente de província), que permanecia sob influência direta do poder central. Além disso, a influência do presidente de província não pode ser desconsiderada, uma vez que, “o poder de veto de tais presidentes, determinados pelo centro, se sobrepunha às deliberações das Assembléias, (...) (apenas com dois terços elas poderiam derrubar um veto, mas todas as suas leis e resoluções tinham que se submeter à análise de constitucionalidade feita pelas autoridades centrais). Em suma: a descentralização promovida pelo Ato Adicional foi limitada já em sua origem” (Peixoto, 2005: 16).

posicionavam contrários ao incentivo²⁸; o governo Imperial enfrentou duras críticas dos segmentos agrários das regiões decadentes, sobretudo do nordeste açucareiro, que o acusavam de privilegiar algumas regiões em detrimento de outras. (Carvalho, 2003).

Se o problema de escassez de mão-de-obra estava parcialmente resolvido, faltava ainda solucionar a questão do escoamento da produção. À medida que o cultivo avançava pelo interior, o transporte tradicional por meio de tropas muares tornava-se inviável, pois, além da distância em relação ao porto, ele encarecia bastante o processo produtivo; a alternativa era expandir a malha ferroviária. Assim, “companhias construíram estrada de ferro para, a partir de São Paulo, servir todo o planalto. Essas companhias – entre as quais destacaram-se a Paulista, a Sorocabana e a Mogiana – foram organizadas pelo capital cafeeiro brasileiro. Seus principais acionistas eram os próprios grandes fazendeiros” (Silva, 1986: 51). A construção de ferrovias ocorria via empréstimo junto às Instituições de Crédito externas, sobretudo inglesas, e cabia ao governo central a garantia de juros da transação efetuada.

Se, aparentemente, os principais problemas relativos à economia cafeeira estavam resolvidos, a situação financeira do Império não lhe permitia atender a contento às demandas, não apenas do Oeste Paulista, mas de todas as províncias. Ao mesmo tempo em que havia regiões prósperas demandando a atenção do governo imperial, havia regiões estagnadas e decadentes solicitando também o seu auxílio. O poder central, ao fazer concessões às áreas mais dinâmicas, era acusado pelos setores mais tradicionais em decadência de estar privilegiando setores específicos em detrimento de outros; e, ao atender às necessidades das áreas economicamente decadentes, era acusado de sacrificar as regiões mais pujantes em nome de setores econômicos decadentes ou estagnados²⁹.

Para se compreender a difícil travessia do Império a partir de 1870, que culminaria no seu fim, é necessário ter em mente, para além das questões já discutidas anteriormente, a saúde das finanças imperiais no período. As dificuldades que o Império enfrentava para ampliar a sua base de arrecadação eram grandes, pois, de um lado esbarrava na resistência dos fazendeiros à taxaço de suas riquezas e do outro na manutenção da escravidão, que reduzia significativamente a sua base contribuinte³⁰ (Costa, 1994).

²⁸ “Os representantes do Vale na Assembléia Provincial tendiam a resistir às medidas destinadas a favorecer a imigração e/ou limitar o tráfico inter-provincial de escravos” (Kugelmas, 1986: 28).

²⁹ Segundo Holanda, as regiões prósperas compreendiam o Oeste Paulista; as estagnadas, o Vale do Paraíba; e as decadentes, o Nordeste (Holanda, 1969).

³⁰ “A vértebra social do Império era o fazendeiro. Evitava-se sistematicamente fazer de sua riqueza objeto de taxaço. A classe comercial era fraca; as classes industrial e operária eram quase inexistentes; o escravo não era um sujeito econômico, mas um objeto. As necessidades financeiras do Estado podiam apenas ser cobertas pela

De outro, de modo a agravar ainda mais as finanças imperiais, os seis anos de Guerra contra o Paraguai (1864-1870) sangrariam os cofres da nação. A dívida externa do país cresce enormemente nesse período. Os gastos com a Guerra limitaram a capacidade do Estado de atender aos interesses divergentes postos em jogo. O impacto negativo da Guerra nas finanças nacionais fica evidenciado na fala do cônsul britânico que examinou as contas do governo anos mais tarde:

Causa tristeza lembrar que a guerra do Paraguai custou ao Brasil uma soma estimada em £ 41,000,000, £ 45,000,000 ou até £ 60,000,000, assim como 170.000 vidas. O Brasil nunca conseguiu pagar por ela, no sentido em que todos os anos desde então tem havido um déficit representando os juros das dívidas contraídas, não havendo sinal de que esse déficit possa desaparecer. Por exemplo, o déficit médio entre 1873 e 1883 foi de £ 2,800,000, o que significa mais de um quarto da receita pública (*apud* Costa, 1994: 29-30).

Em meio à turbulência financeira enfrentada pelo Estado Imperial, a Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871, adicionou ressentimentos à já melindrada relação entre poder central e as elites econômicas regionais. A Lei indicava que o fim da escravidão tornava-se irreversível. Diante disso, era necessário pensar o trabalho livre como componente indispensável à estrutura econômica do país. Porém, as diferenças econômicas entre as províncias e as necessidades advindas dessas diferenças geravam demandas divergentes exatamente no momento em que o Estado imperial estava menos apto para atendê-las.

Entender esse contexto econômico é fundamental para a compreensão do surgimento de partidos republicanos e, principalmente, de seu fortalecimento a partir de 1870. As diferentes necessidades das regiões do Nordeste, Vale do Paraíba e Oeste Paulista, entre outras, impunham ao governo central sérias dificuldades frente à crise financeira que o sangrava³¹. “O governo central estava submetido a interesses demasiadamente heterogêneos para responder com a necessária prontidão e eficiência aos chamados dos interesses locais” (Furtado, 2003: 122). Assim, com o objetivo de ampliar sua arrecadação, o governo intensificou a centralização fiscal, que contribuiu para o fortalecimento dos movimentos que

taxação indireta, na sua maior parte pelas tarifas de importação, e assim, a alfândega se tornou o centro do sistema fiscal” (Costa, 1994: 7)

³¹ Como viviam momentos econômicos diferentes, o nordeste açucareiro recorria aos empréstimos do governo para que os velhos engenhos fossem transformados em usinas; o Vale do Paraíba, dependente do trabalho escravo e profundamente insatisfeito com a aprovação da Lei do Ventre Livre, pressionava pela manutenção da escravidão; enquanto o Oeste Paulista pressionava por investimentos em ferrovias e auxílio à imigração. (Holanda, 1969; Costa, 1994).

defendiam a descentralização político-administrativa, sobretudo o movimento republicano paulista.

O Ato Adicional de 1834 conferira às províncias a competência de criar impostos para atender às suas despesas, desde que eles não incidissem sobre aqueles de exclusividade imperial – a taxaço de gêneros importados e exportados estava restrita ao fisco do império. A descrição jurídica do Ato Adicional, permitindo que as províncias criassem impostos, mostrava-se vaga e a partir de 1836 passou a vigorar uma lei especificando quais as fontes que serviam como base exclusiva da arrecadação imperial – as fontes que estivessem fora dessa lista poderiam ser taxadas pela província. A lista era grande e praticamente esgotava todas as fontes passíveis de tributação, ou seja, a possibilidade das províncias terem renda própria estava inviabilizada. Conforme aponta Wilma Peres Costa, o detalhamento estabelecido em 1835, e que passou a vigorar a partir de 1836, tornou-se a base da estrutura tributária do Império.

Diante da penúria orçamentária das províncias, imposta pelo aperto da centralização, uma transação votada alguns anos depois do Ato de 1834 tentava compensar o seu déficit crônico por meio de recursos imperiais para cobrir o saldo negativo das finanças provinciais. Apesar da extensiva lista sobre as fontes de tributação exclusivas do governo central e da tentativa de compensar o déficit nas contas das províncias, as dificuldades financeiras em que se encontravam, freqüentemente, abriam espaço para que a centralização fiscal fosse burlada. Assim, era comum as províncias – interpretando conforme os seus interesses as ambigüidades do Ato Adicional – taxarem fontes exclusivas da taxaço imperial. Nos casos em que as irregularidades tributárias chegavam ao conhecimento do poder central e exigiam medidas rígidas, a questão era submetida à instituição que, entre outras atribuições, funcionava como tribunal administrativo, mas “as intervenções do Conselho de Estado, invariavelmente tendiam a privilegiar os interesses do poder central e declarar a ilegalidade dos impostos provinciais particularmente os que incidiam sobre a importação e o comércio interprovincial” (Costa, 1994: 12).

Se por um lado o Conselho de Estado privilegiava os interesses do Império, por outro o governo central combinava severidade e tolerância no seu trato com os interesses provinciais. “A gravidade da falta, a conveniência política e, acima de tudo, a folga e aperto das finanças centrais, determinavam a maior ou menor tolerância para com as reiteradas ilegalidades cometidas pelas assembléias provinciais” (Costa, 1994: 12).

A atuação direta do governo central nas províncias podia ocorrer também de outras formas: socorro às calamidades, construção de ferrovias com garantias de juros e empréstimos. Essas formas de atuação tinham um caráter estratégico de compensar a estrutura tributária centralizada do Império. Assim, segundo Wilma Peres Costa, a folga nas finanças imperiais a partir da década de 1850 permitiu que o Estado atenuasse os impactos negativos da excessiva centralização tributária fazendo concessões de modo a atender aos diferentes interesses regionais. Além das concessões, o saldo das contas centrais permitia que, em alguns casos, o governo fizesse vista grossa às cobranças provinciais indevidas de impostos sobre produtos de taxa exclusiva do Império. Com essa margem de manobra, o poder central mantinha o sistema fiscal do Império centralizado, mas, ao mesmo tempo, conseguia, por meio de concessões estratégicas, suprimir as insatisfações regionais que dele poderiam advir.

Se a folga fiscal até meados do ano de 1860 proporcionava ao Império a capacidade de compor interesses, de modo a minimizar os problemas decorrentes da sua centralização, a partir de 1870 essa capacidade seria drasticamente limitada. As dívidas do tesouro nacional, significativamente engordadas com a Guerra do Paraguai, além de não permitirem que as diferentes necessidades regionais fossem atendidas, impunham ao governo imperial a necessidade de centralizar ainda mais o sistema fiscal do Império, ou seja, aquele recurso de ações pontuais nas províncias e a vista grossa à cobrança provincial indevida de impostos não poderiam mais ocorrer, dada a penúria do orçamento³². Para atender parte das necessidades, o Estado endividava-se ainda mais junto às praças financeiras internacionais, o que piorava a sua situação. Diante disso, estava inviabilizada a atuação satisfatória do governo imperial nas províncias.

A conjunção que se formava, num sistema que centralizava na Corte os recursos fiscais e também o crédito externo e interno, se expressava nas queixas generalizadas e mútuas entre as regiões prósperas e as estagnadas ou decadentes quanto ao favorecimento na distribuição dos recursos escassos. Crescentemente, também, tendiam a focalizar o descontentamento no Rio de Janeiro e na centralização característica do Estado Imperial (Costa, 1994: 31).

³² “A partir da década de 1870 esse mecanismo se tornaria cada vez mais difícil de operar, culminando, em 1883, com a ação do Gabinete Paranaquá no sentido de coibir de forma decisiva os impostos ilegais cobrados pelas províncias. A proibição afetava principalmente as províncias do Nordeste que não podiam, pela decadência da cultura açucareira e da baixa competitividade de seu produto no mercado externo, recorrer aos adicionais sobre a exportação” (Costa, 1994: 23).

Como consequência, é no momento em que se diversificam as necessidades regionais e que o Estado se encontra menos apto para atendê-las, recorrendo ao reforço da centralização fiscal, que os movimentos em defesa da descentralização político-administrativa ganham força. O problema com a adaptação ao trabalho livre, decorrente das diferenças econômicas entre as províncias, fortaleceria a proposta federalista em algumas delas, ou seja, essa proposta enfatizava que deveria caber a cada província encontrar a melhor forma de atender às suas necessidades, só que, para isso, elas deveriam ter autonomia política e administrativa e não estarem à mercê dos interesses do governo central³³. A figura do Presidente de Província, nomeada pelo poder central, catalisava insatisfação e funcionava como prova de que as províncias estavam ao dispor do governo central e sufocadas por ele, já que essa figura não representava os interesses provinciais e sim os centrais, além de, na maioria das vezes, desconhecer a realidade da província que administravam.

Se a Lei do Ventre Livre indicou a iminência do fim da escravidão e com isso trouxe à tona necessidades regionais diferentes, a Abolição da Escravidão em 1888, sem a indenização dos proprietários, significou o golpe fatal no já combalido Estado Imperial. “Os que não se fizeram republicanos tornaram-se indiferentes à sorte da Monarquia, como ficou claro a 15 de novembro de 1889. A Coroa foi esgotando seu crédito de legitimidade perante os fazendeiros ao ferir seus interesses e o imperador ficou sozinho em 1889, em vivo contraste com sua prematura coroação em 1840” (Carvalho, 2003: 322-323).

O Império não se mostrava mais capaz de processar a heterogeneidade dos interesses nacionais, o governo republicano, com sua organização federativa, apresentava-se então como mais adequado para desempenhar essa tarefa. “A força da pregação federalista advinha particularmente das fissuras que se abriam a partir do momento em que o Estado Imperial iniciou o processo de emancipação da escravidão, datando com isso o destino da instituição que lhe servira contraditoriamente de fundamento” (Costa, 1994: 16).

Entretanto, a República seria herdeira do endividamento imperial e as dificuldades que ele impunha às finanças públicas explica, em parte, as dificuldades que assolaram a consolidação do novo regime.

2.2 – Produto da insatisfação: o Partido Republicano Paulista

³³ Em São Paulo os republicanos, além de cobrarem uma maior retenção na província das rendas geradas, enfatizavam a necessidade das províncias terem autonomia para contrair empréstimos junto às instituições

Diante das transformações vividas pela província de São Paulo a partir de 1870, a sua proeminência política e econômica começa a manifestar-se. A centralização político-administrativa do Império era vista como forte entrave ao seu progresso. Assim, o anseio por autonomia encontraria no movimento republicano solo fértil; nessa província desenvolveu-se o partido republicano mais organizado do movimento e a bandeira federalista levantada por ele aglutinou fazendeiros que, sufocados pela centralização do Império, viam no federalismo a alternativa para o fortalecimento da ascensão econômica de São Paulo e, conseqüentemente, o dos seus negócios.

A baixa representatividade política de São Paulo nas instituições imperiais fortalecia as insatisfações e funcionava aos descontentes como uma evidência do quanto a província, que se tornara a mais rica do Império, era prejudicada pelo atual regime político. José Murilo de Carvalho, em análise sobre o sistema político do Império, mostra que durante o Segundo Reinado houve um predomínio de políticos baianos nos ministérios, fossem eles liberais ou conservadores. A representatividade do Rio de Janeiro variava conforme a “cor partidária dos ministérios”, sendo que o número de ministros dessa província mostrou-se maior nos ministérios conservadores. Já com São Paulo e, sobretudo, Minas Gerais ocorria o inverso, as duas províncias tiveram uma presença mais marcante nos períodos liberais de 1844-48 e 1878-85. Entre os anos de 1868 e 1889, período que marca a proeminência econômica de São Paulo, “a província teria dado 10 ministros em 14 governos, enquanto a Bahia, 20” (Adduci, 1996: 106). A origem provincial dos presidentes dos Conselhos de Ministros (chefes dos Gabinetes) evidencia a preponderância baiana em relação às demais e a fraca presença dos paulistas: “a Presidência do Conselho foi criada em 1847 e 30 presidentes foram escolhidos até o fim do Império. Destes, 11 vieram da Bahia, cinco de Minas Gerais, cinco de Pernambuco, quatro do Rio de Janeiro, dois de São Paulo, dois do Piauí e um de Alagoas” (Carvalho, 2003: 219).

A presença de paulistas no Senado e no Conselho de Estado, durante o Segundo Reinado, também demonstra o descompasso entre o poder econômico e o poder político dessa província. No ano que marcou a queda da Monarquia, o Império tinha 59 senadores e apenas 03 deles eram paulistas, Bahia e Pernambuco contavam com 06 senadores cada, o Rio de Janeiro, com 05 e Minas Gerais, com 10. No Conselho de Estado, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro eram as províncias mais representadas, um propagandista republicano destacaria nos derradeiros anos da monarquia a ausência de paulistas nessa instituição (Adduci, 1996).

financeiras internacionais sem a interferência do poder central (Costa, 1994).

A representação na Câmara dos Deputados era um dos principais focos de crítica dos republicanos. De acordo com a média de representantes para o período entre 1868 e 1889, a província de São Paulo contava com 09 deputados, “ao passo que Pernambuco dispunha de 13, Município da Corte e Rio de Janeiro, 12, Minas Gerais, 20 e a Bahia, 14” (Adduci, 1996: 107). Para piorar a insatisfação paulista com o sistema político do Império, “mesmo na presidência da Província, segundo a norma da época, predominavam os elementos vindos de fora. Dos 71 presidentes que governaram no período monárquico, 43 provinham de outras regiões. Entre 1852 e 1860, por exemplo, apenas um, entre 10 governadores, foi paulista” (Adduci, 1996:107).

José Murilo de Carvalho, em *A construção da Ordem*, valendo-se de dados estatísticos para o início e o final do Segundo Reinado, apresenta dados interessantes sobre o peso médio da participação das principais províncias no que se refere à população, produção de riquezas, número de ministros e de deputados. Em relação à população paulista, teria havido no período um aumento de três pontos percentuais (de 6,51% para 9,66%), já no que se refere à produção de riquezas o aumento teria sido mais significativo, de aproximadamente sete pontos (de 5,83% para 12,53%). Se por um lado os percentuais de população e produção de riquezas apresentam aumento no total geral do país, o mesmo não ocorreu com os de participação política. A partir dos dados mostrados por Carvalho, é possível observar que do início para o fim do Segundo Reinado houve um decréscimo no poder político de São Paulo junto a algumas instituições imperiais. O número de ministros teria caído quase 13 pontos percentuais (de 21,75% para 9,09%) e o número de deputados, cerca de 1 ponto (de 8,57% para 7,20%). A título de curiosidade sobre a representatividade de cada província no fim do Segundo Reinado, nota-se que a província de Pernambuco estava sobre-representada, já que sua população representava 7,19% da total do Império, enquanto essa mesma província representava 10,40% da Câmara do Deputados. São Paulo, e também Minas Gerais, aparecem sobre-representadas no início do Segundo Reinado e sub-representadas no final dele³⁴.

A perda de poder político da província paulista estava ligada à agitação republicana que nela se manifestou a partir de 1870. Temeroso de que a participação política dos paulistas em instituições-chave para a manutenção da Monarquia pudesse contribuir para a desestabilização da ordem, o Imperador teria optado pela neutralização dessa Província no jogo político (Holanda, 1985). A opção imperial, combinada com a prosperidade econômica e

³⁴ Os dados analisados podem ser vistos em: Carvalho, 2003: 135-136.

com o conseqüente sentimento de preterição, alimentaria o movimento republicano que nela se desenvolveu.

Quando foi fundado o Partido Republicano no Rio de Janeiro, em 1870, houve várias manifestações de apoio a ele e núcleos começaram a se formar na província paulista. As idéias republicanas começaram a marcar presença em alguns jornais que circulavam na província³⁵. Os estudantes da Faculdade de Direito, de onde saíam mais tarde lideranças importantes do partido, editavam jornais propagando as idéias³⁶.

Ainda em 1870 é organizado o Clube Republicano na capital paulista, seus integrantes destacam a necessidade de que a autonomia do núcleo local seja preservada (Casalecchi, 1987). Nos dois anos que seguem a constituição do partido no Rio de Janeiro, os paulistas organizam-se e buscam apoio nas municipalidades às idéias republicanas. A ênfase que os republicanos vão dar à necessidade de autonomia local deve ser entendida a partir da estrutura fiscal centralizada do Império, que tolhia completamente a iniciativa local, pois a sua capacidade de gerar renda própria, atendendo às suas necessidades, estava inviabilizada diante do sistema tributário vigente. Nesse sentido, como o partido republicano vai organizar-se em São Paulo no lastro da expansão cafeeira, era necessário dialogar com os interesses dos fazendeiros do café, espalhados em vários municípios do Oeste Paulista. Em 1872, como aponta José Ênio Casalecchi, ao delinearem algumas linhas do partido em gestação, os paulistas destacam ainda que o Partido Republicano Paulista estaria comprometido com as idéias democráticas e com o regime federativo, entretanto, conservaria a sua independência e autonomia em relação ao núcleo estabelecido na capital do Império.

Em 1873 ocorre a Convenção de Itu que deu origem ao Partido Republicano Paulista (PRP). Os integrantes do novo partido, na sua ampla maioria homens de posses, entenderam que era necessário associar-se em torno de uma sigla para fortalecerem-se e enfrentarem a ordem imperial, que se impunha como forte entrave aos negócios da província.

A vanguarda do movimento republicano era composta de lavradores (proprietários) e capitalistas e caminhava para esse ideário que lhes

³⁵ A princípio os jornais *A Gazeta de Campinas* e *O Correio Paulistano* abriram importante espaço para que as idéias republicanas circulassem em São Paulo, mas pouco a pouco *O Correio Paulistano* foi se tornando monarquista. Mais tarde (1884) alguns republicanos se juntariam e fundariam *A Província de São Paulo* que, embora não se declarasse republicana, seria um importante veículo para a divulgação destes preceitos, tais como a descentralização, liberdade de ensino, senado eletivo, eleição dos presidentes de província, entre outros.

³⁶ Embora alguns jornais tivessem duração efêmera, como *A propaganda* (1871) e *O Rebate* (1874), *A República* foi um importante veículo, pois, além de ter existido durante praticamente todo o período da agitação republicana, ele circulava em todo o Brasil, especialmente entre estudantes.

favorecia ‘o espírito associativo’, presente na organização partidária e na luta pela autonomia, proposta pelo federalismo. Todos os encontros partidários de 1874 a 1889, menos concorridos que o de Itu, mantêm a mesma característica quanto à sua composição social (Casalecchi, 1987: 50).

Além disso, os homens de posses desta província estavam concentrados na região do Oeste Paulista; “não havia representantes do Vale do Paraíba na Convenção de Itu e o crescimento posterior do PRP deu-se em torno de Campinas, Itu e Piracicaba” (Kugelmas, 1986: 31). Ao lutarem pela federação, pela autonomia política e administrativa das províncias, os paulistas republicanos de posses defendiam seus interesses econômicos que julgavam arranhados, quando não tolhidos, pela ordem imperial. “Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica” (Furtado, 2003:122).

No momento em que o PRP é fundado, o diálogo com a questão da mão-de-obra escrava mostra-se indispensável. Diferentemente do *Manifesto Republicano* de 1870, que não abordava o assunto, os paulistas se viram na necessidade de tratá-lo. Ao optar pela forma menos comprometedora, o PRP fortaleceu a dimensão federalista do seu credo político. O recém fundado partido não podia defender a abolição, pois, se assim o fizesse, enfrentaria a rejeição dos fazendeiros escravocratas (dos quais precisavam aproximar-se) que dependiam desse braço em seus empreendimentos – vale destacar que, nesse momento, muitos dos republicanos eram também proprietários de escravos³⁷. Desse modo, o manifesto do PRP destaca que a questão do trabalho servil é mais social que política, cabendo a todo corpo social, sobretudo à Monarquia, decidir sobre ela.

A questão não nos pertence exclusivamente porque é social e não política: está no domínio da opinião nacional e é de todos os partidos, e dos monarquistas mais do que nossa, porque compete aos que estão na posse do poder, ou aos que pretendem apanhá-lo amanhã, estabelecer os meios do seu desfecho prático (*Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1873* in: Pessoa, 1973: 65).

³⁷ Embora depois de fundada a República Campos Sales tenha sido aclamado como um dos promotores da abolição, ele alforriou seus escravos apenas em 1887, um ano antes da abolição (Boehrer, 1954).

Porém, caso a República se efetivasse antes dessa questão ser satisfatoriamente resolvida pelo Império, os republicanos apresentavam em seu manifesto a seguinte postura frente à questão:

1º – Em respeito ao princípio da união federativa cada província realizará a reforma de acordo com os seus interesses peculiares mais ou menos lentamente, conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo livre.

2º – Em respeito aos direitos adquiridos e para conciliar a propriedade de fato com o princípio da liberdade, a reforma se fará tendo por base a indenização e o resgate (*Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1873* in: Pessoa, 1973: 65).

Esta postura vai ser mantida praticamente até às vésperas da Abolição. Até lá, vai predominar “uma linha ‘neutra’, buscando separar os dois problemas: a república seria o regime do futuro do país e a escravidão era o regime de trabalho do passado, instituído pela monarquia” (Fernandes, 2004: 37). Desta forma, ao encarar a escravidão como uma *questão social*, “não caberia a um partido (...) a tarefa de questionar o regime de trabalho adotado pelo país. Era uma bela forma de escamotear a questão...” (2004: 37).

Eximindo-se de uma postura mais incisiva frente a uma questão polêmica, o que evidenciava sua “preocupação em não perder suas bases de apoio rural em razão do problema da escravidão” (Kugelmas, 1986: 31), o partido atuou de forma bastante coesa e organizada, desde a sua fundação³⁸. A expansão da lavoura cafeeira por várias cidades do interior paulista permitiu que, a partir de uma unidade de interesses, o PRP tivesse uma estrutura vigorosa nessa província. Nos primeiros anos que seguem a sua fundação, o partido recebe adesão de várias cidades, além de contar com o apoio de alguns importantes jornais que circulavam na Província, responsáveis pela divulgação dos seus ideais.

O ano de 1876 marcaria a entrada do PRP na disputa política direta. “Nesse ano, pela primeira vez, o Partido Republicano de São Paulo entrou em campanhas eleitorais, emergindo assim como um importante grupo político. Não permaneceu um mero movimento social ou intelectual” (Boehrer, 1954:83). Entretanto, num primeiro momento, a disputa

³⁸ Como aponta Fernandes, a questão da escravidão extrapolava as siglas partidárias do período. Republicanismo e abolicionismo não necessariamente andavam juntos. Assim, era possível ser republicano e, ao mesmo tempo, adotar uma prática de “protelação da abolição”, ou ainda, ser monarquista e defender o fim dela. “De fato podemos afirmar que, acima dos rótulos partidários, pairava a questão abolicionista, que se sobrepunha às diferenças entre liberais, conservadores e republicanos e colocava-os misturados em campos opostos” (Fernandes, 2004: 39).

política não descartava acordos políticos com os partidos monárquicos. O crescimento, a organização e a estrutura política do PRP, ainda que bastante modesta se comparada a dos partidos da ordem imperial, o colocavam numa posição em que não era possível ignorá-lo. O partido tinha uma relativa importância a ponto de trocar votos com os liberais e conservadores.

“Mais tarde, os republicanos iriam fazer objeções oficialmente a qualquer aliança com os partidos monárquicos, mas esse tempo não chegara ainda. Agora, era parte da política do Partido encorajar acordos” (Boehrer, 1954:84). A eleição de 1878 trouxe prestígio e fôlego em nível nacional ao partido, pois era a primeira vez que um partido republicano conseguia eleger três deputados para a Assembléia Provincial. No entanto, a vitória foi marcada por acordos com o Partido Liberal, que, na segunda eleição, cedia votos aos republicanos onde eles não fariam falta e, em contrapartida, contava com votos republicanos onde eles eram necessários para o embate com os conservadores.

O advento dos liberais ao poder central em 1878 colocou os republicanos em uma situação embaraçosa, pois o gabinete Sinimbu incluía Lafayette Rodrigues Pereira, um dos signatários do *Manifesto Republicano* de 1870. Cabia, então, ao PRP decidir se apoiaria ou faria oposição ao Gabinete Liberal. Entendendo que, sob alguns aspectos, os programas liberais e republicanos aproximavam-se, avaliaram que seria mais profícuo ao partido se opor ao Gabinete, demarcando-se assim as diferenças entre ambos. “De agora em diante, ia desaparecer essa espécie de confusão. Para o futuro, realizar-se-iam mais pactos com os conservadores do que com os liberais, porque a plataforma liberal era mais próxima da republicana e, portanto, mais perigosa, politicamente falando” (Boehrer, 1954:89).

Apesar da opção por uma maior aproximação com os conservadores, a reunião do partido realizada para deliberar sobre a postura do PRP em relação à “questão Lafayette” teve como resultado um manifesto no qual a diferença entre os republicanos e os partidos monárquicos foi reforçada:

Mantendo-nos firmes em nossos postos, esperemos que o ministério se apresente perante as câmaras e exponha suas idéias e medidas governamentais para deliberarmos então se poderemos apoiar as reformas que facilitem a vitória capital do nosso programa, a República Federativa (*apud* Boehrer, 1954: 88).

Se por um lado este manifesto reafirmou o objetivo do partido republicano, por outro contribuiu para que em outras províncias, com exceção do Rio de Janeiro e São Paulo,

alguns “republicanos” retornassem pouco a pouco ao Partido Liberal. Mas, deserções à parte, os acontecimentos de 1878 permitiram que os propósitos do PRP fossem mais bem definidos e diferenciados dos do Partido Liberal.

Nas eleições de 1885, graças às alianças com os conservadores, o PRP novamente marcaria a história do movimento republicano. Pela primeira vez o partido conseguia eleger dois deputados à Câmara (Campos Sales e Prudente de Moraes). Conforme observamos na fala de Prudente de Moraes, apesar dos acordos, os republicanos explicitam a sua neutralidade com os partidos monárquicos e o seu comprometimento com a causa republicana.

Trabalhando para estabelecer e formar a república pela eliminação da monarquia, desde que não aceitamos a revolução como meio, ao menos por enquanto, é nosso dever representar as funções públicas como cooperadores de reformas (...) Portanto, Sr. Presidente, os deputados republicanos não pertencem à maioria nem à oposição governamental, não apóiam nem combatem governos... (Prudente de Moraes *apud* Boehrer, 1954: 104 – grifo nosso).

Em 1886 o acordo entre republicanos e conservadores seria rompido, uma vez que, frente à vitória do Partido Conservador em nível nacional na primeira eleição, ele não precisava fazer acordos com o PRP para o preenchimento das vagas remanescentes em São Paulo que, caso fossem preenchidas pelos liberais, seriam minoritárias. Sem acordos com os conservadores, os republicanos não voltariam mais à Câmara dos Deputados durante o Império. Entretanto, no pleito de 1887 o partido conseguiria um número maior de cadeiras na Assembléia Provincial, em relação à eleição anterior.

O longo trajeto eleitoral percorrido pelos republicanos paulistas durante o Império, trajeto que não descartou conchavos com os partidos monárquicos, apesar de o PRP ter deixado claro desde o início o seu real propósito – reafirmado em momentos políticos delicados e decisivos à sua trajetória –, foi acompanhado pela mesma lógica que norteou a atuação do partido republicano no Rio de Janeiro, embora lá os republicanos não fossem tão coesos como os de São Paulo.

“Atingir a República pela evolução, através da via eleitoral, eis o caminho. A maioria republicana no Parlamento proclamaria, pacífica e legalmente, a República, possibilidade aberta pela Constituição de 1824” (Casalecchi, 1987: 39). Porém, a derrota do PRP, após ruptura com os conservadores na eleição de 1886, evidenciava a dificuldade que os republicanos encontrariam para mudar o regime via atuação parlamentar. Para além dessa

dificuldade, embora o partido paulista fosse relativamente forte na província e apresentasse a melhor organização do movimento, acompanhada de vitórias significativas, os republicanos encontravam dificuldades para unificarem-se em nível nacional. Apesar das tentativas dos republicanos do Rio de Janeiro, apenas em 1887 se constitui o *Partido Republicano Federal*, mas as deliberações do Congresso pouco acrescentaram ao movimento, contudo, as divergências entre as duas correntes existentes dentro do movimento, tornar-se-iam um pouco mais evidentes: a revolucionária, cujo principal nome era Silva Jardim, que apostava na participação popular direta no advento da República, e a evolucionista, liderada por Quintino Bocaiúva, que acreditava no sucesso eleitoral do partido para se chegar a ela³⁹. Se no Rio de Janeiro a vertente revolucionária do movimento, apesar de fraca, fazia barulho, em São Paulo ela praticamente não existia. Além disso,

não eram de pouca monta as divergências essenciais que dividiam os dois maiores focos republicanos, São Paulo e Rio. O Rio se apegava às reivindicações do manifesto de 70, relativas aos direitos e liberdades individuais, à soberania do povo, à verdade democrática. São Paulo dava ênfase ao federalismo, à autonomia provincial, medidas que se vinculavam aos interesses dos grandes proprietários (Casalecchi, 1987: 45).

O ano de 1888 seria bastante agitado para o Partido Republicano Federal e, em particular, para o PRP. No início desse ano vereadores de São Borja enviaram ao governo da província uma petição solicitando que a questão da sucessão do trono fosse discutida em convenção constitucional⁴⁰. Embora o direito à petição fosse garantido pela Constituição, o Conselho de São Borja foi suspenso pelo governo do Rio Grande do Sul. Esse fato fez com que os republicanos de todo o Brasil se levantassem em favor dos vereadores rio-grandenses. O exemplo foi seguido principalmente na Província de São Paulo e algumas municipalidades adotaram o mesmo procedimento. Mas, também nessa província, “os vereadores que votaram a favor da petição foram logo demitidos pelo presidente da província. Na Assembléia Provincial, os republicanos reuniram-se então aos liberais, a fim de passar um voto de censura ao presidente, que era conservador. A votação foi de 17 contra 15 [para os conservadores]”

³⁹ Em *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*, Fernandes analisa a disputa entre estas duas vertentes do movimento republicano, bem como as diferenças entre os seus projetos de governo.

⁴⁰ A questão da sucessão do trono contava com um complicador a mais: o Conde D’Eu. O francês, marido da Princesa Isabel, não agradava nem aos monarquistas – temerosos de sua influência quando a princesa se tornasse Imperatriz – e era alvo de contundentes críticas republicanas, que se faziam freqüentes nos jornais simpáticos à causa.

(Boehrer, 1954: 114). Os republicanos paulistas tripudiaram em cima da “gafe” cometida pelo presidente, já que o direito à petição era assegurado pela Constituição.

Porém, antes que esse episódio de desrespeito à Constituição e ao Legislativo local fosse explorado, antes de construírem uma contundente crítica ao “espião do governo central na província”, de modo a fortalecerem suas críticas e propostas, os republicanos viram-se envolvidos numa questão muito mais importante: a abolição da escravidão.

Os republicanos paulistas, afastando-se da sua posição anterior, chegaram pouco a pouco a apoiar a abolição e essa passou a ser a política oficial do partido em 1887. A mudança estava relacionada ao acirramento do movimento abolicionista pelo país, assim, “o que nos resta exigir e promover é a abolição total da escravidão no Brasil dentro de um período que não exceda a data aniversária e gloriosa da Revolução Francesa”⁴¹ (*Manifesto do Congresso Republicano Federal de 1887* in: Pessoa, 1973: 91).

Como mostra Fernandes, a abolição tornava-se uma questão de tempo e os republicanos, agora organizados em um partido federal, precisavam se posicionar claramente frente à questão. “Não era possível aos republicanos manter a postura ambígua e o silêncio por tanto tempo. Os republicanos corriam o risco de serem surpreendidos pela abolição sem terem assumido claramente uma postura a respeito” (Fernandes, 2004: 40).

Como ao longo de sua trajetória política a sigla abrigou abolicionistas e fazendeiros escravocratas, o PRP conseguiu de certa forma agradar aos dois lados envolvidos na questão. Se, de um lado os abolicionistas viam na postura mais atual do partido um importante “front” de resistência à manutenção do trabalho escravo, os fazendeiros também enxergavam na sigla um núcleo em defesa da propriedade⁴². Essa ambigüidade permitiu ao PRP, manter a sua base abolicionista, e, ao mesmo tempo, engrossar suas fileiras com a adesão de muitos recém ex-proprietários de escravos, despeitados com a Monarquia e esperançosos com República.

Após a Lei Áurea ser decretada, em 13 de maio de 1888, os republicanos paulistas reuniram-se de imediato para discutir as diretrizes do partido. A popularidade que a princesa adquiria com a abolição assustava os republicanos. A questão da sucessão do trono,

⁴¹ Essa postura oficial adotada pelo partido explica o fato de Campos Sales ter libertado seus escravos apenas em 1887 (Boehrer, 1954).

⁴² Havia para “os republicanos de 14 de maio” uma grande e única esperança, a de que um futuro governo republicano indenizasse os ex-proprietários de escravos, já que muitos republicanos foram, por muito tempo, defensores deste procedimento, conforme vemos no próprio manifesto de 1873. Entretanto, após a implantação do novo regime, eles argumentariam que “a questão da indenização era da monarquia e que o novo regime não

uma vez que o Imperador encontrava-se em idade avançada e bastante debilitado, ocuparia o centro da atenção dos correligionários do PRP no Congresso realizado em 26 de maio de 1888.

O caminho trilhado pelo partido, a partir da Abolição, recrudesceria a luta contra o Império, contra a possibilidade de um Terceiro Reinado. O manifesto redigido nesse Congresso deixava explícita essa postura mais agressiva e convocava os republicanos ao revigoramento do Partido contra a ordem imperial. Apesar de reconhecerem e valorizarem a iniciativa da coroa⁴³, destacando que ela atendia a uma demanda levantada pelo PRP, os republicanos enfatizaram nesse documento que a iniciativa da princesa tinha na verdade o objetivo de resgatar sua popularidade, de modo a viabilizar a sucessão da coroa. “Os 50 anos de um reinado meticuloso, estéril e suspeito que se fecha com a libertação dos escravos, idéia vitoriosa por ser de vontade nacional, mas arteiramente realizada para servir na ocasião de pedestal ao trono da nova soberana...” (*Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1888* in: Pessoa, 1973: 97).

Com isso o PRP precisava, mais que nunca, marcar seu território político de enfrentamento à ordem imperial e se afastar dos partidos monárquicos. Se até 13 de maio de 1888 a escravidão esteve no centro da pauta política dos partidos imperiais, com a abolição, o foco voltava-se para a descentralização política e administrativa do Estado. A questão recebeu mais atenção do Partido Liberal. Entretanto, como nos mostra Fábio Peixoto, a posição do partido foi moderada frente aos anseios republicanos, salvo algumas vozes isoladas⁴⁴. O Congresso Liberal de 1889 definiu a posição do partido frente ao assunto.

A respeito da descentralização, o máximo que os liberais conseguiram defender naquele encontro era que os presidentes de província passassem a ser escolhidos pelo imperador a partir de lista tríplice eleita pela população, de quatro em quatro anos (Peixoto, 2005: 66).

poderia arcar com os erros do passado. Dessa maneira, perderam novamente os defensores da indenização que, nos últimos momentos, depositaram no novo regime a esperança do ressarcimento” (Fernandes, 2004: 32).

⁴³ “Fato grandioso na história da humanidade, a declaração soberanamente feita de estar extinta a escravidão no Brasil, é feita em plena paz, no meio de festas, sem lutas fratricidas, sem estímulo à guerra civil, é a afirmação de quanto o tempo, a corrente civilizadora e a influência das idéias liberais e democráticas modificaram os velhos costumes” (*Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1888* in: Pessoa, 1973: 96).

⁴⁴ O autor analisa como a proposta de descentralização político-administrativa e a idéia de federação foram tratadas por liberais como: Tavares Bastos, que voltou sua atenção ao assunto antes mesmo da crise política que assolou o Império a partir de 1870; Joaquim Nabuco, que, já em meio à crise, retomou algumas idéias de Tavares Bastos e apresentou em 1885 à Câmara um projeto de federação para o Brasil, mas sem abrir mão da Monarquia; e Rui Barbosa, que, diferentemente de Nabuco, viria nos derradeiros anos do Império defender a federação com ou, no limite, sem Monarquia, tornando-se um republicano com a queda dela.

Diante do espaço que o tema da descentralização vinha ocupando na pauta política, reforçado pelas propostas separatistas que surgiram em 1887 (como veremos a seguir), o PRP, antevendo a atenção que o Partido Liberal daria ao tema, viu-se na necessidade não só de distanciar-se desse partido, mas principalmente de inviabilizar as propostas que o partido certamente faria. Do Congresso realizado em 26 de maio de 1888 saíria ainda:

O novo gabinete afaga a popularidade com um programa liberal e os liberais procuram ganhar o terreno perdido, apelando para a federação feita pelos meios constitucionais, como se isso fosse possível pela transigência da monarquia até hoje armada de todos os meios de embarçar as reformas mais simples como aquelas que temos pedido durante anos! Não cidadãos! O futuro da pátria não deve sair dos desconjuntados moldes da política das mistificações que consiste nas largas promessas da oposição e nas estreitas concessões do poder. (...) Queremos a República como a solução mais pronta à crise social. Portanto: não podemos receber com simpatia o 3º reinado que não é capaz de corresponder nem às aspirações dos conservadores (*Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1888* in: Pessoa, 1973: 104 – grifo nosso).

O partido, com fileiras engrossadas após a Abolição, tornou-se então muito mais agressivo ao Império e combativo na sua luta pela implementação da República. Entendendo que qualquer aproximação com os partidos da ordem tornava-se muito mais perigosa a partir de então, o partido orientou seus correligionários a votarem sempre contra o partido estabelecido no poder, fosse ele conservador, fosse liberal.

Ao longo dos seus quase vinte anos de atuação contra a ordem imperial, o PRP, que dispunha de “uma rígida organização e centralização cujo êxito se verificou desde o início, em Itu, através dos anos de 1879 a 1889, constituiu, sem dúvida, a grande contribuição do Partido de São Paulo para o republicanismo brasileiro, durante os derradeiros anos da monarquia” (Boehrer, 1954: 119). Entretanto, contrariamente ao que indicavam as duas vertentes constitutivas do movimento republicano, nem a revolução, acompanhada de participação popular, e nem a evolução, alcançada por meio da atuação parlamentar, conduziram a queda da Monarquia e a ascensão da República. Uma “parada militar” dava cabo à ordem imperial em 15 de novembro de 1889.

Apesar de sua organização e força, chegando a controlar cerca de um quarto do eleitorado da província de São Paulo, o sentimento republicano não estava arraigado no seio do povo paulista, ao contrário do que a trajetória do PRP, erroneamente, poderia indicar. “De

fato, para São Paulo, mais do que para o Rio de Janeiro, vale a assertiva de Aristides Lobo de que ‘o povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava’, o que indica o caminho percorrido pelo republicanismo na província até a queda da Monarquia” (Casalecchi, 1987: 34).

Desse modo, cabe indagar a eficiência dos meios utilizados pelo PRP para se tentar chegar à República. A validade da assertiva de Aristides Lobo para a província paulista evidencia a inviabilidade da revolução para o seu advento – meio amplamente rejeitado pelo PRP. Por outro lado, a eficiência da evolução, meio ao qual o partido recorria, pode ser questionada frente à pequena representatividade de São Paulo na Câmara dos Deputados e à dificuldade do partido para eleger representantes para essa casa sem conchavos políticos com os monarquistas. A possibilidade de uma mudança constitucional do regime, por meio de maioria parlamentar, mostrava-se, no mínimo, bastante difícil. Talvez por essa razão os republicanos, sobretudo os paulistas, insissem tanto na necessidade de Presidentes de Província eleitos e não nomeados pelo Imperador, pois, para além do argumento de que as províncias precisavam de legítimos representantes dos seus interesses, eles sabiam do peso decisivo desta figura na eleição para a Câmara dos Deputados⁴⁵.

Apesar disso, é inegável que os homens de posses da província paulista foram hábeis e bem sucedidos na construção de um movimento vitorioso e seriam ainda mais hábeis e mais vitoriosos na condução do regime que se instalava.

2.3 – Da desagregação à agregação: a proposta separatista de Alberto Sales

Como já discutido, a idéia de República Federativa encantou os republicanos paulistas e apareceu a eles como a única solução aceitável e viável aos problemas nacionais, sobretudo aos da província paulista⁴⁶. A necessidade de autonomia política e administrativa

⁴⁵ Os Presidentes de Província eram os grandes responsáveis pelos resultados eleitorais; eram eles que permitiam que o partido escolhido pelo Imperador ganhasse as eleições. “Uma das pragas da monarquia, constantemente denunciada e nunca resolvida: a dos presidentes de província que funcionavam quase unicamente como agentes eleitorais do governo central ou do partido no poder, e que só permaneciam em seu posto enquanto não funcionasse a Assembléia Geral” (Holanda, 1985: 269). Como aponta Fábio Peixoto, a eleição dos presidentes não apresentava ameaça direta à Coroa, a ponto de D. Pedro II ter reagido de forma simpática a uma reforma federativa que lhe foi apresentada em 1889. “Mas, se o imperador aparentemente não se via ameaçado por eventuais mudanças, elas poderiam ser fatais para os dois partidos monárquicos” (Peixoto, 2005: 88-89). Nesse sentido, a manutenção de algumas instituições políticas imperiais permitia a divisão ordenada do poder entre os dois partidos que nasceram e morreram junto com o Segundo Reinado. Se a proposta de lista tríplice apresentada pelo Partido Liberal foi modesta em relação aos anseios republicanos, ela evidenciava a consciência liberal de que a modificação de algumas instituições poderia implicar em significativa perda de poder político.

⁴⁶ No mesmo ano de fundação do PRP, os republicanos desenvolvem um documento intitulado “Bases para a Constituição do Estado de São Paulo”. Como aponta Eduardo Kugelmas “a elaboração de um documento desta natureza é um precioso indicador da agenda, da ordem de prioridades dos republicanos paulistas; não se discute

tomaria dimensões mais exaltadas e polêmicas no início de 1887. Esse ano é marcado por intensos debates e propagandas das idéias separatistas. O movimento separatista, na verdade, era sintomático do desenvolvimento paulista.

O ideário separatista encontrou abrigo em São Paulo devido, sobretudo, ao forte sentimento de que a centralização monárquica colocava-se como entrave ao seu “progresso”. “As idéias separatistas indicavam, antes de tudo, a força do federalismo no ideário republicano, especialmente naquelas províncias onde as condições de maior prosperidade econômica faziam com que a presença de um centro usurpador fosse sentida com maior vigor” (Casalecchi, 1987:43).

Desse modo, tornava-se necessário pensar uma alternativa para a província a partir da sua própria realidade e independente da ação política das demais. Como nos mostra Cássia Adduci⁴⁷, todos os propagandistas dessa idéia trataram da questão da contribuição financeira de São Paulo ao governo central e do retorno de investimentos obtido deste. Além disso, todos, em maior ou menor grau, atrelaram o separatismo à idéia de evolução e progresso. A trajetória da província paulista, da forma como a entendiam, estabelecia, na chave do progresso, um diálogo estreito com as principais idéias científicas do período.

Entretanto, se a dimensão econômica e a recorrência ao cientificismo eram comuns entre os principais propagandistas do separatismo, havia uma significativa diferença entre eles. “O federalismo – eixo da discussão entre centralização e descentralização – foi tema chave das exposições. *Feps* [Francisco Eugênio Pacheco e Silva] e J. F. de Barros explicitamente rejeitavam a idéia de uma posterior federação. Para Alberto Sales e Martim Francisco, ela constituiria o objetivo final que, para ser atingido, deveria passar pelo separatismo. Na verdade, porém, todos trabalhavam com a idéia de uma federação excludente. Maior ou menor, a ‘pátria paulista’ não reincorporaria todas as ex-províncias do Império”⁴⁸ (Adduci, 1996: 138 – grifo da autora).

Dentre os principais propagandistas do separatismo, como indica ainda Adduci, Alberto Sales foi aquele que apresentou “a obra mais teoricamente desenvolvida” sobre o

primeiramente as características do que seria a reorganização política do país como um todo, mas sim a organização interna de um futuro Estado cuja existência dependeria de uma mudança ainda não definida. Pode-se daí inferir que o republicanismo foi função das reivindicações descentralizadoras e que estas constituem a verdadeira tônica do movimento” (1986: 30).

⁴⁷ Em A “*Pátria Paulista*”: o separatismo como resposta à crise final do Império brasileiro, Adduci apresenta uma discussão detalhada sobre as propostas separatistas que agitaram a província paulista em 1887.

⁴⁸ Cabe, entretanto, destacar que Adduci não avalia o movimento separatista paulista como estritamente republicano, pois, apesar de três dos seus quatro principais propagandistas serem republicanos, Martim Francisco

assunto. Seu objetivo era explicar “cientificamente” o sentido, a validade e as vantagens práticas do separatismo à Província de São Paulo, idéia que não viria recebendo a merecida atenção da imprensa, além de ter sido rejeitada pelo PRP como sua política oficial.

O separatismo começou a marcar presença significativa na imprensa paulista em fevereiro de 1887 – os jornais *A Província de São Paulo* e, sobretudo, o *Diário Popular* foram os que mais o abrigou (Adduci, 1996). O corte de verbas para a segurança pública da província, sob argumentação de que ela possuía condições financeiras para se sustentar, ao que tudo indica, funcionou como o detonador das insatisfações há tempo cultivadas⁴⁹.

Devido à recorrência do tema nos jornais simpáticos à idéia republicana, o PRP resolveu discutir o assunto na sua convenção de maio de 1887. A postura adotada pelo partido, frente ao tema, foi bastante semelhante àquela adotada frente à escravidão: contemporização. Nesse sentido, o partido rejeitava o separatismo como linha de sua política oficial, pois temia que com isso atrairia a rejeição de outras províncias, mas, deixava claro que os republicanos, individualmente, tinham liberdade para integrar o movimento e divulgar tais idéias (Bohrer, 1954).

Pouco tempo depois da decisão tomada pelo PRP, Alberto Sales, republicano bastante comprometido em divulgar as idéias do partido na província, publicou *A Pátria Paulista*. A obra está dividida em três partes: (I) Separatismo em face da ciência; (II) Vantagens práticas do separatismo; (III) e Confronto do separatismo com a nacionalidade. O caráter cientificista desse seu trabalho tinha por objetivo apresentar, a partir das leis do progresso e do processo de evolução social, a inevitabilidade do separatismo.

Partindo de uma discussão sobre as leis do progresso em biologia, Alberto Sales ressalta que o problema a ser tratado é político e está intimamente ligado à lei do progresso social. Na opinião do autor, a marcha do desenvolvimento nos organismos sociais era a mesma que acompanhava os organismos biológicos.

Já de início, Sales faz um apontamento em relação ao progresso em biologia que vai ao encontro da sua idéia sobre a federação que se formaria após o separatismo, “a evolução dos organismos não comporta somente uma separação de partes, mas também a união de certas partes. Além da desagregação, há uma agregação” (PP: 17 – grifo nosso).

não pode ser qualificado como tal; para entender o posicionamento político desse propagandista ver a dissertação da autora.

⁴⁹ Um artigo publicado n’*A Província de São Paulo* em 08/02/1887 evidencia o descontentamento com o corte de verbas e usa essa decisão do governo central como argumento para fortalecer as idéias separatistas (Adduci, 1996). Alberto Sales, em *A Pátria Paulista*, também recorre a essa decisão do governo central para criticar a Monarquia e para propagar as idéias separatistas.

Assim, avaliando a inviabilidade de se constituir a República Federativa de uma única vez, com a constituição de todas as províncias em Estados Federativos, Sales propõe a desagregação das partes, que deveria ser iniciada pela Província de São Paulo, para que depois houvesse a agregação, conforme as leis do progresso em biologia apontavam. “É preciso que se note que o separatismo é uma fase (a fase inicial) do processo geral de *evolução*; neste caso é impossível sustentar-se com seriedade que a federação é que deve preceder ao separatismo” (PP: 108 – grifo do autor).

O autor destaca que os separatistas, ao proporem o desmembramento de São Paulo, ativeram-se de forma exagerada à condição econômica próspera da província para justificá-lo e com isso atraíram a antipatia de outras províncias⁵⁰. Nesse sentido, considerando esse argumento frágil e superficial, o autor aponta outros fatores capazes de sustentar, de forma científica, portanto tidos como imparciais e inquestionáveis para ele, a validade da separação.

Costuma-se geralmente dizer que uma sociedade progride, à medida que cresce em riqueza, em poder, em instrução, ou que se desenvolvem a sua indústria, o seu comércio, as suas artes e a sua ciência. Penetremos, porém, um pouco mais fundo, pondo de parte esses fatos aparentes, que são os primeiros a atrair a nossa atenção e veremos que tudo isso nada mais é do que uma consequência natural de uma série ininterrupta de modificações orgânicas (PP: 26).

Se os propagandistas recorriam aos aspectos acima mencionados para justificar o separatismo, Sales faz uma reconstrução histórico-social de São Paulo. Na avaliação do autor somente essa reconstrução seria capaz de explicar o dinamismo econômico da província em fins do século XIX e, mais, seria capaz de diferenciá-la das demais.

Caudatário das teorias raciais de seu tempo, Sales, debruçando-se sobre o período colonial, busca “nas raças” que teriam povoado as regiões do Brasil um importante referencial para diferenciá-las e agrupá-las em três grandes regiões: o norte, o centro e o sul. Na primeira região teria predominado o sangue indígena; no centro o sangue africano; e no sul o sangue branco. “As populações do norte do Brasil até Pernambuco possuem um cunho *fortemente indígena*; da Bahia até o Rio de Janeiro e Minas Gerais o sangue africano insinuou-se em *larga escala*; desses pontos para o sul as populações apresentam-se menos

⁵⁰ Ao fazer esse comentário, segundo Adduci, Sales estaria dirigindo-se principalmente a Martim Francisco que voltou sua análise quase que exclusivamente à grande diferença econômica existente entre São Paulo e as demais províncias do Império (Adduci, 1996).

mescladas. Eis aí porque São Paulo hoje se tem constituído o centro de um notável desenvolvimento moral e intelectual” (PP: 104 – grifo do autor). As três regiões estariam ainda marcadas por diferenças geográficas: no norte haveria a bacia do Amazonas e a serra das Vertentes; no centro haveria a bacia do São Francisco e a serra do Espinhaço; e ao sul haveria a bacia do Paraná e serra do Mar. O desenho feito pelo separatista tornava evidente para ele a harmonia entre “condicionalismo étnico” e “condicionalismo geográfico”.

Ao traçar esse desenho, e tendo discutido anteriormente a configuração política e social da Europa, Sales esboça aquilo que considera indispensável à constituição da nacionalidade. No velho mundo as nações teriam constituído-se a partir da similaridade lingüística, étnica, religiosa, psicológica e moral dos diversos povos que habitaram o continente europeu; essas similaridades teriam sido combinadas ainda com os caracteres geográficos do continente. Essa combinação explica para ele a formação das várias nações européias e o sentimento de nacionalidade, de pertencimento a um mesmo corpo social que lá se manifestaria.

Nesse sentido, entendendo que a diferenciação étnica traz consigo a diferenciação psicológica, acreditando que a população do sul era mais “evoluída” que a das demais regiões, consequência da fraca miscigenação que nela teria havido, e somando essas diferenças às das três grandes regiões geográficas do Brasil, Sales constrói, a partir daquilo que entende como construção cientificamente embasada, as condições históricas e sociais necessárias e vistas como as mais importantes do separatismo.

O Império, num estreito diálogo com as leis da biologia, corresponderia, então, a uma fase primitiva da evolução; nela as diferentes partes de um organismo estariam juntas e sem funções definidas. Entretanto, numa etapa mais avançada, as partes diferentes do organismo se separariam e se juntariam conforme suas semelhanças, passando a ter funções definidas. Na interpretação de Sales, São Paulo estaria vivendo o momento de passagem da fase primitiva à fase mais avançada, que se efetivaria com o separatismo.

Se a província paulista deveria dar o passo inicial no processo de desagregação política, haveria depois, conforme lhes indicavam as leis da biologia, um processo de agregação. Assim, São Paulo se constituiria, num primeiro momento, como nação independente, mas outras províncias seguiriam o seu exemplo e assim estava posto a compatibilidade entre separatismo e federalismo, uma vez que no processo de agregação seria constituída uma Federação entre as províncias (re)integradas. Entretanto, a nova nação

formada neste processo necessitaria de uniformidade, as diferenças entre as partes componentes do Império não existiriam nessa nova Federação, pois,

Para nós, a federação que se formar, depois da separação de São Paulo, não poderá ser senão sulista. O vale do Paraná será o seu corpo geográfico. É esta a nossa convicção e este o nosso vaticínio. Os relevos orográficos do solo, por um lado, e a constituição étnica da população, por outro, nos impõem aquela convicção. Eis o que representará para nós a Pátria Paulista (PP: 110).

Se a organização político-administrativa sufocava as províncias e não atendia às necessidades das partes, em detrimento dos interesses centrais, com o separatismo, posteriormente seguido pela federação “sulista”, a autonomia política e administrativa seria alcançada e, assim, os novos Estados constituídos poderiam dirigir os seus destinos sem a interferência de um poder alheio às suas necessidades e empenhado em atravancar o seu progresso. Novas instituições seriam criadas e desempenhariam funções condizentes com as demandas das partes; elas estariam comprometidas com o progresso e com o bem-estar do corpo social. Sales destaca ainda que os municípios, esquecidos pelo governo central, “apertados em uma organização acanhada e raquítica”, teriam autonomia e orçamento próprio, podendo decidir o seu próprio destino da forma que melhor lhes conviesse.

Mas, se por um lado Alberto Sales, ao discutir o separatismo, opta por uma amplitude maior ao abordar o assunto, buscando nas ciências naturais argumentos raciais que respaldem a proposta, por outro, mesmo admitindo que do processo de desagregação e agregação se formaria uma “federação sulista”, o autor discute as condições econômicas da província paulista, a exemplo do que outros já teriam feito, e aponta as “vantagens práticas do separatismo”.

Como consequência imediata da separação, São Paulo teria a sua autonomia política e o novo organismo constituído estaria apto a responder às necessidades desse corpo, uma vez que estaria mais adaptado às suas condições de vida. Os poderes executivo, legislativo e judiciário seriam exercidos por órgãos independentes e desempenhados de forma responsável com a “promoção do progresso e do bem-estar geral da nova comunidade”. Com isso, o autor acreditava que haveria um maior interesse pela participação na atividade política. “Em vista mesmo das profundas transformações porque teriam impreterivelmente de passar as suas instituições, era natural que surgisse da parte dos cidadãos da recente nacionalidade um estímulo novo e mais poderoso para as funções políticas e sociais” (PP: 45).

Com essa transformação, o executivo não seria mais exercido pela execrada figura do presidente de província, que se empenhava apenas em defender as prerrogativas do governo imperial, “executando e promovendo unicamente medidas centralizadoras”, e o legislativo, com o estímulo que os cidadãos teriam para participar das funções políticas, seria mais competente para atuar. “Só o separatismo triunfante, trazendo a nossa autonomia política, poderá nos trazer também a nossa autonomia administrativa e com ela a nossa prosperidade, o nosso progresso e o nosso bem-estar geral” (PP: 49).

Dentre as autonomias que passariam a existir, cabe destacar a autonomia do ensino, que estabelece um estreito diálogo com a centralização administrativa imperial. Sales condena o sistema de ensino imperial, pois, os professores, nomeados pelo presidente de província, além de tornarem-se serviçais do governo central, seriam usados por ele como agentes eleitorais, mais comprometidos com a manutenção do Império que com o exercício de suas devidas funções. A exclusividade do governo central em relação ao ensino superior também recebe severas críticas do autor. Frente ao desenvolvimento econômico de São Paulo, Sales considerava indispensável à província instituições que oferecessem os cursos de engenharia e farmácia, mas, ainda que a província tivesse condições de criá-los, o ensino superior não entrava na competência das assembleias legislativas.

O crescimento econômico da província na agricultura, indústria e comércio, combinado com as limitações impostas pela centralização, aparecem ao autor quase como uma evidência de um “heroísmo” paulista. “São Paulo, como é geralmente sabido, não é uma província pobre e que vive das migalhas do orçamento imperial; ao contrário, colocada no pé de prosperidade em que se acha, é hoje incontestavelmente a única que ao governo imperial só dá e não recebe” (PP: 79). Nesse sentido, os investimentos em ferrovias e imigração são atribuídos exclusivamente à iniciativa dos próprios paulistas.

Ora, quando se pensa que tudo isso se tem feito no curto prazo de cerca de vinte anos, sem auxílio nenhum do governo imperial e graças unicamente à iniciativa da província, fica-se realmente tomado de admiração, ao ver que São Paulo, mesmo no regime da despótica centralização do império, tenha conseguido caminhar tanto no desenvolvimento do seu sistema de viação pública (PP: 63 – grifo nosso).

A intenção de Alberto Sales, no capítulo que trata das vantagens do separatismo à província, era mostrar como São Paulo teria plenas condições de sustentar-se sozinha, caso a separação se efetivasse. Na intenção de fortalecer sua proposta, o autor demonstra a força econômica da província comparando o seu orçamento com o de alguns países sul-americanos e europeus, destacando ainda que, só a alfândega de Santos em três meses compensava toda a despesa que o governo geral fazia com os paulistas durante o ano. Um possível problema que a província enfrentaria com a sua desagregação, o povoamento, estaria para ele solucionado com a autonomia conquistada, pois aí, a nova “pátria” poderia investir livremente na imigração européia, o que contribuiria ainda mais para o seu “embranquecimento” e “civilização”. Nas entrelinhas do seu libelo separatista, o autor tenta mostrar que, apesar dos “anéis centralizadores”, a província já vinha se auto-sustentando e, portanto, só haveria vantagens em separar-se.

Mas, diante dos avanços econômicos da província paulista, que teve na expansão do café o seu pólo dinâmico, e da estrutura político-administrativa imperial, cabe indagar se os “anéis centralizadores” eram tão sufocantes como faz crer Alberto Sales. É sabido que o governo imperial caminhava no fio da navalha, pois o seu orçamento era limitado frente às necessidades das províncias, necessidades cada vez mais diversas e divergentes. Porém, ante a centralização imperial, a imigração e o aumento das vias férreas em São Paulo não teriam ocorrido se o poder central não tivesse, no mínimo, permitido a iniciativa dos “homens de posses” desta província⁵¹.

Assim, é evidente que, se por um lado a centralização colocava-se como forte empecilho ao andamento dos negócios paulistas – o que justifica o forte peso dado ao federalismo no movimento republicano que aí se organizou –, por outro, Alberto Sales empenhou-se em exagerar tais empecilhos, de modo que sua proposta separatista fosse sentida como arejamento aos empreendimentos econômicos que na província se desenvolviam. A *Pátria Paulista* foi uma tentativa de apresentar, por meio de uma discussão científicista, que

⁵¹ Segundo Eduardo Kugelmas, havia na verdade uma “integração das elites paulistas”, onde “a unidade de ação em todos os campos vitais para a expansão do grande capital cafeeiro se sobrepunha a quaisquer disputas partidárias” (1986: 34). Isto explicaria o empenho de conservadores e liberais para a construção de estradas de ferro e promoção da imigração, por exemplo. Deste modo, “não temos uma situação em que o PRP tenha um monopólio da representação dos novos interesses; o que ocorre é uma maior liberdade de ação deste partido para dar livre curso às queixas generalizadas sobre a insuficiente atenção do governo imperial aos problemas da região emergente e à sub representação de São Paulo” (1986: 34-35 – grifo nosso). É esta unidade de interesses, em torno do capital cafeeiro, que vai permitir a troca partidária sem traumas na República: conservadores e liberais paulistas passarão, sem delongas, a integrar o PRP.

no contexto em que se insere atribuía-lhe mais credibilidade, uma solução aos famigerados problemas vividos por São Paulo no final do Império.

Como nos indica Adduci, a discussão sobre o separatismo não apresentava um caminho claro sobre a forma como ele se efetivaria. Cabe destacar apenas que, “todos os autores [que trataram do assunto] se preocuparam em afastar a hipótese de um processo violento. Além disto, suas argumentações eram voltadas para uma base de apoio muito restrita. Eles não se dedicaram, efetivamente, a formular uma proposta de mobilização que envolvesse a população como um todo, incluindo outros elementos que não os pertencentes ao grupo dominante da província” (Adduci, 1996: 139). Nesse sentido, os interlocutores de Alberto Sales, em *A Pátria Paulista*, eram os integrantes do PRP e a imprensa republicana⁵² – o autor mostrava-se insatisfeito com a atuação de ambos.

As críticas ao PRP estavam relacionadas à excessiva preocupação eleitoreira do partido e à pouca importância dada, senão a inexistência dela, à doutrina política; “ninguém, em boa consciência, me contestará, se eu disser que, atualmente, nesta província, já não se ocupam mais os chefes políticos do partido republicano, senão de trabalhos meramente eleitoreiros” (PP: 8). Para Sales estaria havendo manifestações espontâneas de simpatia às idéias republicanas e ao separatismo que, em contrapartida, não eram devidamente aproveitadas, uma vez que os chefes políticos, em vez de orientá-las, ocupavam-se com os “alistamentos eleitorais”.

A imprensa teria adotado uma postura “medrosa” diante da causa republicana e, assim, estaria contribuindo muito pouco ao seu advento. Na avaliação do autor o separatismo estaria brotando com pujança “no espírito e no coração” dos paulistas e, diante disso, a imprensa não viria executando a sua devida função no organismo social, a sua “missão evangelizadora” de divulgar as doutrinas políticas do PRP, contribuindo para o alargamento de adeptos da causa republicana e do separatismo.

Mas, antes da imprensa desempenhar um papel satisfatório para a concretização da causa separatista e antes dos correligionários do PRP convencerem-se, como queria Sales, de que ela seria uma alternativa viável aos problemas paulistas, todos se viram envolvidos em uma questão muito maior e de grande impacto para o futuro do movimento republicano: a

⁵² É a esses segmentos sociais que o autor se dirige ao apresentar os propósitos de seu trabalho.

abolição da escravidão. Dessa forma, a Lei Áurea sufocou a discussão separatista na província paulista.

Cabe, no entanto, destacarmos aqui que a base com a qual os republicanos dialogavam, e também os separatistas, restringia-se a grupos muito bem definidos: homens de posses da província e segmentos letrados. Eram principalmente esses segmentos que participavam dos Congressos do partido e é a eles que Alberto Sales se dirige na apresentação de seu trabalho. Nesse sentido, a idéia de progresso da província, que seria dinamizado com o separatismo, está atrelada, sobretudo, ao progresso dos negócios da elite econômica de São Paulo. Assim, ao apresentar a sua noção de bem-comum, Sales, numa concepção elitista, expõe objetivos particulares transvestidos de objetivos gerais e a idéia de prosperidade de alguns transvestida de progresso de todos. Os interesses “comuns” do povo paulista, que para o autor caminhariam ao encontro do separatismo, limitam-se aos interesses de um grupo social definido; os antagonismos existentes no interior da sociedade foram por ele ocultados (Adduci, 1996).

Por fim, tendo em mente que: (I) foi nessa província que se desenvolveu o movimento republicano mais forte e organizado do movimento, consequência dos entraves impostos pela centralização imperial ao seu “progresso” econômico; (II) embora o partido tivesse conquistado um número maior de cadeiras na Assembléia Provincial no pleito de 1887, a ruptura com o Partido Conservador em 1886 evidenciou a sua fraqueza para conquistar cadeiras na Câmara dos Deputados; (III) a necessidade, apontada por Sales, de intensificar o trabalho doutrinário republicano denuncia a fragilidade dessa doutrina entre a população paulista não pertencente a este núcleo.

Estes três fatores combinados mostram que, se por um lado o PRP estava estruturado na província, por outro, os dois caminhos existentes dentro do movimento para se chegar à República estavam obstruídos: evolução e revolução.

Se, nem na província onde o partido era mais forte ele conseguia cadeiras na Câmara sem conchavos com os partidos monárquicos, a idéia de efetivar a República via *evolução* mostrava-se então longínqua. O caminho da *revolução*, além de recusado pelos paulistas, mostrava-se inviável, pois, como mostra Alberto Sales, o sentimento republicano não estava suficientemente maturado na província.

Assim, diante da premência de se resolver os problemas paulistas, é possível indagar se a proposta separatista não foi fruto da descrença de alguns republicanos nos meios trabalhados até então para se construir a República Federativa no Brasil. Nesse sentido, a

discussão sobre o separatismo teria significado o extravasamento dos anseios por autonomia e, a partir da utilização de novos meios, ele teria aparecido a alguns republicanos como mais eficiente para que o fim desejado – autonomia política e administrativa, que por sua vez permitiria o acesso dos homens de posses de São Paulo ao Estado, ao controle desse aparelho conforme seus interesses – fosse alcançado.

Capítulo 3

Da propaganda ao desencanto: Alberto Sales e o movimento republicano paulista

Depois de discutirmos alguns fatores que contribuíram para o fortalecimento do movimento republicano na província paulista, cabe agora o analisarmos sob a ótica do “teórico paulista” do movimento, nas palavras de Boehrer, ou “ideólogo paulista da República”, nas palavras de Luis Washington Vita. Assim, aquela preocupação de Alberto Sales com a doutrina política, apontada em *A Pátria Paulista* (1887), esteve presente em toda a sua atuação política como propagandista.

A sua produção esteve sempre ancorada no cientificismo do período, como já esboçado anteriormente: se o descontentamento político agitava os republicanos paulistas, havia uma visão do dever ser do mundo político estruturada e orientadora da ação política; o porvir da República estava amparado em algumas idéias políticas e científicas disponíveis no período.

São os trabalhos *Política Republicana* (1882) e *Catecismo Republicano* (1885) que nos falam deste porvir. Os trabalhos *Ciência Política* (1891) e *Balanço Político: necessidade de uma reforma constitucional* (1901), ao nos falar do porvir concretizado, evidenciam que o resultado alcançado com a República não respondia plenamente aos anseios expostos nos tempos da propaganda. Era, então, necessário pensar em outras dimensões do mundo político capazes de explicar por que a teoria não se transformou em prática com o advento do novo regime.

Esta necessidade, de repensar aquilo que “não foi” e de buscar caminhos para ser, expõe um envolvimento de um dos principais propagandistas paulista da República que vai além dos interesses econômicos apontados pela literatura. Assim, para Sales, o sucesso da democracia liberal continuava a exigir mudanças, principalmente institucionais, para que o Brasil conseguisse finalmente integrar-se às “nações civilizadas”.

3.1 – O caminho da civilização: o cientificismo como guia

João Alberto Sales, nasceu em 24 de outubro de 1857 na cidade de Campinas. Penúltimo filho de uma numerosa família, cujos negócios estavam ligados à produção cafeeira, Sales vai em 1875 para os Estados Unidos estudar engenharia no *Rensselaer Polytechnic Institute* de Troy, em Nova Iorque, ficando lá por apenas um ano letivo. Apesar de sua curta passagem, a estada do jovem estudante em solo norte-americano é importante para fundamentar suas convicções republicanas – uma vez que em vários momentos de sua

obra o autor faz elogiosas menções às treze ex-colônias inglesas, sobretudo no que diz respeito ao seu arcabouço político-institucional. Como afirma Vita,

de lá viera marcado pelo cientificismo haurido naturalmente em Spencer e em Comte, em Stuart Mill e em Littré. E, de modo especial, convencido da excelência do regime republicano e federalista estadunidense, o que confessará mais tarde, numa conferência pronunciada em Campinas em 1886 (Vita, 1965: 25).

É importante destacar que quando Sales vai para a América do Norte o PRP já estava fundado na província paulista e o seu irmão mais velho, Campos Sales, bastante engajado no movimento que se iniciava, deste modo as idéias republicanas não lhes eram estranhas.

Ao retornar ao Brasil, ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo. Sales divide o banco acadêmico, e também a participação em jornais republicanos⁵³, com Pedro Lessa, Alcides Lima, Ângelo Pinheiro Machado e Julio Mesquita, entre outros. Forma-se em 1882, ano em que publica *Política Republicana*. Sua atividade jurídica foi bem menos intensa que a sua atuação como propagandista, “advogando” em nome da causa republicana. Seja publicando livros, seja artigos em jornais, ou ainda exercendo por curtos períodos atividade docente, Sales sempre priorizou a propaganda republicana e, posteriormente, a reflexão sobre os rumos do novo regime.

As publicações do propagandista sempre estiveram pautadas pelo cientificismo do período, referências àqueles pensadores com os quais ele entrou em contado na sua breve estada nos Estados Unidos são constantes em seu trabalho. Assim, a combinação das idéias de Comte, Spencer, Littré e Stuart Mill nos fornece um bom indicador da sua relação com o positivismo. Se há na bibliografia algumas divergências quanto ao peso desta ciência na obra do autor, há, por outro lado, o consenso de que Sales nunca foi um *positivista ortodoxo*.

Angela Alonso, em estudo aprofundado sobre Luís Pereira Barreto, destaca que em São Paulo os positivistas não agiam e não pensavam de modo coeso; a autora divide os positivistas desta província em três grupos: o primeiro formado por intelectuais dispersos, bacharéis do Largo São Francisco na sua ampla maioria – Alberto Sales estaria ligado a este grupo; o segundo formado por aqueles que teriam sido persuadidos por Miguel Lemos, os

⁵³ No jornalismo acadêmico, Sales participou, como dirigente, da efêmera publicação *O Federalista* de 1880 e também do jornal *A República*, veículo do Clube Republicano Acadêmico fundado em 1876 e que circulou até 1886.

ortodoxos; e o terceiro formado por aqueles que não passaram pela Faculdade de Direito e que não simpatizavam com as idéias do *apostolado positivista*, este grupo comporia a via sociológica do positivismo paulista, a ele estava ligado Luís Pereira Barreto. (Alonso, 1994).

A rejeição ao *positivismo ortodoxo*, cujos principais expoentes eram Miguel Lemos e Teixeira Mendes, estava relacionada, sobretudo, à idéia de *Ditadura Republicana*, defendida por esta vertente. A cisão dos positivistas brasileiros, entre *ortodoxos* e *heterodoxos*, seguia à risca aquela ocorrida na França entre os dois mais importantes discípulos de Comte: Lafitte e Littré. O primeiro aceitava os ensinamentos do filósofo francês na sua totalidade, ou seja, desde os ensinamentos filosóficos até os políticos, incluindo aí a *Religião da Humanidade*. Littré, assim como Stuart Mill, aceitavam apenas a primeira parte das lições de Comte, as doutrinas filosóficas, e rejeitavam os seus ensinamentos religiosos e, principalmente, os políticos. A posição do filósofo francês frente à democracia e a condução dos negócios do Estado são as principais razões da ruptura entre os seus discípulos. Assim, para os *ortodoxos* (Lafitte, Miguel Lemos e Teixeira Mendes):

a democracia é, então, apresentada como uma das ilusões metafísicas condenadas ao desaparecimento; o regime político da humanidade futura deve ser uma ditadura positiva comandada pelos mais sábios. O positivismo tinha deixado de ser uma filosofia social estrito senso para apresentar-se como um projeto político-científico de civilização (Alonso, 1994: 51-52).

À parte as divergências de cunho político entre *ortodoxos* e *heterodoxos*, é importante entender o porquê da influência positivista entre os republicanos e, claro, dentre eles Alberto Sales. Os positivistas comungavam entre si a crença na capacidade da ciência de apresentar as leis que dirigiam os fenômenos sociais e, assim sendo, além de explicar tais fenômenos, ela era capaz de oferecer os instrumentos capazes de intervenção efetiva na realidade. “A ciência é vista como a alavanca do progresso e da civilização e como meio de informar e conformar diagnósticos do atraso brasileiro e construir projetos civilizatórios” (Alonso, 1994: 80).

Além disso, conforme indicava Comte, na sua evolução dos Três Estados, a monarquia representava um estágio ultrapassado da humanidade, pois estaria embasada num plano metafísico, ou seja, os mecanismos racionais, “científicos”, capazes de explicar a sua legitimidade não existiam, em outras palavras, Comte não encontrava na ciência explicações capazes de justificar a validade da hereditariedade e do direito divino. A crítica que o filósofo

francês fazia à monarquia estabelecia um estreito diálogo com as críticas que os republicanos faziam ao Império, sobretudo no que dizia respeito à Carta Constitucional outorgada pelo Imperador em 1824, que representaria os interesses do “déspota” e não do povo, portanto, não podia ser legítima. A República representava para Comte o estágio mais avançado da humanidade, cujo destino era inevitável. O regime republicano seria orientado por mecanismos passíveis de explicação, já que os seus condutores não repousariam sobre o manto metafísico; a capacidade e os méritos, necessários ao ditador republicano, justificariam o seu poder político. Assim, “republicanos sinceros entreviram na nova ciência fundada por Auguste Comte as bases de uma política racional, e pressentiram, em sua coordenação filosófica, o conagraamento definitivo da ordem e do progresso” (Cruz Costa, 1956: 150).

Entretanto, se os *positivistas heterodoxos*, entre os quais estava Alberto Sales, aceitavam o fundamento filosófico de Comte em relação à lei dos Três Estados, a força do liberalismo, presente em solo brasileiro desde os primórdios do Estado Nação, não lhes permitia aceitar a idéia de excessivo poder político nas mãos do executivo, do ditador, diante do qual o legislativo teria modestas atribuições. “A idéia positivista não conseguiria, entretanto, como era de prever, modificar o sentido liberal da época” (Cruz Costa, 1956: 242).

Deste modo, a presença de Littré, Stuart Mill e Spencer nos trabalhos de Sales evidencia o peso do liberalismo na sua produção, já que aqueles autores combinaram o método científico com alguns preceitos filosóficos *comteanos* sem, no entanto, abrir mão do ideal liberal. Dentre estes autores, Spencer é o que marca presença mais forte nos trabalhos do autor paulista.

A produção de Alberto Sales desenvolve-se, então, a partir de dois eixos: num deles está a teoria científica da organização social, caudatária de Comte, mas também de Spencer; no outro há uma teoria prática da ação política, que se desenvolve no esteio de Stuart Mill e de Spencer, do liberalismo, portanto. A ênfase no indivíduo, na competição como base da economia e da política e nas liberdades individuais, recorrentes em Sales, evidenciam o veio liberal de sua produção.

A literatura que investiga as publicações do autor paulista destaca a sua postura liberal, ainda que a nomenclatura nela utilizada para classificar o pensamento do autor sofra algumas alterações. Maria Stella Bresciani faz uma leitura do publicista à luz daquela feita por Antônio Paim; para eles Sales integra o grupo dos *positivistas ilustrados*.

Enfatizando, cada vez mais, o papel eminentemente cultural do positivismo, esse grupo acabaria atribuindo à política uma posição subalterna e privilegiando a mudança dos costumes e da mentalidade, como condição prévia à reforma social (Paim, 1981:3).

Esta leitura de Paim e Bresciani está calcada na freqüente preocupação de Sales com a educação, entendida como o passaporte para o progresso, para a civilização. Mas, se a necessidade da mudança de costumes e da mentalidade, por meio da educação, está presente em Sales, não é possível afirmar que, sobretudo, no período que antecede a Proclamação da República, a preocupação com a política ocupa posição secundária em seu trabalho. Em *Ciência Política* e no *Balanço Político* a preocupação com os costumes e mentalidades da época vai ganhar uma dimensão maior, mas isto ocorre no momento em que a República já está constituída (como veremos adiante). Neste sentido, em *Política Republicana*, *Catecismo Republicano* e *A Pátria Paulista* a dimensão política, a necessidade de libertar-se da ordem monárquica, aparece em primeiro plano, pois só a República Federativa seria capaz de implementar as mudanças necessárias à reforma social, possibilitando o exercício da “cidadania plena”.

Para Bresciani o *Catecismo Republicano* é a “obra de divulgação das idéias de Auguste Comte (...), [e] representa o texto manifesto da facção positivista em suas críticas ao governo monárquico e em sua proposta de República” (Bresciani, 1993: 127). Entretanto, a autora destaca a influência do liberalismo na produção do autor e destaca ainda a mudança de posição do publicista entre os períodos pré e pós República:

a condição de *cidadania plena* para o habitante do Brasil foi projetada em algum ponto futuro do novo tempo que se anunciava. Talvez por só se esboçar como projeção futura, a imagem do cidadão brasileiro fosse frágil o suficiente para fazer com que Alberto Sales, um dos intelectuais de maior projeção do positivismo ilustrado, rapidamente modificasse suas opiniões e assumisse uma postura ortodoxa (Bresciani, 1993: 135 – grifo da autora).

Ainda segundo Bresciani, a combinação entre positivismo e liberalismo feita pelos *heterodoxos* era possível, uma vez que:

o argumento positivista cola-se à concepção liberal de Estado ao definir que este deveria cumprir a função de centro regulador das tendências dispersivas das forças sociais (...). A concordância com os preceitos liberais estende-se à concepção de que a ‘livre concorrência’ deve ser o princípio da relação entre

o capital e o trabalho, sem que haja qualquer espécie de fiscalização por parte do Estado (Bresciani, 1993: 129).

Entretanto, como indica Alonso, a ortodoxia do positivismo não permitiria uma aproximação tão tranqüila assim entre positivismo e liberalismo, o que obrigava Sales a romper a camisa de força positivista e buscar em outras fontes o argumento teórico para seus ideais.

O controle social do mercado por uma ‘ditadura positiva’ (...) era inteiramente rechaçado por Sales. Cedia lugar a uma combinação de teorias herdeiras ou avizinhas do positivismo, mas que recusaram seus corolários políticos. Sales se postava em favor da competição justa, mas com Stuart Mill (...) não via na intervenção do Estado na economia o melhor caminho para assegurá-la. Como o liberalismo imperial, Sales definia as liberdades como *negativas*, como proteção contra o Estado. Caberia salvaguardar os direitos individuais e políticos e a liberdade de iniciativa econômica do arbítrio do Estado (Alonso, 2002: 228 – grifo da autora).

Assim, enquanto Comte e, conseqüentemente, os seus seguidores *ortodoxos* preconizam o emprego de métodos científicos para conduzir os problemas sociais, substituindo as interpretações metafísicas firmadas no “pacto social”, de modo a estabelecer a autoridade e a ordem pública contra os abusos do individualismo liberal, os *heterodoxos* (como Sales) vão buscar, na teoria disponível, argumentos capazes de indicar o caminho para o fortalecimento dos direitos civis e políticos individuais frente ao Estado.

É este aspecto que leva José Murilo de Carvalho a afirmar que para os “federalistas paulistas” o modelo de República ideal era a norte-americana e que lhes era conveniente a “definição individualista do pacto social”, uma vez que “evitava o apelo à ampla participação popular tanto na implantação como no governo da República”, e a definição de público como a soma dos interesses individuais. “A versão do final do século XIX da postura liberal era o darwinismo social, absorvido no Brasil por intermédio de Spencer, o inspirador do principal teórico paulista da República, Alberto Sales” (Carvalho, 1990: 24).

Para entender a forma como a definição individualista do “pacto social”, cujo produto é o contrato social, seduz os republicanos paulistas da vertente positivista *heterodoxa*, é preciso ter em mente que:

o que une a doutrina dos direitos do homem e o contratualismo é a comum concepção individualista da sociedade, a concepção segundo a qual primeiro existe o indivíduo singular com seus interesses e com suas carências, que tomam a forma de direitos em virtude da assunção de uma hipotética lei da natureza, e depois a sociedade, e não vice-versa como sustenta o organicismo em todas as suas formas, segundo o qual a sociedade é anterior aos indivíduos (Bobbio, 2000: 15).

Com isso, o contratualismo, base teórica do Estado Liberal, subverte as relações entre indivíduo e sociedade. Para os organicistas, aos quais Comte recorre para desenvolver sua doutrina, a sociedade seria um fato natural que precederia os indivíduos, ou ainda, conforme a fórmula aristotélica, o todo é anterior as partes. O contratualismo inverte esta concepção, pois, “faz da sociedade não mais um fato natural, a existir independente da vontade dos indivíduos, mas um corpo artificial, criado pelos indivíduos à sua imagem e semelhança e para a satisfação de seus interesses e carências e o mais amplo exercício de seus direitos” (Bobbio, 2000: 15-16). Entretanto, ainda que diferentemente do que aponta Angela Alonso em sua tese, para José Murilo de Carvalho, o anseio paulista por uma República Federativa estava ancorado não nos interesses e carências individuais gerais, mas sim nas carências de um grupo social bem definido, os cafeicultores do Oeste Paulista. Nas palavras do autor:

a principal preocupação dos paulistas não era o governo representativo ou os direitos individuais, mas simplesmente a federação, isto é, a autonomia provincial. Eles pediam o que fora a prática do liberalismo no século XVII na Inglaterra, isto é, não a ausência do governo, mas o governo a serviço dos seus interesses (Carvalho, 2003a: 209).

Se o Estado Liberal encontra no contratualismo o seu fundamento filosófico, são as convulsões sociais dos séculos XVII, na Inglaterra, e XVIII, na França, que vão reforçar a doutrina dos direitos naturais, cuja liberdade é sua tônica e que, para a sua garantia plena, teria se formulado o “pacto social”. “Racionalmente, o Estado liberal é justificado como o resultado de um acordo entre indivíduos inicialmente livres que convencionam estabelecer os vínculos estritamente necessários a uma convivência pacífica e duradoura” (Bobbio, 2000: 14). Os indivíduos abrem então mão de uma ilimitada liberdade natural, desprovida de proteção, para receber em troca uma liberdade amparada no poder coativo do Estado, que se forma no momento do “pacto social”, de modo que a vida em sociedade seja regrada, pacífica e sem sobressaltos. As agitações dos séculos XVII e XVIII, sobretudo as da Revolução

Francesa, são fermentadas pela percepção de que o Estado não é mais cumpridor das cláusulas que teriam motivado a firmação do pacto, ou seja, os indivíduos vêem no ordenamento jurídico estatal mecanismos que violam o cumprimento dos direitos naturais, sobretudo os de liberdade, cujo Estado, por definição, deveria assegurar. Na França do século XVIII, a Monarquia era vista como um regime com lugares privilegiados, onde alguns se faziam mais livres que outros e, deste modo, a República aparece aos revolucionários franceses como o regime não só capaz de assegurar a liberdade nos termos do contrato social, fazendo valer as razões que motivaram o pacto, mas também de garantir uma igualdade respaldada na lei, capaz de fortalecer a liberdade.

Assim, no lado de cá do Atlântico a mescla entre positivismo e liberalismo vai permitir uma “alquímica” combinação. Os republicanos *positivistas heterodoxos*, para os quais os ideais liberais estavam inviabilizados na Monarquia e, conseqüentemente, o exercício pleno da cidadania (frente aos privilégios do regime), vão enxergar na República o ordenamento jurídico capaz de assegurar os direitos do indivíduo e vão articular o cientificismo coetâneo para fortalecer os argumentos em sua defesa. Entretanto, o positivismo, ao afirmar que as Monarquias representavam um momento ultrapassado da humanidade, por estar embasada em princípios metafísicos, nega a formulação do contrato social, enxergando-o como um mito de origem do Estado, portanto, desprovido de comprovações científicas.

Além de apresentar a República como estágio mais avançado, o *Appel aux Conservateurs* de Comte, publicado em 1855, seduzia os *positivistas heterodoxos*, pois nele o filósofo francês reconhecia a importância da Revolução Francesa, cujas agitações, em nome da liberdade e da igualdade, teriam feito cair por terra os direitos metafísicos, ou seja, direitos baseados no direito divino e nos princípios de hereditariedade. A República, cuja legitimidade estaria ancorada em princípios científicos, como a meritocracia, por exemplo, aparecia-lhe como o importante passo dado no processo da evolução histórica. Entretanto, faltavam ainda alguns passos, a passagem para o *Estado Positivo*, organizado sobre a *Ditadura Republicana* e apartado do individualismo liberal metafísico, deveria ocorrer de forma ordenada, já que as convulsões da Revolução Francesa ingressaram a humanidade na era do progresso. Apesar da discordância em relação ao *Estado Positivo*, eram “a ordem e o progresso” que seduziam os *positivistas heterodoxos*.

Entendendo o peso do liberalismo na produção do publicista paulista, Luis Washington Vita apresenta Sales como um liberal influenciado pelo positivismo. “Ao

positivismo ‘epocal’ está vinculado o pensamento de Alberto Sales, jamais se filiando à ‘ortodoxia comteana’ por duas razões principais: seu espírito irreligioso e seu absoluto liberalismo” (Vita, 1965: 50). Vita destaca que a formação intelectual do publicista encontrou no positivismo o seu principal fundamento e que aquela se insere no cientificismo da época, porém, “sem nenhum vínculo com o positivismo político-social, integrando mais na *etapa* do que propriamente no *movimento* positivista...” (Vita, 1965: 49 – grifo do autor).

Desse modo, o que se vê na produção dos republicanos *positivistas heterodoxos* de um modo geral e, em particular, na de Alberto Sales é um interessante arranjo teórico que congrega doutrinas conflitantes, mas que, ao mesmo tempo, fornecem o cabedal necessário para que a ação política seja estruturada e organizada a partir de um arcabouço teórico entendido como sólido. E mais ainda, ao positivismo estava reservado um importante palco não só no Brasil, mas na América Latina, onde a platéia ilustrada mostrava-se seduzida pela possibilidade de que todas as nações fossem inseridas na marcha da civilização. Ele apresentava-se como o instrumento capaz de transformar as respectivas malogradas histórias nacionais e de engatá-las à história universal. (Alonso, 1994).

É sobre a luz das interpretações sobre a produção de Alberto Sales, aqui discutidas, que nos aventuraremos talvez em mais uma delas. Assim, entendendo o forte veio liberal do republicano *positivista heterodoxo*, como afirma Vita, mas, entendendo também que ele se aproximou da *ortodoxia positivista* no período posterior à Proclamação da República, como indica Bresciani, e considerando o esteio teórico de sua propaganda, investigaremos o estofo liberal de seu trabalho. Seria este à moda inglesa do século XVII, tendo em mente a análise de José Murilo de Carvalho, ou seria mais à moda inglesa do século XIX, tendo em mente as considerações de Angela Alonso?

3.2 – Uniformizando a ação: a República ideal

Na intenção de que a “bandeira política” republicana fosse a mesma em toda a parte, Alberto Sales escreve, em 1882, *Política Republicana* e, em 1885, *Catecismo*

Republicano – ambos foram subsidiados pelo PRP⁵⁴. A primeira é uma extensa obra que busca nas principais correntes teórico-científicas do período argumentos capazes de indicar o rumo aos republicanos engajados na desconstrução da ordem monárquica e na construção da ordem republicana. A segunda, bem mais enxuta que a primeira e organizada em perguntas e respostas, traz temas que foram discutidos no trabalho de 1882 e que voltam de forma resumida no trabalho de 1885. A linguagem sintética e a estrutura de *Catecismo Republicano* estão relacionadas ao propósito deste trabalho: “a vulgarização das doutrinas democráticas”⁵⁵.

Na primeira parte de *Política Republicana*⁵⁶, Alberto Sales discute o papel do Estado, a organização e forma ideais de governo, bem como o exercício dos direitos civis e políticos. A discussão toma a forma de “exposição da moderna teoria política” e o publicista recorre a Comte, Littré, Spencer, John Stuart Mill e Lastarria, entre outros, de forma abundante neste trabalho – as referências a eles desaparecem em *Catecismo Republicano*, no qual o publicista apenas menciona que se propôs a reunir em um “só corpo” de doutrinas os princípios da escola democrática.

Na apresentação de *Política Republicana*, Sales expõe aquilo que compreende como “o problema político em sua totalidade”: a necessidade das forças políticas combinarem a ordem e o progresso. Recorrendo a Littré, o autor destaca que é necessário:

que o partido da ordem deixe de ser retrógrado e que o partido do progresso deixe de ser revolucionário. Julgar que a ordem é possível pela restauração do passado é um erro, assim como também é um engano pensar-se que a luta indefinida pela destruição das coisas antigas basta para as sociedades (PR: 16).

⁵⁴ A tiragem de *Catecismo Republicano* foi de 10.000 exemplares, que foram distribuídos gratuitamente pelo PRP (Vita, 1965). Entretanto, a eficiência da propaganda republicana em São Paulo, por meio de trabalhos escritos, deve ser relativizada frente aos índices de alfabetização do período. Como destaca José Ênio Casalecchi, nesta província “o índice de alfabetização devia ser inferior aos 22,27%, indicado por fonte otimista de 1888. Entre os alfabetizados, 0,58% tinham instrução secundária e 0,15% superior” (Casalecchi, 1987: 28).

⁵⁵ Sales reconhece na apresentação do trabalho de 1885 que a linguagem de *Política Republicana* não era de fácil assimilação e que, por esta razão, ele se empenhava numa nova compilação, de linguagem mais apropriada, das doutrinas que orientavam o movimento republicano paulista. “A maneira, porém, por que ali procurei efetuar uma tal condensação, evidentemente não foi a mais própria para um país como este em que o espírito público, ao mesmo tempo que requer uma alimentação sólida e substancial, exige antes de tudo que seja de mui fácil assimilação”. Assim, entendendo aqui que o trabalho de 1885 tem o objetivo de resumir as principais questões discutidas em *Política Republicana*, voltaremos a nossa atenção mais a este trabalho, por entender que nele os argumentos são desenvolvidos em sua totalidade e de forma mais aprofundada.

⁵⁶ O trabalho está dividido em três partes: a primeira, a que mais nos interessa aqui, Sales discute a forma ideal de governo; na segunda o autor volta-se a uma análise da Monarquia e aos desvirtuamentos que esta forma de governo apresentava no Brasil; e na última parte apresenta as vantagens de um governo republicano e a forma institucional que a República Federativa adotaria no país.

A necessidade de conciliar a ordem e o progresso orienta Sales em seus trabalhos de propagação da República. A conservação da monarquia aparece como sinônimo de empenho em barrar o progresso e a República é apresentada como o único regime capaz de promovê-lo dentro da ordem. Em defesa dos novos métodos científicos, o autor afirma que a teologia seria uma doutrina preocupada em manter a ordem e em atravancar o progresso; a metafísica, com sua índole revolucionária, estaria preocupada apenas em destruir uma determinada ordem sem nada construir em seu lugar. Como entende que há pouco o que destruir e muito a ser construído, o publicista recorre às doutrinas positivas, pois “aplicadas particularmente ao desenvolvimento da atividade política, ela têm por fim sobretudo banir a revolução, sem excluir o progresso, e estabelecer o reinado da ordem e da paz, sem voltar ao passado” (PR: 17 – grifo nosso).

A “evolução do passado humano”, na forma como Sales a constrói, é vista como uma evidência de um processo de luta pela conquista dos direitos, um processo onde a fonte do poder político está, e sempre esteve, no povo. Desta forma, o publicista afirma que todos os governos tendem a tornar-se democráticos, pois, “só no regime puro da democracia será possível estabelecer-se a desejada conciliação entre as forças de conservação e as de renovação, que animam e solicitam o organismo social” (PR: 23). Nesse sentido, as monarquias, pressentindo o seu desaparecimento e motivadas apenas pelo instinto de conservação, buscariam nos grandes exércitos um meio de impor-se à consciência pública, sobre o pretexto de manter a ordem no organismo social, e buscariam nas alianças com o clero a manutenção do “regime do obscurantismo” – aliança que lhes proporcionaria um “poderoso elemento de governo”.

Caberia, então, à moderna ciência política, ancorada no método positivo, demonstrar que a constituição do Estado deve ser republicana e federal, de modo que as exigências da atualidade e a conciliação da ordem e do progresso sejam atendidas e garantidas. Neste novo ordenamento deveriam estar devidamente determinados “os limites verdadeiros da ação do Estado, por uma justa organização do poder político, de modo a torná-lo perfeitamente compatível com o livre desenvolvimento da iniciativa individual” (PR: 25).

Discordando da aceção de Comte sobre a soberania popular, Sales recorre a Stuart Mill para apresentá-la como poderosa força criadora sempre que se manifesta no sentido de constituir e organizar o Estado. O publicista reconhece como legítima a insurreição dos governados contra os governantes, mas ressalta que isto só ocorre quando as classes privilegiadas resistem às necessárias reformas sociais e fazem do governo um inimigo da

evolução social. “Assim considerada, parece-nos que não há motivo algum justificável para não se admitir a soberania popular como a verdadeira e única base política do Estado” (PR: 149).

Na sua visão fortemente influenciada pelas idéias científicas do período, o republicano paulista trata do organismo social à luz do tratamento dado aos organismos biológicos e, neste sentido, entende que todo órgão tem uma função que lhe é própria. O Estado seria então o órgão especial do direito.

O direito aparece como indispensável para que o homem e a sociedade tenham garantidas as condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento, cabendo ao Estado agir como regulador e implementador imparcial do princípio jurídico. Além de entender que é a sociedade que legitima o Estado, conferindo a ele a autoridade necessária ao exercício de suas devidas funções, o publicista ressalta também que o Estado não pode estar à disposição de um indivíduo ou família, pois ele “é uma verdadeira instituição social e política, estável e permanente, que não pode de modo algum se constituir patrimônio de quem quer que seja” (PR: 115-116).

Ao analisar a evolução do Estado, Sales ressalta que historicamente é incontestável que os governos caminham para a abolição dos privilégios anti-sociais e para a forma definitiva da república. A Revolução Francesa aparece em seu trabalho como importante momento histórico de ruptura, pois antes dela teria havido um estágio de privilégios anti-sociais e de “conservadorismo retrógrado”, depois dela passaria a existir liberdade, igualdade e progresso.

Nesse sentido, afirma que as convulsões sociais de 1789 foram responsáveis pelo ingresso da humanidade no estágio mais avançado da evolução do Estado e a partir deste momento:

Parcela alguma do poder público, por insignificante que seja, não pode ser exercida, senão por meio de indivíduos *livremente escolhidos pelo povo*, com mandatos *temporários* e *responsáveis* diretamente pela sua fiel execução. Desaparecem todos os privilégios sociais e políticos, bem como as diferenças fictícias de classe, *no exercício das funções governamentais*, que se tornam *acessíveis a todos*, por meio da eleição. Todos são iguais perante a lei e na

confecção da lei. É a fase que começa com a revolução francesa (PR: 108 – grifo do autor).

Para Sales, a coletividade social deveria nutrir um sentimento de necessidade em relação à existência e à atuação do Estado. Só esta motivação seria capaz de tornar sua ação universal, e ele deveria ser visto ainda como garantia à manutenção da justa harmonia e independência na fruição das atividades individuais. A partir deste reconhecimento, que legitimaria a sua existência, caberia ao Estado exercer sua função, cujo fim único e capital seria “aplicar e desenvolver o princípio jurídico em toda a sua intensidade” (PR: 123). Destacando que o privilégio e o monopólio são incompatíveis com o regime da liberdade, Sales coloca-se contrário a qualquer tipo de protecionismo estatal: ao comércio e à indústria o Estado deve apenas garantir a liberdade de associação e de contrato, só desta forma eles teriam condições de prosperar.

A base de organização do Estado seria a Constituição, que deveria adaptar-se à sociedade, sendo mutável, a exemplo do próprio organismo social, caso contrário, reinaria o clima de instabilidade política e social. Para o republicano paulista, a Constituição, além de reconhecer as liberdades individuais e sociais, deveria consagrá-las formal e positivamente, cercando-as de garantias precisas para a sua real execução, de modo a não deixar brechas para que houvesse abusos de poder. “É exatamente no reconhecimento pleno de todas essas liberdades que se funda o maior obstáculo ao abuso de poder, desde que ao seu lado se determine com clareza e precisão os verdadeiros limites do poder governamental” (PR: 140). Para tanto, recorrendo a Montesquieu, defende a divisão dos três poderes, como a mais sólida garantia das liberdades individuais, desde que cada poder seja independente e não acumule funções de outro poder. Ainda orientado pela preocupação com o abuso de poder, Sales coloca-se na defesa de mandatos temporários, uma vez que a vitaliciedade romperia o laço de dependência entre “mandante” (o povo) e “mandatários” (representantes). Funções vitalícias não seriam passíveis de responsabilidade, já que passariam ilesas do julgamento periódico da opinião pública, e, assim sendo, estariam sujeitas a todo tipo de abuso.

Entendendo que a “evolução do passado humano” aponta para um contínuo processo de conquista dos direitos individuais e de eliminação dos privilégios e que, conseqüentemente, a “evolução política” culmina no regime democrático, no qual a legitimidade do Estado reside na soberania popular, que deve se manifestar quanto à melhor forma de organizá-lo, Sales define aquilo que compreende por Estado:

uma instituição social e política, cuja missão consiste tão somente em fornecer às diversas esferas da atividade social as condições ou meios de que necessitam para atingir a plenitude de seu desenvolvimento e mantê-las ao mesmo tempo na órbita legítima do direito, a fim de que uma não venha a quebrar a harmonia e independência das outras, nem perturbar o curso natural da evolução humana. É por isso que se diz comumente que ao Estado compete exclusivamente a administração dos interesses gerais e não particulares, que devem todos ficar ao cargo da iniciativa e esforços individuais (PR: 146).

A partir da definição de poder político como uma força que se distribui entre os diversos departamentos do organismo geral do Estado, cujo fim seria habilitá-lo no exercício de suas funções, Sales discute aquilo que os republicanos entendem como a forma ideal de governo. Para isso, recorre a Lastarria e a Stuart Mill, entretanto, o publicista extrapola as concepções dos pensadores chileno e inglês, deduzindo que, evidentemente, a República seria a melhor forma de governo.

Em Lastarria, Sales busca a principal diferença que existiria entre as duas “únicas” formas de governo – o divisor de água entre elas seriam os privilégios anti-sociais. De um lado existiriam os governos de privilégios, que seriam marcados pelo exercício de poderes políticos ilimitados – monarquias absolutas ou constitucionais e também repúblicas oligárquicas (nas quais os chefes teriam poderes ditatoriais e seriam irresponsáveis) aparecem como exemplos desta forma de governo. De outro lado existiriam os *governos semecráticos*, onde haveria um poder político limitado pelo reconhecimento legítimo dos direitos individuais, todos os funcionários públicos seriam eletivos, responsáveis pelas suas funções e seus mandatos seriam temporários, haveria igualdade perante a lei entre funcionários públicos e cidadãos e, finalmente, predominaria uma organização política da administração pública em toda a nação, de modo que as organizações parciais fossem semelhantes e mantivessem com ela um laço comum. É a esta forma de governo que Sales recorre⁵⁷.

É incontestável, pois, não somente em vista das diferentes modificações por que tem passado o poder governamental através da história, como também em face da teoria filosófica da evolução do Estado, que a forma definitiva de governo não pode ser outra, senão a da república semecrática, única que se

⁵⁷ Conforme nos indica Angela Alonso, o termo semecracia corresponde à tradução de *self-government*. Lastarria “publicara em 1875 um livro chamado *Lecciones de Política Positiva*, no qual buscava conciliar o princípio liberal das liberdades individuais com as teses gerais da evolução social segundo o positivismo. Mais precisamente, apreciava o *self-government* que as colônias inglesas herdaram, dando-lhe um nome mais ao gosto positivista: ‘semecracia’” (Alonso, 2002: 227).

harmoniza perfeitamente com a ciência e com a completa eliminação dos privilégios anti-sociais (PR: 108).

Se na República “semecrática” as funções públicas são eletivas e temporárias, o governo representativo aparece como um indispensável complemento à forma ideal de governo. Embasando-se em Stuart Mill, Sales considera evidente que o governo representativo é o melhor, pois nele cada cidadão participaria, direta ou indiretamente, do governo, o que motivaria e facilitaria a compreensão sobre o interesse geral. Nesta forma de governo o poder público seria delegado aos representantes escolhidos periodicamente pela nação, que seriam responsáveis pelo exercício do mandato recebido, e todas as funções públicas estariam subordinadas ao princípio da elegibilidade e não ao “simples fato do nascimento”. Sendo assim, a nação conservaria intacto o direito de regular todas as operações do governo. Apesar de reconhecer que “semelhante conclusão não foi tirada por Stuart Mill”, Sales ressalta: “logo, a variante do sistema representativo, a que corresponde o ideal da melhor forma de governo, refere-se necessariamente à República” (PR:159-160).

Antes de apresentar aqui a forma como o propagandista republicano entende e define o sufrágio universal, cabe destacar os seus argumentos em defesa da federação. A federação seria a única forma de organização do poder político capaz de assegurar a unidade nacional e de atender, dentro da ordem, aos imperativos de mudança e de progresso.

No regime da federação, ao contrário do que acontece no regime da centralização, cada centro local, cada comuna, cada município, emprega como melhor lhe parece os seus próprios recursos, cuidando livremente daquilo que mais diretamente lhe interessa, enquanto que a administração central só fica encarregada da gerência dos negócios gerais (CR: lição IX).

Se na centralização os indivíduos sentiriam a mão do governo por toda a parte, revoltando-se contra ela, contra sua intromissão, o que tornaria este tipo de organização do poder político suscetível às constantes convulsões sociais, na federação o governo central não invadiria as atribuições dos poderes locais, permitindo o desenvolvimento pleno das atividades individuais e, desta forma, por não atrair para si a revolta dos cidadãos, conservaria com muito mais facilidade a ordem pública. No regime da federação caberia ao governo apenas assegurar a liberdade individual, garantindo que todos vivessem sempre debaixo da proteção da lei.

A exemplo do que ocorreria nos organismos biológicos, onde cada órgão teria sua função independente e, ao mesmo tempo, contribuiria para o pleno desenvolvimento do organismo geral, a compatibilidade entre federação e unidade nacional estaria posta, uma vez que “a lei geral de todo o organismo, em virtude da qual os diversos órgãos parciais, apesar de livres e independentes no exercício de suas funções particulares, conservam-se, contudo, não somente ligados entre si pelas relações de mútua dependência em que se acham, mas ainda subordinados indiretamente a um centro geral regulador” (PR: 197).

Sob forte influência do modelo norte-americano de República Federativa, Sales afirma que ao governo federal caberia administrar os negócios intimamente relacionados aos interesses gerais da nação, sobretudo aqueles relacionados à paz, à guerra, à diplomacia e à marinha, e os Estados deveriam administrar os “seus mais íntimos negócios”. Ressalta ainda que cada Estado deveria “representar em miniatura aquilo que se encontra no governo federal, tendo um e outros, não somente a mesma organização, como também a mesma maneira de funcionar” (CR: lição X).

Se a organização e a legitimidade do Estado estão ancoradas na soberania popular, o sufrágio universal coloca-se como condição indispensável ao exercício dela. Para Sales, quando um indivíduo encontra-se em pleno gozo dos direitos civis ele deve ter também seus direitos políticos, a menos que haja a intenção de privá-lo dos meios necessários à proteção dos seus interesses. Mais que um direito, indispensável ao exercício da soberania, o sufrágio universal seria uma função pública a ser desempenhada por todos aqueles interessados na promoção do bem estar social – ele teria a função de fazer o Estado aplicar e desenvolver de forma plena o princípio jurídico, sobre o qual a sociedade gravitaria. Porém, este direito e função estariam adaptados apenas a determinados regimes políticos.

O sufrágio universal não poderia existir em regimes monárquicos, pois o sufrágio negaria não só o poder hereditário, mas “todo o funcionário irresponsável e vitalício”, assim sendo, monarquia e sufrágio seriam duas coisas mutuamente excludentes. Entendendo a República como a negação de privilégios anti-sociais e como o único governo capaz de se adaptar aos constantes imperativos de mudanças sociais, o publicista destaca: “a república não é mais do que uma consequência que decorre logicamente do sufrágio universal. Quem diz sufrágio universal diz implicitamente república” (PR: 169).

Por meio dele seria possível estabelecer uma “Constituição essencialmente elástica, essencialmente liberal, essencialmente perfectível” (PR: 175), na qual a nação não reconheceria outro poder além dela mesma, outro senhor que não fosse ela própria, e, por um

simples voto, a nação poderia eliminar instituições que lhes fossem nocivas e criar novas que satisfizessem suas necessidades. Para o publicista esta Constituição só poderia ser republicana, pois apenas ela garantiria a ordem, na medida em que facilitaria a “marcha do progresso”, e permitiria um desenvolvimento pleno das forças sociais. Por ser passível de constantes renovações, ela jamais envelheceria, “porque, seguindo neste ponto o caminho da natureza, ela procederá por modificações parciais, em vez de proceder por modificações integrais, tornando assim impossível qualquer abalo brusco” (PR: 175).

Explicitando que o exercício da soberania, por meio do voto, é um direito coletivo, que compete ao corpo eleitoral em geral e não de forma isolada a este ou àquele indivíduo, e que não pode ser motivado por interesses particulares e sim por interesses coletivos, tendo sempre em vista a promoção do bem estar social, Sales afirma que o voto deve ser, “inalienável [direto], imprescritível, limitado pelo princípio da justiça às condições que constituem a vida e o desenvolvimento da sociedade e de seus elementos, e igual e proporcional na representação de todos os interesses coletivos da sociedade” (PR: 223).

Ao discutir a quem caberia o direito e a função de votar, o propagandista recorre às duas correntes do período, fazendo objeções a ambas. Assim, aqueles que defendiam o sufrágio universal e que dele excluía as mulheres não teriam compreendido o seu princípio. Para Sales, este segmento, além de ser cumpridor dos seus deveres sociais, contribuiria para o progresso e, por esta razão, teria todo o direito de exercer sua soberania, assim como qualquer outro segmento. As mulheres, não só se preocupariam com o bem estar social, como contribuiriam para a sua promoção e, assim sendo, elas teriam todo o direito de participar das funções governamentais, de modo que o Estado lhe assegurasse seus interesses, sobretudo os de proteção⁵⁸.

Aos que defendiam o sufrágio restrito, excluindo do direito de votar os analfabetos e aqueles que não tivessem uma determinada renda, ou atribuíam um peso diferenciado ao voto destes segmentos, Sales argumenta que os analfabetos, assim como as mulheres, seriam cumpridores dos seus deveres e contribuiriam para a promoção social e que se os mais abastados pagavam mais impostos, o custo deles recairia sobre os produtos,

⁵⁸ A justificativa dada para a extensão do voto às mulheres está colada naquela fornecida por Stuart Mill: “se houver alguma diferença, as mulheres têm maior necessidade do voto do que os homens, já que, sendo fisicamente mais frágeis, dependem para sua proteção muito mais da sociedade e das leis” (J. S. Mill *apud* Bobbio, 2000: 70). Sales entendia ainda que as mulheres solteiras tinham muito mais necessidade deste direito que as casadas, já que estas contariam com a proteção dos maridos.

assim, como todos são consumidores, todos contribuem para a riqueza nacional e têm os mesmo direitos.

Desta forma, na compreensão de Sales, ousada para o período, apenas os indigentes, que não contribuiriam para a riqueza da nação, os menores de idade e os loucos não poderiam exercer a soberania, ou seja, não teriam direitos políticos⁵⁹. “A república, portanto, além de revestir uma organização perfeitamente federal, deverá repousar sobre o sufrágio universal, como um de seus mais sólidos fundamentos” (PR: 243).

E como as forças políticas deviam estruturar-se dentro do organismo social? Ao discutir o papel dos partidos políticos, Sales condena os partidos monárquicos, pois eles não teriam diferenças de posicionamento, uma vez que ambos seriam guiados apenas por interesses particulares e teriam se esquecido de executar o bem público. Envolvidos em disputas “caprichosas e violentas”, cujo objetivo seriam os interesses “pessoais e egoísticos”, eles não seriam nada mais que o resultado de uma organização política “carregada de vícios e defeitos, e compressora das liberdades públicas, que não permite a formação natural e espontânea dessas grandes agremiações partidárias, em que se arregimente e se concretize a consciência da nação” (PR: 493). Assim, a confusão e a atuação nefasta dos partidos monárquicos seriam o efeito, pois a causa estaria nas instituições imperiais.

Entretanto, recorrendo a Tocqueville, o publicista afirma que nos governos livres os partidos eram vistos como um “mal necessário”. Mas, se o que caracterizava as agremiações políticas até então era a submissão dos indivíduos que as compunham a um regime disciplinar rigoroso e despótico, Sales esperava que, a partir de modificações profundas e radicais, baseadas na disciplina, entendida não como submissão absoluta e material dos indivíduos às imposições dos chefes, mas sim como “perfeito acordo das inteligências e das vontades”, os partidos deixariam de ser um “mal necessário”, “para tornarem-se órgãos poderosos e influentes das mais urgentes necessidades do corpo social” (PR: 459-460).

Na apresentação de *Catecismo Republicano*, Sales reitera sua crença na força de um partido quando a sua disciplina baseia-se na “adesão espontânea das consciências a um certo número de idéias ou a uma certa soma de doutrinas, que se encarnam e se consubstanciam em sua bandeira de combate”. Desta forma, o propósito dos trabalhos de 1882 e 1885 foi uniformizar e divulgar as idéias do PRP, de modo que o movimento

⁵⁹ Vale destacar que no trabalho posterior, *Catecismo Republicano*, o autor reitera os segmentos que estariam privados deste direito, entretanto, a defesa expressa da extensão dele às mulheres desaparece.

republicano se fortalecesse ordenadamente. A finalidade do movimento, na forma como o “ideólogo paulista da república” o define, era fazer valer a democracia no Brasil, que só seria possível sob a República Federativa, orientada por uma forma de governo semecrática e representativa, cujo fundamento seria o sufrágio universal.

Para se chegar a esta etapa mais evoluída do Estado, existiriam dois caminhos reconhecidos pelos republicanos: “a evolução ou a revolução são, pois, os únicos meios que nos aponta a história, para a realização de uma reforma qualquer” (PR: 568). A primeira, de tendências reformistas, deveria ser orientada pelas classes dirigentes, a segunda ocorreria de forma brusca e repentina, caso os homens do Estado ignorassem a marcha do desenvolvimento.

Sales enfatiza que o PRP não procuraria fazer da revolução o meio impetuoso que lhe assegurasse a vitória, apenas preferiria fortalecer-se, orientar os anseios do espírito público e fazer da “evolução o advento da República”. Para tanto, o publicista considerava necessário e urgente o auxílio do partido à evolução, por meio de uma propaganda ativa e bem organizada, pois só esta forma “corajosa” de divulgar a república seria capaz de evitar a revolução, já que “quando um organismo não encontra, no corpo em que existe, as condições para seu aprimoramento, ele vai buscar meios violentos” (PR: 566).

Sales reitera, portanto, a legitimidade da soberania popular, como força criadora e verdadeira base política da organização do Estado, que pode se insurgir legitimamente contra os governantes, caso as classes privilegiadas resistam às reformas sociais necessárias. Deste modo, o recado para a ordem imperial, sobre o objetivo e a atuação do PRP, é dado no último parágrafo de *Política Republicana*:

Chegar à proclamação da república pela eliminação gradual e sucessiva das instituições monárquicas. Como um partido de princípios, que coloca as idéias acima das personalidades e pretende pautar os seus atos pela doutrina da moderna ciência política, outra não deve ser a sua conduta no desenvolvimento da atividade política deste povo. Entretanto, se porventura a evolução a ser realizada em nossa forma de governo for tenazmente combatida pelas instituições políticas em vigor (...), não será para admirar-se que a energia popular (...) faça explosão tremenda. É preciso não esquecer de

que o seu programa contempla duas únicas soluções possíveis ao problema político: ou a evolução, ou a revolução. A primeira deverá ser sempre preferida; mas nem por isso deverá a segunda ser abandonada (PR: 572-573).

Considerando que a forma de governo “longe de ser uma questão de somenos importância, torna-se, ao contrário, uma das questões de maior interesse” (PR: 151), Sales acreditava que a transformação das instituições monárquicas em instituições republicanas seria suficiente para acelerar ordenadamente o progresso e assegurar a promoção do bem estar social, de modo a engatar o Brasil na marcha universal da civilização, fazendo finalmente valer a democracia liberal no país.

Antes de passarmos para a análise dos trabalhos posteriores à nova ordem, é necessário destacar aqui a pouca atenção que o propagandista dá ao tema da escravidão. Apenas no trabalho de 1882 Sales faz uma breve discussão sobre o assunto – o tema não aparece em *Catecismo Republicano* (1885) e nem em *A Pátria Paulista* (1887).

A parte do livro em que a discussão aparece, por si só, reitera a postura republicana frente ao tema. Como registramos, *Política Republicana* está dividida em três partes, a primeira trata das formas ideais de governo; a segunda da Monarquia e do seu distanciamento em relação às formas ideais; e a terceira trata da tradução das formas ideais em instituições, ou seja, do arcabouço institucional que a República deveria tomar. A discussão sobre a escravidão está exatamente na segunda parte do livro, naquela que discute a Monarquia.

Sales vê a opção “anti-econômica” pelo trabalho escravo como um erro. Destaca que em todos os países “civilizados” ela foi abolida e que apenas no Brasil “é que ainda se conserva tão nefanda instituição” (PR: 416). Os “homens do Estado” deveriam resolver este problema porque, além de ser um “grande erro econômico”, a escravidão exerceria um efeito deletério nas relações sociais. É interessante destacar que para Sales o tipo de relação estabelecida com a “coroa” seria, em grande parte, consequência da relação estabelecida entre senhor e escravo.

Entretanto, ao fazer esta transferência do tipo de relação estabelecida, o propagandista volta-se para a Idade Média, para a relação entre servo, senhor feudal e rei – digamos que nesta passagem ele optou por uma sutil indireta. Assim, à medida que a

servidão/escravidão “introduz nos hábitos e nos costumes dos povos o desrespeito e a inconsideração pelos direitos dos outros” (PR: 420), ela enfraquece no indivíduo a percepção sobre os seus próprios direitos. Como consequência, aqueles que estariam acostumados a desconsiderar os direitos dos seus inferiores, não teriam a “dignidade moral necessária para reclamar a validade de suas prerrogativas, em frente das imposições despóticas da coroa” (PR: 420).

Hoje, porém, que essa instituição [escravidão] não passa de uma profunda aberração econômica e política, que está em completo antagonismo com os costumes e as necessidades sociais da época, é fácil de ver-se que graves inconvenientes não deve ela produzir em relação à ordem moral da evolução social. Depois que a liberdade civil e política recebeu da revolução francesa a sua sanção, traçar-se-á de uma vez para sempre a linha divisória entre as sociedades antigas e modernas (PR: 421).

Na avaliação do propagandista sobre a escravidão, os argumentos usados para reprová-la repousam no seu efeito econômico negativo e na sua incompatibilidade com as sociedades modernas, nas quais haveria liberdade e o bom exercício dos direitos. Vale destacar que em momento algum o propagandista associa a escravidão ao direito à propriedade e a abolição à necessidade de indenização.

Nos dois tópicos em que o autor discute a questão, à luz de Spencer, observamos a forte presença das teorias raciais de seu tempo. A miscigenação é, então, vista de forma bastante negativa e os dois tópicos são imediatamente seguidos por aquele que trata da imigração européia.

Ainda que não possamos falar de uma postura abolicionista do propagandista, uma vez que para ele republicanismo e abolicionismo não caminham juntos, verificamos sim uma reprovação, ainda que breve e passageira, à escravidão. O tema não voltará nos trabalhos posteriores e mesmo em *Política Republicana*, tendo em mente o conjunto da obra, o espaço dedicado a ele é bastante pequeno. Cabe indagar se o pouco que o propagandista escreveu sobre a escravidão não teria sido muito aos correligionários republicanos e lhe rendido censuras.

Em 1882 Sales escrevia um trabalho subsidiado pelo PRP e nesse sentido não poderia entrar em desacordo com a posição oficial do partido, ou melhor, com a posição dos fazendeiros que integravam a sigla. Ainda que seja óbvio, vale destacar que, apesar do esboço de uma possível extensão dos direitos civis e políticos aos escravos, ou melhor, aos ex-

escravos, uma vez que a linha divisória entre sociedades antigas e modernas estava traçada, o propagandista não diz quais, como e em que condições isto ocorreria⁶⁰.

Na verdade a correção do erro estava a cargo dos “homens de Estado” do Império. Afinal, ambas, monarquia e escravidão, eram marcas do passado. Os republicanos entendiam que não cabia a eles – envolvidos na construção de um mundo moderno e “civilizado”, no qual o progresso estaria assegurado – discutir tal questão.

Para sorte dos republicanos as marcas do passado caíram praticamente juntas, caso contrário, teriam que lidar com uma questão para a qual não tinham uma resposta pronta. No momento em que Sales trata do assunto, ainda valia aquela proposta de que, em respeito à união federativa, caberia a cada província resolver a questão, caso a República tivesse que coexistir com a escravidão. Era uma proposta vaga, perigosa e até mesmo estranha, pois, se a Revolução Francesa tornava-se o divisor de águas de dois mundos, como conciliar o tão preconizado fim dos privilégios “anti-sociais” com escravidão?

3.3 – “Balanço Político”: a República real

A implantação da República em 15 de novembro de 1889 foi resultado de um golpe militar, deste modo, as duas possibilidades reconhecidas pelos republicanos, das quais nos fala Alberto Sales no último parágrafo de *Política Republicana*, não foram responsáveis pela queda da Monarquia.

Como nos mostra Emília Viotti da Costa, com o fim da Guerra do Paraguai disseminou-se no exército a idéia de que cabia aos militares a “salvação da pátria”. As idéias positivistas foram difundidas nesta corporação principalmente por Benjamin Constant, professor da Escola Militar. Paradoxalmente, as idéias antimilitaristas de Comte adquiriram nova roupagem entre os militares, uma vez que eles se identificavam com a classe detentora de conhecimentos técnico-científicos, preconizada pelo filósofo francês como aquela capaz de fazer a transição do estado metafísico ao positivo (Alonso, 1994). O engajamento na construção da República, não foi uniforme entre os militares: “a idéia republicana contava, ao que parece, maior número de adesões entre os oficiais de patentes inferiores e alunos da Escola Militar, enquanto a Monarquia tinha o apoio dos escalões superiores” (Viotti da Costa, 1999: 459).

⁶⁰ O propagandista tece críticas aos Conservadores, Liberais e ao Imperador que estariam infringindo a lei ao usar para outros fins as verbas do Fundo Geral de Emancipação destinadas à educação dos ingênuos, que

As idéias positivistas, na verdade, alimentavam a insatisfação dos militares que, com prestígio ampliado depois da Guerra do Paraguai, viam na ordem imperial mecanismos que violavam a sua cidadania, sobretudo os seus direitos de reunião e de manifestação política. Ansiosos por uma participação mais ativa na vida política do país, anseio fortalecido e justificado pelo cientificismo do período, pela forma como interpretavam as idéias de Comte, aliaram-se a alguns políticos civis para dar cabo à Monarquia.

Os militares estiveram à frente do comando político no período que se estendeu de 1889 a 1894 (neste ano o cafeicultor paulista Prudente de Moraes assumiu a presidência como o primeiro presidente civil da história do país). Os primeiros anos da República foram bastante conturbados, dentre as dificuldades econômicas, sociais e institucionais que o novo regime enfrentou, destaca-se a Guerra de Canudos (1896-1897). Em 1898, quando o também cafeicultor paulista Campos Sales assume a presidência, o clima social estava menos conturbado, o que permitiu ao novo presidente voltar a sua atenção ao sistema político, com a finalidade de criar mecanismos capazes de facilitar o enfrentamento daquelas vicissitudes; Campos Sales arquitetou um arranjo político que se tornou a marca da Primeira República⁶¹. A República Federativa do Brasil, com o seu arcabouço político, estava então fundada.

Pouco mais de um ano depois de proclamada a República, o propagandista Alberto Sales publica *Ciência Política* (1891). Neste trabalho, conforme nos indica Luis Washington Vita, o publicista utilizou grande parte da obra de 1887, *A Pátria Paulista*, chegando, inclusive, a repetir vários trechos deste trabalho, entretanto, a idéia separatista desaparece no estudo de 1891 (Vita, 1965). Como o título já indica, o objetivo de Sales em *Ciência Política* é defender a possibilidade e a necessidade desta ciência, bem como a sua singularidade no campo das ciências sociais.

nasceram livres após a aprovação da Lei de 1871.

⁶¹ A política nomeada por Campos Sales como “política dos estados”, mais conhecida como a política dos governadores, definiu as relações políticas entre os entes Federativos, ou seja, União e Estados; a relação estabelecida entre eles condicionava, por sua vez, a relação entre Estado e Municípios. Como nos mostra Renato Lessa, esta política recebeu “ampla aceitação dos chefes dos poderes estaduais. Ela significa um congelamento da competição nos estados: os grupos detentores do poder, no momento de realização do pacto, adquirem condições de eternização nos governos estaduais” (Lessa, 1999: 151-152). Se era com o objetivo de garantir e facilitar a ordenada governabilidade dentro da nova estrutura institucional republicana e federativa que Campos Sales arquitetava este acordo, na prática, como o eleitorado do país era majoritariamente rural e economicamente dependente dos “chefes locais”, os fazendeiros utilizavam a massa eleitoral que deles dependia como moeda de troca para a aquisição de benesses públicas junto aos governos estaduais – entre as esferas locais e estadual firmava-se a “política dos coronéis”. O governador, ao controlar a situação política no Estado, prestigiava a governabilidade federal e dela recebia os benefícios necessários para a manutenção desta ordem (Nunes Leal, 1986). Assim, dentro deste arranjo, não havia espaço para a oposição, era uma estável situação que se firmava no controle do Estado durante a chamada Primeira República.

Entendendo que a nacionalidade forma um corpo nacional, “tão vivo e tão perfeito, como o organismo individual”, Sales defende a existência de uma ciência positiva capaz de analisar o aperfeiçoamento que se manifestaria pela especialização dos órgãos, bem como a sua localização e função no organismo nacional. Deste modo, assim como o indivíduo procura um médico quando se encontra enfermo, depositando nele inteira confiança e seguindo o tratamento indicado, deveria a nação, “concretizada em todas as classes que a compõem”, entregar-se aos conhecimentos dos publicistas, que seriam os verdadeiros conhecedores dos males do organismo coletivo⁶². “Serão eles o órgão autorizado e legítimo da ciência política, assim como os facultativos já o são da ciência médica, no dia em que se inaugurar um regime verdadeiramente científico de governo” (Sales, 1891: 53). Na opinião do autor, a ciência política seria “uma ciência descritiva”, cabendo a ela fazer a anatomia da nacionalidade, enquanto o estudo dos demais “fenômenos da vida superorgânica do corpo nacional” ficaria a cargo de outros ramos da sociologia.

Na intenção de que a arte de governar abandonasse a empiria e se baseasse nas leis da ciência política, Sales, sob influência das concepções de Spencer, estrutura o seu trabalho de 1891 a partir de uma compreensão evolucionista do organismo social, cuja existência estaria marcada pela passagem do homogêneo ao heterogêneo e pela contínua especialização dos órgãos.

Assim, nos dois primeiros capítulos de *Ciência Política* o autor apresenta o lugar desta ciência no campo das ciências sociais, sua evolução, método e objeto de estudo. Nos capítulos seguintes, à luz da ciência previamente apresentada e discutida, Sales discute a teoria da organização social, a da organização política e a da nacionalidade. Em seguida discute os fatores da evolução política, o estado, o executivo, o ministério, a diplomacia, o legislativo, o judiciário e, por fim, os governos locais. Os fatores analisados compunham aquilo que Sales entendia por doutrina política, eram estas compreensões que ele pretendia ver arraigadas no “corpo nacional”. A estrutura deste trabalho deve ser entendida a partir do forte veio evolucionista que influencia o autor, ou seja, Sales parte das estruturas mais simples, mostra como elas tornaram-se mais complexas e passaram a exigir órgãos específicos com funções definidas, de modo a darem conta das necessidades do organismo nacional.

⁶² Conforme o dicionário *Houaiss* da língua portuguesa, o verbete publicista significa: “jornalista ou escritor que escreve sobre política, economia, questões sociais ou jurídicas etc., de interesse do público; articulista”. É também com este sentido que adotamos este termo em outras passagens do nosso trabalho.

Seguindo a linha de análise do autor, podemos supor que ele legitima as instituições (órgãos) apresentadas como resultado da evolução do corpo nacional, entretanto, nas extensivas *observações preliminares* deste trabalho, Sales faz algumas considerações, sobretudo, em relação ao poder legislativo que invalidam esta precipitada avaliação. Assim, como *Ciência Política* é uma obra muito menos assertiva que aquelas duas que precederam a República (analisadas anteriormente), no corpo do trabalho, o autor segue à risca aquilo que entende como função da ciência política: descrever o surgimento, a evolução e a função das instituições que compõem a anatomia do organismo nacional.

Se antes o foco era os direitos individuais e políticos e o objetivo era evidenciar que na ordem monárquica eles eram violados e que apenas na forma de governo republicano eles estariam a salvos, de modo que as diversas esferas da atividade social encontrassem no organismo nacional as condições plenas ao seu livre desenvolvimento, em *Ciência Política* este foco se perde frente à necessidade de explicitar o raio de ação das instituições que compõem o organismo nacional. Nela o publicista prende-se à função de cada órgão sem ligá-la necessariamente ao indivíduo, em outras palavras, aquele elo que prendia o bom funcionamento dos “órgãos” aos interesses individuais não fica tão evidente neste trabalho de 1891.

Como o objetivo da nossa pesquisa é investigar a forma como os direitos civis e políticos aparecem nos trabalhos do propagandista republicano paulista, voltaremos a nossa atenção mais às *observações preliminares*, pois entendemos que ela nos fornece novos elementos, que não existiam nos trabalhos anteriores, capazes de evidenciar outras dimensões que tomam maior destaque na forma como Alberto Sales passa a pensar a realidade nacional dentro de uma nova ordem política.

Logo de início Sales reconhece que o momento que a “nacionalidade brasileira” atravessa é crítico e “melindroso”, tanto na fase provisória do governo estabelecido, como “por muito tempo ainda para o futuro”. Para justificar esta sua preocupação, o publicista afirma: “a nossa elaboração intelectual e moral ainda não atingiu aquele ponto de todos almejado, em que a soma do poder adquirido é justamente balanceada pela soma de responsabilidade experimentada” (CP: 3).

Embora reconheça que este problema é considerado insignificante por muitos, o publicista enfatiza que “um governo forte e responsável só pode funcionar no seio de um povo instruído e moralizado”, deste modo, “mais moral e menos política é a grita geral que se levanta hoje em todos os países em que vigora o regime representativo” (CP: 4). Sales

entende que o grau de responsabilidade daqueles que têm em mãos as funções de governo é proporcional ao grau de evolução intelectual e moral das classes sociais. Se a “elaboração intelectual e moral” não adquiriu o nível necessário para otimizar as funções de governo, ele acredita que o trabalho teórico-científico é capaz de otimizá-las. É este o propósito que guia Alberto Sales em *Ciência Política*: se a sociedade não está habilitada a sustentar boas funções governativas, cabe àqueles que as detém, respaldados pela ciência, saber executá-las.

Neste ponto, ainda que nos surpreendamos com este comentário, uma vez que temos em mente a sua trajetória política, Sales afirma que “a questão da forma de governo é uma questão vazia de sentido perante a ciência política” (CP: 5), entretanto, como reconhece haver um grande número de estudos sobre ela e como o governo republicano acabava de se instalar, considera importante discorrer sobre esta forma de governo.

Recorrendo a Aristóteles, Sales define o governo republicano como o regime da reciprocidade na igualdade, onde, desaparecidas as diferenças de classe e estabelecida a igualdade democrática, “desaparece a odiosa distinção entre governantes e governados”, uma vez que “todos governam e todos são por sua vez governados” (CP: 6). A função governativa torna-se uma função social e a democracia firma-se com o respeito à igualdade. “É a igualdade na reciprocidade. O todo reagindo harmonicamente sobre as partes e estas sobre o todo, num conjunto admirável de funções que se equilibram” (CP: 7). Assim definido o governo republicano, Sales destaca ser bastante evidente que as classes ativas da sociedade acumulam uma grande soma de poder que precisa ser equilibrada por uma soma de responsabilidade equivalente. Se, por um lado, as classes ativas exercem sua função, lembrando que o voto é entendido pelo autor como um direito e também como uma função, por outro, a responsabilidade necessária ao exercício dela depende de condições morais adequadas, sem estas “nenhum progresso será possível e nenhum resultado será colhido com a prática do regime democrático” (CP: 8). Seguindo esta linha e admitindo que,

não há dúvida, portanto, que a responsabilidade só poderá aparecer como um corretivo, quando ela brotar espontaneamente da consciência geral de todas as classes, como um produto direto de sua evolução intelectual e moral, e não quando existir apenas na constituição ou nas leis, como meras disposições escritas, verdadeiras plantas exóticas que não têm raiz no cérebro e no coração das massas (CP: 8),

o autor volta-se à análise dos “vícios e defeitos do regime democrático”. Para tanto, Sales estabelece a diferença entre *opinião* e *desejo* – diferença esta que não existia nos trabalhos anteriormente analisados. O desejo seria um fenômeno bastante elementar e todos os indivíduos estariam aptos a desejar. A opinião teria natureza mais complexa, pois exigiria reflexão, e só “uma organização cerebral superior” poderia refletir e opinar.

O autor descarta a tese de alguns estudiosos que apresentavam a vontade nacional como uma quimera, pois entende que para desejar basta experimentar uma necessidade e, neste sentido, todos experimentariam a necessidade do Estado (de um órgão permanente do direito) e de um governo capazes de manter a ordem e estimular o progresso e hábeis, ainda, para garantir a segurança interna e externa, tanto dos indivíduos como da nação. Esta necessidade comum geraria um desejo, uma vontade nacional.

A opinião, no que diz respeito aos negócios públicos, estaria ancorada numa doutrina política. Se por um lado os mais sábios seriam os conhecedores desta doutrina, por outro, o publicista defende sua difusão por meio do ensino público, pois reconhece que “a educação é uma grande força modificadora de que é preciso lançar mão constantemente no regime democrático” (CP: 22). Além de libertar os espíritos de todo o tipo de preconceito e de prepará-los para o pleno estabelecimento da doutrina política, o bem-estar geral, a prosperidade e a riqueza nacional dependeriam dela.

Como a capacidade de refletir seria sustentada por uma boa educação, contemplada por uma doutrina política, apenas uma classe bem definida possuiria esta virtude. Deste modo, a diferença entre os aptos a opinar e todos os demais capazes apenas de desejar imporia uma singular dinâmica ao sucesso da democracia, uma vez que:

o público só deve indicar o fim, porque se não sabe sempre o que lhe falta, sabe perfeitamente o que quer e ninguém deve cuidar em querer por ele. Mas, quanto aos meios de atingir o fim, compete exclusivamente aos mais sábios em política escolhe-los, uma vez que o fim se ache claramente indicado pela opinião pública (...), [ela] deve querer, os publicistas devem propor os meios de execução e os governantes devem executar (CP: 16-17).

Se a indicação dos meios adequados ao alcance de uma vontade nacional estava restrita a uma classe bem definida, nem por isso o autor enxergava a ordem momentânea como estática. Vale ressaltar que Sales se coloca como forte defensor da universalização do ensino, o tom progressista dos seus argumentos em defesa dela chega a surpreender, deste modo, para que o ensino público cumprisse sua função social, seria necessário que ele fosse

“livre ou descentralizado, gratuito ou generalizado, leigo ou absolutamente neutral e integral ou científico e profissional” (CP: 36). O direito de aprender devia ser garantido a todo cidadão, “tanto o pobre como o rico devem usufruir este grande benefício que nos trouxe a civilização contemporânea, com a menor soma possível de sacrifícios” (CP: 37). Só nestes termos o ensino prepararia o cidadão para o cumprimento dos seus deveres, pois “preparando um espírito bem formado, o ensino terá preparado ao mesmo tempo um cidadão livre”⁶³ (CP: 38). Além disso, o nível intelectual de uma nação estaria intimamente relacionado ao seu desenvolvimento material: “é evidente que a educação é um poderoso fator da riqueza nacional” (CP: 25). Assim, as vantagens trazidas pelo progresso só seriam satisfatoriamente aproveitadas em meio a um povo bem instruído.

Mas, na falta de condições ideais, o governo representativo aparece ao publicista como “uma simples ficção política”, pois as assembleias não seriam “uma corporação uniformemente constituída pelo sentimento moral do dever e do respeito aos interesses reais da nação” (CP: 40), mas sim um agrupamento de grupos rivais movidos apenas por paixões mesquinhas, era isto que Sales observava tanto nas monarquias como nas repúblicas.

Por detrás das assembleias estariam os partidos políticos, que seriam “os grandes esteios de todo o sistema de corrupção que se tem introduzido nos governos representativos e é deles que começa a vir o descrédito da democracia” (CP: 43). É para as agremiações partidárias que se voltam as críticas mais ácidas de Alberto Sales, na opinião do autor quando o indivíduo passava a integrar um partido, automaticamente, hipotecava a vontade e a opinião e abdicava seus atributos intelectuais aos desígnios do chefe, com o único objetivo de gozar dos proventos que futuramente poderia receber. Era nisto que teria se transformado o “fruto amadurecido da democracia representativa” e afirmar que era por meio dos partidos que a nação manifestava a sua vontade, era “proferir uma blasfêmia”.

Se as assembleias e os partidos não eram capazes de expressar a vontade da nação, caberia à imprensa desempenhar esta função, mas a ela o publicista também faz críticas contundentes. O jornalismo, exercido por meio de empresas, estaria envolto nos seus

⁶³ Conforme apontamos anteriormente, segundo Antônio Paim e Bresciani, Alberto Sales estaria vinculado à categoria do *positivismo ilustrado*, que privilegiaria a mudança de costumes e mentalidade, enquanto atribuiria à política uma posição subalterna (Paim, 1981; Bresciani, 1993). Entretanto, cabe aqui questionarmos esta afirmação dos autores em relação ao trabalho de Sales, uma vez que a preocupação do autor com a educação está fortemente relacionada àquela preocupação sobre o tipo de relação estabelecido entre Estado e sociedade. Ele entende que é a falta de uma educação adequada, acompanhada da doutrina política, que permite a degeneração das instituições representativas, desta forma, ao enfatizar a necessidade de se elevar o nível moral e intelectual, o publicista não joga a dimensão política para segundo plano, ao contrário, ressalta que é a necessidade de se nobilitar o cidadão, na sua relação com o Estado, uma das principais funções da educação.

interesses econômicos e, no propósito único de defender interesses empresariais, seria bem sucedido, mas totalmente incompetente para qualquer outra função de cunho intelectual e moral, por esta razão não teria direito algum de arrogar para si qualquer função educativa. Os jornalistas teriam se esquecido das suas funções no organismo nacional e lhe aparecem como “ignorantes, pela maior parte, caminham como quem não tem norte nem rumo, explorando os preconceitos de classe, os interesses de família e de partido, ora colando-se à sombra de um potentado, ora implorando o apoio de uma agremiação política” (CP: 49).

Depois de estarrecedora avaliação dos meios existentes para dar voz à vontade nacional, o autor – reiterando a separação entre desejo e opinião – afirma que ela “precisa impreterivelmente de outros órgãos para se manifestar que não estes que atualmente existem” (CP: 51). Entretanto, ao longo de *observações preliminares*, o publicista esteve mais envolvido em atacar os “órgãos” existentes que em apresentar propostas viáveis às suas idéias. Assim sendo, apenas na parte final de *observações* encontramos uma breve passagem propositiva, ainda que surpreendente.

Sales defende restrições lentas e graduais nas atribuições das câmaras legislativas até a sua anulação final. Com o tempo, as câmaras passariam a ter função limitada e seriam escolhidas apenas para “redigir os regulamentos promulgados pela administração”, em contrapartida, a limitação do órgão representativo seria acompanhada pela ampliação dos “direitos de petição, de representação, de reunião, de associação e de protesto, de modo a abranger todas as classes, todas as indústrias e todos os interesses, com igual garantia para todos [os cidadãos], em qualquer ocasião” (CP: 51). Só nestes termos a vontade nacional teria órgãos apropriados à sua manifestação e neles deveriam os publicistas buscar inspiração, de modo a indicar ao executivo os meios mais adequados para o atendimento de uma necessidade ou para a resolução de um mal social.

Cabe destacar que neste ponto o propagandista republicano aproxima-se dos *positivistas ortodoxos*, inclusive, há neste trabalho algumas menções ao Laffite, lembrando que a presença deste positivista nos trabalhos que precedem a proclamação não existe. Entretanto, há aí uma diferença importante em relação ao *positivismo ortodoxo* que deve ser ressaltada, pois

para os ortodoxos o consenso deve ser buscado na formação de uma doutrina comum no seio da sociedade. Para Sales, ainda que se deva buscar a doutrina consensual, ela é um processo social de longo prazo. Antes, deve-se forjar consensos estritamente políticos, através da livre manifestação das vontades

(...). O povo deve poder expressar as suas vontades antes de poder justificá-las doutrinariamente (Mendes Rocha, 2002: 62).

Se, por um lado, verificamos em *Ciência Política* uma forte preocupação com mecanismos capazes de fortalecer os direitos civis, ainda que alguns deles estejam, em boa parte, aliados a uma antecipada preocupação com o direito social de acesso universal à educação, única forma de “tornar o cidadão verdadeiramente livre”, por outro, Sales, ao reconhecer que a política exige um certo nível intelectual e moral da nação, no sentido de garantir um debate responsável sobre os rumos do organismo nacional, apresenta uma nova proposta aos direitos políticos.

Na ausência de condições morais e intelectuais adequadas à arte da política, o governo representativo seria uma “ficção”, uma vez que nem governantes e nem governados estariam preparados para fazer valer “o verdadeiro regime da ordem e do progresso”, assim sendo, o sufrágio universal aparece ao publicista como um “maravilhoso alambique do sistema representativo, que destila todos os anos, no seio do parlamento, os produtos genuínos da ignorância popular” (CP: 296). Como corrigir, então, esta disfunção social? A híbrida proposta do autor, se bem a entendemos, combina, ao mesmo tempo, democracia e autoritarismo.

Ao propor a criação de órgãos que, além de reforçarem os direitos políticos de organização, de representação e de manifestação, reforçariam a real expressão da vontade nacional, em relação aos fins com os quais a administração pública deveria preocupar-se, Sales seria democrático. Entretanto, ao defender que os meios adequados para execução de tais fins fossem indicados pelos publicistas, isentos de julgamento público, uma vez que escudados na ciência política, Sales seria autoritário. Vale destacar que, se ao executivo caberia a função de colocar em prática as indicações dos publicistas, o autor não deixa claro por meio de quais critérios ele se constituiria.

Apesar de todas as ferrenhas críticas feitas às assembleias legislativas, aos partidos políticos e ao sistema representativo no trabalho de 1891, em 1893 Alberto Sales foi eleito deputado federal para completar o mandato de Bernardino de Campos, que assumia a chefia do executivo em São Paulo, e em 1894 foi reeleito deputado federal, mas renuncia ao mandato no mesmo ano por discordar das diretrizes do PRP (Vita: 1965). Se em *Ciência Política* o propagandista republicano tinha como base pouco mais de um ano para pensar a República instaurada, em 1901, quando publica em *O Estado de São Paulo* o seu artigo

Balanço Político: necessidade de uma reforma constitucional, a base para o balanço era de mais de dez anos e era ainda acompanhada por um conhecimento prático sobre o funcionamento das instituições republicanas.

O “bombástico” artigo foi publicado em 18 de julho de 1901 e, segundo Luis Washington Vita, teve grande repercussão nacional e internacional e os comentários sobre ele eram sempre acompanhados da lembrança de que o autor era irmão do presidente da República, Campos Sales (Vita, 1965). Devido à repercussão, alguns dias depois (26 julho), Sales publica outro artigo no mesmo veículo impresso, reiterando e, ao mesmo tempo, esclarecendo algumas passagens do artigo anterior. No segundo artigo observamos um tom muito mais ameno do autor. Enquanto no primeiro Sales prioriza a crítica contundente às instituições republicanas, no segundo o publicista fica mais centrado na questão do “caráter nacional” brasileiro, apenas esboçado no primeiro artigo. Com esta mudança de foco, o autor tinha como objetivo evidenciar “a necessidade de uma reforma constitucional” e, quiçá, tentar acalmar a fúria que sobre ele teria caído. Reconhecendo que talvez tivesse sido “um pouco áspero”, Sales expõe a sua intenção ao redigir o *Balanço Político*: “não tive outro intuito senão despertar a consciência nacional e fazer um caloroso apelo aos republicanos, para salvarem a república do abismo em que se vai precipitando” (BP: 74 – grifo nosso)⁶⁴.

Reforçando sua posição política, Sales abre seu artigo afirmando que é republicano, mas independente e patriota, e que da República se espera a seleção dos mais competentes e mais dignos e da administração pública se espera moralidade e justiça, como expressão do dever político. Por este ideal teriam os republicanos lutado nos tempos da propaganda, entretanto, “confrontá-lo, porém, com o que se tem feito nestes últimos dez anos, em nome da república, é reconhecer com amargura que a estrutura que levantamos, (...) não tem sido mais do que uma longa decepção” (BP: 63).

A Federação teria tornado-se escada para a exploração do tesouro nacional e de norte a sul os governos estaduais dilapidariam os cofres públicos. Governadores e Congresso teriam firmado um pacto espúrio com o único objetivo de “encher as algibeiras” e “perseguir politicamente os honestos”. Em decorrência deste acordo, “a política divorciou-se inteiramente da moral” (BP: 64); assim, nos Estados não haveria honestidade nem tampouco civismo e os “servos estaduais se curvavam ao aceno que viria do alto”, com o único objetivo de garantir seus “gananciosos” interesses. No Congresso faltaria “dignidade e independência”,

uma vez que os representantes da nação se rastejariam aos pés do governo, movidos apenas por interesses particulares⁶⁵.

Embora alguns afirmassem que a nação vivia sob o “puro regime democrático”, para Sales o que vigorava era uma “ditadura política”, a ditadura presidencialista, e, na versão republicana do *sorites*, afirmava: “o presidente da república faz os governadores dos Estados, os governadores fazem as eleições e as eleições fazem o presidente da república” (BP: 65-66). Deste modo, o resultado delas, longe de significar a seleção dos melhores, seria o resultado da seleção “dos mais fracos, dos vilões e traficantes” (BP: 66).

Nestes termos, os dez anos de República nada teriam contribuído para a educação política, para a formação de virtudes cívicas, para as aptidões ao governo e para o fortalecimento da cidadania. O “mandarinato político” sufocaria as manifestações nobres e legítimas da consciência nacional e, assim, transformaria o país “em um vasto e melancólico deserto, onde a árvore da liberdade, crestada pelo sol ardente da ditadura política, definha e morre” (BP: 65). Estava inviabilizada a possibilidade da formação de “um povo altivo, soberano e livre”.

Se entendia que não foi com a intenção de sair de uma ditadura para entrar em outra que os republicanos engajaram-se na luta, afirmava que a lamentável situação em que o país se encontrava não era resultado da vontade de um único indivíduo, mas sim o resultado de um “regime exótico” que não se conformava ao caráter e crenças nacionais.

o regime presidencial, em sua forma pura e específica, é uma planta exótica, que tem seu habitat na América do Norte e que transportada para a nossa pátria, degenera e desfigura-se em franca ditadura política⁶⁶ (BP: 66).

A experiência imperial já teria denunciado o fracasso da importação de modelos políticos avessos ao caráter nacional. O sucesso do parlamentarismo inglês e do presidencialismo norte-americano e o fracasso deles entre nós seriam explicados pela “alma nacional” de cada povo. Nos países anglo-saxões o individualismo teria triunfado sobre o Estado, uma vez que neles o povo seria dotado de “energia indomável”, espírito de iniciativa,

⁶⁴ Feita esta observação sobre os dois artigos publicados em *O Estado de São Paulo* em julho de 1901, ressaltamos que eles serão aqui tratados em conjunto, pois entendemos que, apesar da mudança de foco, eles se complementam.

⁶⁵ Sales refere-se nesta passagem à Política dos Governadores – da qual falamos anteriormente – ver nota 61.

⁶⁶ Nos trabalhos dos tempos da propaganda, o sistema presidencialista não foi discutido pelo publicista, deste modo, ele não fazia parte da cartilha dos republicanos paulistas, mas, como o modelo norte-americano era o modelo a ser seguido, os republicanos o positivaram na Constituição de 1891.

“império absoluto sobre si”, sentimento de independência e “idéia do dever muito clara”. Esta combinação de atributos despertaria a solidariedade entre os indivíduos o que os motivaria ao associativismo e, como consequência, haveria nestes países partidos políticos sérios, fortes e responsáveis. E, assim, o forte individualismo anglo-saxão teria impedido a ditadura parlamentarista e a ditadura presidencialista.

Afirmando que se baseava nos estudos de psicologia política⁶⁷, Sales considerava um erro impor a um povo uma forma de governo que é própria de outros povos e ressalta que os “fazedores de constituição” deviam sempre ter isto em mente. “É, pois, a alma nacional quem dita em sua expressão última (...) a forma peculiar da organização governamental (...), o governo de um povo deve, portanto, para garantir a ordem e favorecer o progresso, ser a expressão fiel do caráter nacional” (BP: 69).

E no Brasil? Como o publicista entendia a essência da “alma nacional”? A trajetória histórica e política mostravam que a estrutura colonial “matou em nós todo o sentimento de independência, todo o espírito de iniciativa, toda a coragem cívica” (BP: 73) e o Império só teria contribuído para o agravamento da situação, pois foi “pouco a pouco depauperando a nação, corrompendo os costumes e cavando cada vez mais o abismo da nossa miséria moral” (BP: 73).

Falta-nos em absoluto a crença em nossa força, somos excessivamente tímidos, fracos e medrosos. (...) Não nos ligamos, não nos unimos, não nos associamos para coisa alguma. Daí a falta completa de empreendimento, de iniciativa, que é, para assim dizer, a nossa característica nacional (BP: 73-74).

Para Sales se no Brasil “o indivíduo é nada e o Estado é tudo”, a falta de associativismo, que resultava em partidos fracos e irresponsáveis, justificava a degeneração dos regimes importados. Era desta forma que o autor entendia a degeneração no Brasil do parlamentarismo e do presidencialismo em ditaduras políticas.

Qual, então, a proposta formulada pelo publicista diante de deprimente constatação? Apesar de reconhecer que sua proposta não seria plenamente capaz de curar, um a um, todos os males que afligiam a nação, Sales, além de propor reformas capazes de

⁶⁷ A noção de psicologia política de Sales não difere daquela que temos visto até aqui sobre os organismos individual e social, assim, “a psicologia política não é outra coisa senão as consequências no plano da política do que se pode atribuir como formação psicológica dos indivíduos em determinado ambiente histórico e social. Não há diferença fundamental entre psicologia dos indivíduos e a psicologia dos povos. Trata-se o coletivo como indivíduo a partir do parâmetro orgânico do ser individual” (Mendes Rocha, 2002: 61).

reforçar os “direitos de reunião, de petição, de liberdade de imprensa e de tribuna e, sobretudo, garantia real e efetiva do direito e da liberdade de voto” (BP: 74), propõe ainda reforma na Constituição de modo a impedir vícios.

Entendendo que, se na República Presidencialista caberia principalmente ao executivo a elaboração de projetos importantes à nação, a necessidade de aprovação do Congresso para a sua implementação ocultaria a força daquele poder e, conseqüentemente, reduziria a sua responsabilidade. Como os ministros não poderiam defender frente à nação os seus projetos, “no correr de debates”, tinham que entregá-los aos parlamentares que, além de não conhecê-los, ficariam “indiferentes à sua sorte”.

Se, por um lado, a “alma nacional” teria trazido à luz partidos e parlamentares fracos e irresponsáveis que, cientes de que não teriam de cumprir seus deveres, usariam a aprovação aos projetos do executivo como mecanismo de barganha para conseguir vários tipos de benefícios particulares, dos quais Sales destaca os empregos aos amigos e aos parentes, por outro, o executivo se submeteria a estas condições, por meio de “acordos secretos e invisíveis”, e, na condição de detentor das benesses públicas, governaria sob uma ditadura, fazendo do regime representativo uma farsa. Na verdade o que prevaleceria nos dois poderes era o jogo da irresponsabilidade: o legislativo ficava indiferente à aprovação do projeto, mas, ciente da importância que exercia no jogo político, negociava a aprovação, e o executivo se eximia de responsabilidades, dada a necessidade de avaliação do Congresso, mas, ao mesmo tempo, se submetia às condições impostas por aquele poder que lhe servia como escudo.

E assim o governo republicano, sob o regime presidencialista, ficaria na dependência das virtudes cívicas dos governantes, considerando o risco muito grande, Sales recorre a Joseph Story e sugere “uma hibridação inteligente desses dois tipos específicos [presidencialismo e parlamentarismo], como fazem os criadores da seleção artificial e organizemos um regime político que seja a expressão viva de nosso meio social” (BP: 67). Para tanto, os membros do executivo deveriam ter sua cadeira no congresso e, a partir dela, apresentar aos representantes da nação a importância e validade dos seus projetos. Sales acreditava que só o debate franco e aberto entre os dois poderes daria cabo ao jogo de irresponsabilidades e faria da República um governo realmente capaz de “nobilitar o cidadão, regenerando o caráter nacional e fazendo a grandeza e a prosperidade da pátria” (BP: 74).

Contrastar os dois trabalhos do propagandista republicano, analisados neste tópico, não é uma tarefa fácil. Existem contradições não apenas na obra, mas também na trajetória política de Alberto Sales. Assim, se por um lado, há no trabalho de 1891 críticas ferrenhas ao governo representativo, por outro, há em 1893 e em 1894 a passagem do publicista pelo Congresso Nacional. Além de algumas contradições, cabe também destacarmos alguns pontos comuns nos trabalhos pós República e compará-los àqueles que a ela antecederam.

A preocupação do autor com a dimensão moral e intelectual, entendidas como a base do governo, seja ele republicano ou monárquico, é uma constante nos dois trabalhos posteriores à República. Enfatizando que a forma adequada de governo e o seu sucesso dependem das características de uma dada nacionalidade, o publicista mostra-se perturbado pela necessidade de se elevar o nível moral e intelectual do país. As propostas para alcançar este objetivo voltam-se tanto para governados como para governantes. Assim, no trabalho de 1891, a educação universal aparece como meio capaz de preparar a nação para se relacionar com o Estado, independente de qual seja a forma de governo, e em 1901 o publicista faz um apelo aos governantes por mais moralidade na política. É o tipo de relação estabelecido com o Estado que o angustia. De um lado ele via a indiferença e do outro o privatismo. Assim, a falta de virtude cívica se manifestava por todos os lados.

Nos trabalhos que precedem a República, a avaliação das condições morais e intelectuais adequadas ao governo republicano não existe. Assim, era certo que o governo monárquico não se adaptava ao desenvolvimento que o organismo nacional havia alcançado e apenas o governo republicano seria capaz de conformá-lo dentro da ordem e, o mais importante, impulsioná-lo. A nação estava suficientemente preparada para viver a República, era chegada a hora de abandonar o *regime do obscurantismo*.

Deste modo, antes de proclamada a República, são as instituições imperiais que sufocam o exercício da cidadania e ele se manifestaria com vigor assim que houvesse a mudança institucional. Porém, o propagandista percebeu que a cidadania não se manifestou com o vigor esperado e constatou que pouca importância tinha a forma monárquica ou republicana frente à ausência do individualismo nacional, verdadeira responsável pela degeneração dos governos democráticos em ditaduras.

Apesar de reconhecer que os “fazedores de constituição” deviam considerar as características nacionais para tornar os órgãos adequados ao corpo nacional, Sales sugere, nos

dois trabalhos pós República, mudanças institucionais capazes de fortalecer as garantias aos direitos civis e políticos e não se dá conta de que pouco ou nada valeria reforçar tais garantias se não havia uma cultura nacional de exercê-los, como o seu próprio trabalho indicava.

Em 1891 Sales ataca fortemente o governo representativo, invalidando as suas premissas. O regime da ordem e do progresso só seria alcançado com o fim das assembleias legislativas e, conseqüentemente, do sufrágio universal e dos partidos, mas, ao mesmo tempo e paradoxalmente, seria necessário fortalecer alguns direitos civis e políticos de modo que a vontade nacional fosse ouvida, traduzida pelos publicistas e implementada pelo governo executivo. Era um híbrido de democracia e autoritarismo que o autor formulava com a finalidade de fortalecer a soberania do povo e tornar o Estado responsável.

Em relação aos partidos políticos, nota-se que no trabalho de 1882 apesar de reconhecê-los, numa acepção *tocquevilleana*, como o “mal necessário”, Sales manifestava esperança de que eles se tornassem o “perfeito acordo das inteligências e vontades” e se transformassem em órgãos poderosos do corpo social, mas em 1891 a esperança desaparece. O publicista passa a vê-los unicamente como máquinas empenhadas em tirar proveito próprio dos recursos públicos e como uma estrutura onde os integrantes da agremiação alienam suas opiniões às vontades do chefe e, complementando esta visão em 1901, afirma que a ausência de associativismo na cultura nacional explicava a existência dos partidos fracos e irresponsáveis.

Apesar da avaliação feita sobre os partidos, a negação do governo representativo desaparece em 1901. Neste momento a preocupação do autor é fazer valer, de imediato, a vida democrática no país – a validade deste regime, que em 1891 requereria correções de longo prazo, não é mais jogada para um futuro distante. Para tanto, entre outras reformas, era necessário que a liberdade de voto fosse real e efetiva e, o mais importante, a força do poder executivo devia ser reduzida frente à do legislativo. Para assegurar a transparência na relação entre estes dois poderes, Sales acreditava que só o híbrido de parlamentarismo com presidencialismo seria capaz de regenerar a República.

As contradições e os hibridismos de Alberto Sales não são capazes de indicar um caminho confiável para a regeneração da República, ao contrário, eles evidenciam o quanto era difícil encontrar este caminho. É inegável que o publicista, sobretudo depois de instaurada a República, passa a observar as duas faces da mesma moeda (Estado e sociedade), mas, neste caso, verso e anverso eram iguais e o inverso da Inglaterra e dos Estados Unidos da América. Os ingleses e norte-americanos tinham bons costumes, que por sua vez sustentavam

bons Estados, os brasileiros tinham costumes ruins, que nunca foram lapidados, e por isso sustentavam um Estado ruim. Ainda que ele se esquecesse de variáveis importantes nesta comparação, era a necessidade de lapidar estes costumes que o perturbava e por esta razão percebeu que a forma de governo era uma “questão vazia de sentido”. Se antes acreditava que com o advento do governo republicano a democracia liberal viria à luz no Brasil, as suas contradições e hibridismos evidenciam o seu desencanto com os rumos que a República estava tomando⁶⁸.

3.4 – O truncado atalho: liberalismo na teoria, liberalismo na prática

Depois de discutirmos as influências teóricas nos trabalhos de Alberto Sales e de analisarmos alguns deles em dois diferentes momentos, antes e depois da República, cabe agora voltarmos a nossa atenção àquela pergunta sobre a dimensão liberal existente no trabalho do propagandista paulista. Mas, antes de nos aventurarmos nesta investigação, vale destacar a observação, feita por Luis Washington Vita, de que Sales está vinculado ao positivismo “epocal”, neste sentido, o publicista republicano busca nesta doutrina os meios capazes de conduzir ordenadamente o Brasil ao progresso, à civilização, ou seja, a uma verdadeira democracia liberal, nos moldes norte-americano e europeu do período. É verdade que há nos trabalhos analisados um interregno entre a postura liberal e uma postura mais próxima da *ortodoxia positivista*, que será discutida adiante, mas que nem por isso chega a sufocar a influência do liberalismo em Alberto Sales.

As premissas liberais sustentam o trabalho do propagandista republicano, sobretudo no momento precedente à República. Deste modo, orientado pela “alquímica” combinação entre liberalismo e positivismo, Sales empenha-se na tarefa de uniformizar a atuação republicana, de modo a se ter claro que a democracia estava inviabilizada diante das instituições monárquicas e que apenas as instituições republicanas coadunavam-se plenamente com ela. Depois de proclamada a nova ordem, o propagandista volta-se para a análise de algumas dificuldades práticas para se implementar uma ordem democrática e liberal no Brasil e, frente a elas, empenha-se para apresentar reformas institucionais capazes de assegurá-las.

⁶⁸ Os rumos da jovem República brasileira não seriam acompanhados por ele por muito tempo. Em março de 1904 Alberto Sales falece em sua fazenda em Monte Alto, interior de São Paulo. No necrológico feito em *O Estado de São Paulo*, a análise feita sobre o *Balanço Político* é seguida pelo seguinte comentário sobre o publicista: “No isolamento a que se votara, no remanso de seu gabinete, os problemas do engrandecimento de seu país mereciam-lhe sempre o mesmo cuidadoso estudo, as questões sociais interessavam-no e prendiam-no como dantes à realidade prática da vida” (*apud* Vita, 1965: 46).

Assim, tanto antes como depois da República, observamos em Sales uma forte crença de que a mudança institucional, acompanhada de reforço legal às garantias dos direitos civis e políticos, seria capaz, em grande medida, de regenerar a vida política do país.

A idéia de que a “evolução do passado humano” é marcada por um processo contínuo de luta pelos direitos e pela supressão dos privilégios, no qual a base legítima de poder está no povo, e que este deve decidir sobre a forma mais adequada de governo, é de forte inspiração liberal. Seguindo esta linha, ao Estado, independente de qual seja a forma de governo que o organiza, cabe a função de aplicar as leis, preservando os direitos do indivíduo e fornecendo-lhe condições plenas ao desenvolvimento de suas atividades individuais. O processo contínuo de luta pelos direitos evidencia para Sales que, inevitavelmente, os governos tendem a tornar-se democráticos e neste regime a legitimidade do Estado reside na soberania popular.

As clássicas premissas de John Locke no trabalho do autor podem ser percebidas não apenas na noção de que a soberania reside no povo e na idéia de que cabe a ela indicar a forma sob a qual o Estado deve organizar-se, mas também no reconhecimento do legítimo direito à resistência popular sempre que o governo transgredir as leis que justificam a existência do Estado. Assim, recorrendo a estas premissas que explicavam e justificavam a existência de Estado e sociedade, Sales, a princípio, entende que somente o governo republicano seria capaz de executar as devidas funções do Estado e, caso as classes privilegiadas monárquicas resistissem à manifestação soberana pró República e não implementassem as reformas necessárias, o povo buscaria legitimamente meios violentos para mudar a forma de governo.

Como o regime democrático só podia existir em um governo republicano, o autor volta-se ao sistema representativo para discutir a forma que o novo governo tomaria e define o sufrágio universal como meio para o exercício da soberania. Ao definir a quem caberia o direito e também função de exercer a soberania, Sales distancia-se daquela corrente liberal inglesa do século XVII, da qual nos fala José Murilo de Carvalho (Carvalho, 2003a). Entendendo que apenas os indigentes, os menores de idade e os alienados mentais estariam privados do voto, o publicista desvincula este direito do critério de renda, uma vez que todos aqueles que contribuíssem para a riqueza nacional, seja como empresário, seja como consumidor, estariam aptos a exercê-lo. No liberalismo do século XVII a idéia de “povo referia-se àquela fração da sociedade britânica cuja renda anual permitia pagamento dos

impostos exigidos pelo Estado. O direito de voto era, portanto, limitado pela fortuna” (Santos, 1998: 14).

Assim, observamos que aquela afirmação de José Murilo de Carvalho, em relação ao modelo liberal que teria orientado o movimento republicano paulista, não se aplica a um dos seus principais teóricos. Para Carvalho, os paulistas não se preocupariam com o governo representativo e nem com os direitos individuais, uma vez que pediriam o governo a serviço dos seus interesses; entretanto, se não podemos generalizar a nossa afirmação a todos os atores do movimento, podemos dizer que esta preocupação existe sim nos trabalhos de Alberto Sales e que ele se distancia do modelo liberal do século XVII ao defender o alargamento da comunidade política – a renda e o saber não lhe aparecem como impeditivo para a composição desta comunidade.

Neste ponto, cabe destacar que, apesar de identificarmos algumas idéias *lockeanas* nos trabalhos analisados, a ênfase no direito natural à propriedade não se faz marcante no trabalho do publicista paulista. Em Sales, ganha destaque a noção de que cabe ao Estado, ancorado nas leis, preservar os direitos do indivíduo, tais como a liberdade, a igualdade, o direito de participar das funções governativas, e assegurar a livre fruição das atividades individuais – o que nos leva a supor que naquele contexto não houvesse nada que ameaçasse o direito à propriedade. Eram os empecilhos colocados pela ordem monárquica às iniciativas individuais que o perturbava, não havia necessidade de firmar o direito à propriedade, mas era necessário fortalecer os mecanismos capazes de fazê-lo prosperar livremente.

São as idéias liberais do século XIX, cujo processo revolucionário francês serve-lhe como evidência do momento de ruptura entre dois mundos, o do obscurantismo e o do progresso, que sustentam o trabalho do autor. Como nos indica Angela Alonso, “caberia salvaguardar os direitos individuais e políticos e a liberdade de iniciativa econômica do arbítrio do Estado” (Alonso, 2002: 228), o que aparece no trabalho de Sales como algo do interesse de todo o corpo coletivo e não apenas da classe proprietária. O seu liberalismo era orientado pela necessidade de validar as liberdades *negativas*, ou seja, o indivíduo não podia ser obrigado, por aquele que detivesse o poder coativo, a fazer o que não queria e também não podia ser impedido por ele de fazer aquilo que desejava (Bobbio, 2000).

Neste ponto é importante ressaltarmos a influência de Stuart Mill nos trabalhos do propagandista, a quem ele recorre frequentemente e que nos serve, ainda, como um bom indicativo do modelo liberal ao qual Sales estava filiado. Para além da recorrência ao modelo

milliano de governo representativo, uma vez que “o conceito lockeano de representação havia perdido sua vinculação à propriedade de bens” (Santos, 1998: 28), o propagandista constrói sua idéia de liberdade à luz do pensador inglês.

Tratava-se para Mill, então, de formular um princípio à base do qual sejam estabelecidos, por um lado, os limites nos quais é lícito ao poder público restringir a liberdade dos indivíduos; por outro lado, e correspondentemente, o âmbito no qual os indivíduos ou os grupos possam agir sem encontrar obstáculos no poder do Estado (Bobbio, 2000: 65).

Portanto, para Sales, a garantia plena às liberdades *negativas* só seria possível por meio de um governo republicano e representativo, ancorado no sufrágio universal, onde cada cidadão, direta ou indiretamente, participaria do governo, o que, por sua vez, facilitaria a compreensão sobre o interesse geral e contribuiria para a promoção do bem-estar social.

A influência do liberalismo do século XIX na produção do propagandista republicano Alberto Sales explica-nos aquela lacuna existente na sua trajetória política: da propaganda ao desencanto. Se eram os interesses econômicos que orientavam a propaganda na província de São Paulo, como nos indica José Murilo de Carvalho, não eram apenas eles que norteavam a atuação de um dos principais teóricos do movimento nesta província. Sales acreditava que com a mudança de regime, além do reforço aos direitos individuais, o exercício responsável dos direitos e deveres tornar-se-ia a tônica na relação entre Estado e sociedade e com isto o progresso social estaria assegurado.

Deste modo, se era a necessidade de estabelecer limites à esfera de ação do Estado, ampliando o espaço para a atuação dos indivíduos, que o perturbava, ainda que as novas instituições republicanas atendessem a esta necessidade, o sucesso da democracia liberal não brotou junto com a República, como o propagandista esperava, o que o obriga a analisar outros ângulos da questão. De imediato (1891), a soberania nacional cede lugar à “vontade nacional”. Se o povo não havia alcançado o nível intelectual e moral desejado, de modo que soubesse usufruir as vantagens do regime democrático e cumprisse o seu dever, era necessário torná-lo um “cidadão livre”.

Diante da formação moral e intelectual falhas do povo brasileiro, o governo representativo tornava-se uma “ficção”; nestes termos, era necessário acabar com o sufrágio universal e partidos políticos e anular as funções das Assembléias Legislativas. Apenas a seleta classe dos “publicistas” era capaz de indicar os meios que o Estado deveria utilizar para

implementar medidas de interesse geral, uma vez que indicadas como “desejo” do corpo nacional. Caberia então a uma classe de sábios, respaldados no conhecimento da verdadeira ciência política, conduzir de forma moralizadora a “vontade nacional”.

Sales, desempenhando o seu papel de “publicista”, entendia que ao mesmo tempo em que a relação entre Estado e sociedade devia ser intermediada pelos sábios, o Estado devia tornar a educação universal e, por meio dela, disseminar a doutrina política. Esta doutrina capacitaria o indivíduo a entender a necessidade e função do Estado e a se relacionar de forma responsável com este “órgão”. Além de difundir a doutrina política, transformando o indivíduo em cidadão livre, a educação universal teria também o papel de qualificar a mão-de-obra, contribuindo para o crescimento da riqueza nacional⁶⁹.

Desta forma, conforme nos mostra Maria Stella Bresciani, logo depois de proclamada a República, Sales aproximou-se⁷⁰ do *positivismo ortodoxo*. Uma vez que “a condição de *cidadania plena* para o habitante do Brasil foi projetada em algum ponto futuro do novo tempo que se anunciava” (Bresciani, 1993: 135 – grifo da autora), era necessário preparar este habitante para exercer a cidadania e só quando a doutrina política estivesse suficientemente difundida, a “vontade nacional” se transformaria em soberania nacional e o Estado e a Sociedade estariam nobilitados para viver uma relação responsável.

Ainda que Sales não expresse que só neste momento o país estaria preparado para viver uma democracia liberal, é importante ter em mente que o objetivo do autor em 1891 é analisar os “vícios e defeitos do regime democrático” e não invalidá-lo por completo. E ainda, é importante lembrar que para ele “a educação é uma grande força modificadora de que é preciso lançar mão constantemente no regime democrático” (CP: 22), assim sendo, partimos do pressuposto que apenas no longínquo momento em que o ensino público tivesse preparado um cidadão livre, tão preconizado por Sales, a nação teria condições de viver um regime democrático liberal.

⁶⁹ O papel que Sales atribui à educação estabelece um estreito diálogo com aquela preocupação, que teria havido em vários países, de submeter a educação à “hegemonia burguesa”, porém, conforme nos indica Wanderley Guilherme dos Santos, ela nunca foi validada no Brasil. “É sabido que uma das metas básicas de qualquer sistema social consiste na criação de uma rede de agências educacionais capaz de realizar com eficiência duas coisas: primeiro, gerar os profissionais requeridos para a reprodução social do sistema; segundo, transformar pessoas em cidadãos, isto é, obedientes aos valores prevaletentes na sociedade. Esse processo de geração de elites e de cidadãos, sob controle ideológico do grupo social predominante, ocorreu e ocorre nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Rússia e na China, apenas para citar alguns países, mas não ocorreu no Brasil. Não existiu o objetivo deliberado e consistente de submeter o sistema educacional à hegemonia burguesa” (Santos, 1998: 58).

⁷⁰ Dialogando com *Ciência Política* (1891), Bresciani afirma que Alberto Sales “assumiu uma postura ortodoxa”, entretanto, como temos em mente as propostas feitas por ele uma década depois, preferimos optar pelo termo aproximou-se do *positivismo ortodoxo*.

Dez anos depois, Sales abandona esta postura “autoritária” de invalidar o arcabouço institucional republicano e volta-se à necessidade de moralizá-lo, reformando-o. Para tanto, tornava-se necessário fortalecer legalmente às garantias aos direitos individuais, sobretudo “a garantia real e efetiva do direito e da liberdade de voto” (BP: 74). Além disso, era preciso reformar a constituição, de modo a enfraquecer o poder executivo e tornar transparente a sua relação com o legislativo, com “os representantes da nação”. Caso contrário, “a árvore da liberdade” não floresceria e a República no Brasil continuaria a não contribuir para a formação de um “povo soberano”.

Apesar de mais tarde expor o seu entendimento de que as instituições deviam moldar-se ao “caráter nacional”, Sales recorreu, antes e depois da República, ao seu conhecimento científico para indicar mudanças nas leis e nas instituições capazes de implementar uma ordem democrática liberal. Paradoxalmente, o publicista não estava convencido de que “uma lei não se completa por outra lei ainda mais severa na sanção ou mais dútil: sua validade e, complementarmente, sua eficácia dependem de como atue na *práxis* e não no catálogo das normas obrigatórias” (Faoro, 1994: 16 – grifo do autor).

Se o positivismo indicava ao propagandista um importante atalho para que o país ingressasse na marcha da civilização, a sua incontestável ciência, cuja tônica era a ordem e o progresso, não lhe permitia entender que o liberalismo apresentava-se em toda parte como uma ideologia da sociedade civil e não como ideologia de Estado para a sociedade civil (Faoro, 1994). Neste sentido, o liberalismo de Alberto Sales não fugiu da regra, ele fazia coro junto com aqueles que acreditavam na reforma do Estado como meio capaz de garantir a democracia liberal no Brasil. Tratava-se de um “liberalismo, pela sua origem, irrealizável, senão com a condição, historicamente impossível, de desarticular o aparelhamento estatal, para convertê-lo em guarda dos direitos individuais, não de seu tutor, mas sim de seu algoz” (Faoro, 1994: 48).

Se o publicista entendia, à luz da sua doutrina, que cabia à ciência política fazer a “anatomia do organismo nacional”, faltava, no entanto, articular esta ciência a outros aspectos da “vida superorgânica da nacionalidade”, que no seu entendimento estavam a cargo de outros ramos da sociologia, para que o liberalismo saísse da teoria e vigorasse na prática, de modo que a democracia liberal alcançasse o tão sonhado sucesso em solo nacional.

Ainda que a reflexão a seguir extrapole os objetivos deste trabalho, algumas descobertas se fazem no decorrer da pesquisa e cabe aqui nos aventurarmos em uma delas. Discorreremos até agora sobre as idéias de além mar que foram recebidas e modeladas neste

cadinho e que indicavam o fim a ser alcançado e os meios que, para tanto, poderiam ser acionados. Entretanto, não poderíamos deixar o trabalho de Alberto Sales solto dentro do pensamento político liberal brasileiro. Entendemos que os seus hibridismos e contradições dificultam o seu enquadramento efetivo dentro das duas clássicas categorias utilizadas por Wanderley Guilherme dos Santos – elaboradas quando o autor analisa os caminhos seguidos pelo liberalismo no Brasil –, mas acreditamos que a tentativa é válida.

Nos derradeiros anos da Monarquia e na primeira década republicana, Sales observava a corrupção, a coerção e a irresponsabilidade como marcas da vida política do país. Se estas marcas estavam, em grande parte, na contra-mão daquilo que apontava a Constituição, era necessário mudar ou reforçar algumas leis e instituições, de modo que o sistema se tornasse representativo, responsável e submetido ao domínio imparcial da lei.

De início, bastava mudar o regime político, dando cabo às instituições corrompidas da Monarquia, para que a vida política brasileira se regenerasse; depois, como o resultado não satisfazia as expectativas, Sales volta-se para as condições intelectuais e morais brasileiras inadequadas à democracia liberal. Diante disto, nos dois momentos o autor apresenta mudanças institucionais capazes de purgar a vida política nacional. Era preciso afastar os homens corrompidos das funções governativas e, ainda, era necessário reforçar as garantias aos direitos civis e políticos, ou seja, a reforma institucional seria capaz de afastar a corrupção do processo político brasileiro e dar vida a um novo cidadão. Prevalecia, então, a idéia de que “boas leis criam boas e eficientes instituições e que boas instituições garantem a qualidade moral do sistema” (Santos, 1998:39).

Seguindo esta linha, Sales estaria vinculado àquela tradição do pensamento político brasileiro chamada por Santos de *liberalismo doutrinário*. “Liberais doutrinários são, portanto, as sucessivas facções de políticos e de analistas que, desde meados do século XIX, sustentaram a crença de que a reforma político-institucional no Brasil, como em qualquer lugar, seguir-se-ia naturalmente à formulação e execução de regras legais adequadas” (Santos, 1998: 38).

Por outro lado, o positivismo deixaria indelével marca no trabalho do autor. No interregno autoritário que observamos, apenas a seleta classe de “publicistas” seria capaz de decodificar os interesses gerais, uma vez que estaria ancorada na doutrina política. Mas, se o autor defende a difusão desta doutrina, é por que chegaria o momento em que haveria o inchaço daquela seleta classe e todos estariam aptos a viver em uma democracia liberal; o nível intelectual e moral continuava a ser o problema, mas era a condução da política por uma

“elite especial” que prepararia a nação para o regime sonhado. Neste ponto, observamos que Sales aproxima-se daquilo que Santos definiu como *autoritarismo instrumental*. “E o autoritarismo seria instrumental para criar as condições sociais que tornariam o liberalismo político viável” (Santos, 1998: 48).

Entretanto, optaremos aqui por considerar o *autoritarismo instrumental* de Sales *embrionário*, em relação àquele que se forma a partir de 1930. Pois, os *autoritários instrumentais*, dos quais destaca-se Oliveira Vianna, buscavam na trajetória econômica e social aspectos capazes de evidenciar a inviabilidade de uma ordem liberal no Brasil, Sales, apesar de buscar na trajetória política aspectos que impediam a manifestação do individualismo nacional, em momento algum se volta para as questões econômicas e sociais. A justificativa para a dificuldade em se implementar a ordem sonhada repousa em Sales sobre o baixo nível moral e intelectual. Enquanto este nível não fosse elevado, por meio da ciência política, caberia a uma “elite política, vinda não se sabe de onde, [transformar] a cultura política brasileira de tal forma que a sociedade se tornaria liberal mediante maciça conversão cultural” (Santos, 1998: 49).

O publicista ignorava os aspectos econômicos e sociais da trajetória histórica nacional por entender que a análise deles cabia aos outros “ramos da sociologia”. Esta articulação entre ciência política e sociologia será feita pela geração seguinte de críticos da República, que aproximarão a política dos problemas reais vividos pela sociedade nacional. Se este descolamento não existisse, talvez ele tivesse compreendido melhor a diferença entre as “almas nacionais” brasileiras, norte-americanas e inglesas, mas, apesar disto, consideramos aqui Alberto Sales um dos precursores da geração de críticos da Primeira República.

Considerações Finais

Vimos ao longo deste trabalho como algumas mudanças econômicas e sociais ocorridas no país, a partir de 1850, contribuíram, pouco a pouco, para convulsionar a ordem imperial até a sua implosão final. Frente às transformações, muitas promovidas pela própria

ordem vigente, ficava cada vez mais difícil para o Estado Imperial dialogar e atender aos interesses diversos e divergentes das elites nacionais (política, econômica e intelectual).

À medida que a homogeneidade de interesses, aquela que havia contribuído para a *Construção da Ordem*, diversificava-se, surgiam novas elites descobertas do mecanismo de apadrinhamento imperial. A “modernização conservadora” implementada pelo Gabinete Rio Branco contribuiu para a formação de uma nova elite apartada da ordem imperial. Algumas de suas reformas realizadas no início dos anos de 1870 facilitaram o acesso à educação, mas, se por um lado houve um incremento no número de pessoas com acesso ao ensino superior, por outro, as oportunidades de trabalho permaneciam associadas aos mecanismos de apadrinhamento. Assim, os homens “unicamente escudados na inteligência” sentiam-se excluídos da ordem imperial.

Os liberais passavam a defender a incorporação parcial dos novos segmentos ao sistema político, para tanto, defendiam reformas políticas capazes de reduzir os entraves à participação. Entretanto, os conservadores resistiam à implementação de tais reformas. Em meio ao embate dos dois partidos monárquicos, comprometidos com a ordem e envolvidos com a necessidade de processar as transformações, surge o movimento republicano. Num primeiro momento, o movimento era composto pela elite intelectual, periférica ao jogo político imperial, que não acreditava mais em reformas capazes de incorporá-la à ordem.

Dentro do modelo econômico no qual o Brasil estava inserido, agricultura voltada à exportação, o café conquistava importante espaço nas exportações e, diante da expansão do mercado externo de consumo, tornou-se o principal produto de exportação do período. A expansão do plantio pelo Oeste Paulista, sob novas formas de produção, contribuiu para que uma nova elite econômica se formasse. Esta elite também passava a compor a periferia da ordem imperial, já que detinha o poder econômico, mas não o político. A nova elite econômica descartaria a possibilidade de reformar a Monarquia, apenas a implementação de uma República Federativa seria capaz de atender aos seus anseios.

Assim, nas duas últimas décadas da Monarquia, houve um esgotamento político, intelectual e econômico do *establishment* imperial. Daí em diante, a agenda transformadora seria pautada pelos críticos e opositores da ordem. As propostas de reforma ocorriam então a partir de dois eixos. O primeiro eixo estava dentro da própria ordem e era composto pela elite política do período. Nele, liberais e conservadores debatiam propostas de reformas – os liberais defendiam reformulações parciais, capazes de incorporar novos segmentos ao jogo político, e os conservadores resistiam a elas. O segundo eixo estava fora da ordem imperial,

estava na sua periferia, e, justamente por estar fora dela, os atores que o compunham não tinham por que preservar uma ordem que os excluía. Ainda que os atores deste segundo eixo não fossem tributários de uma proposta homogênea de reforma a ser implementada, havia um consenso entre eles: a Monarquia era uma forma de governo ultrapassada e incapaz de lidar e processar os imperativos de mudança.

As elites econômica e intelectual entendiam que a proposta de mudança devia dialogar com o mundo moderno, com o mundo civilizado, do qual o Brasil estava distante. A Monarquia passava, então, a ser o governo do passado, que dificultava o desenvolvimento e progresso das periferias, e nela não havia uma democracia liberal, afinal, esta não podia coexistir com privilégios “anti-sociais”. Apenas um governo republicano seria capaz de engatar o país na civilização e a construção da ordem republicana devia ser orientada por tudo o que havia de mais moderno na época – ainda que estas modernidades entrassem em contradição umas com as outras. E assim o cientificismo coetâneo tornava-se então um precioso instrumento, pois, ao mesmo tempo em que evidenciava o atraso da ordem vigente, indicava o caminho que conduziria à nova ordem, onde os conscientemente excluídos seriam incluídos.

O mais encantador é que o cientificismo da época indicava uma travessia ordenada, sem traumas, sem convulsões sociais. A mudança da ordem imperial para a republicana devia acontecer, segundo a maioria dos republicanos, dentro da ordem. Mas, a que ordem os conscientemente excluídos se referiam? A mudança de regime foi acompanhada por espectadores, os poucos que existiram, “bestializados”; na verdade, o Estado Imperial “macrocefálico” dificultava outro tipo de participação. Talvez a ordem, a qual se referiam e defendiam, para boa parte dos conscientemente excluídos não dissesse respeito apenas à tradução ordenada de seus anseios ao “povo massa”, que, muito no limite, poderia até buscar legitimamente meios violentos para impor uma nova forma de governo capaz de respeitar os seus direitos, mas é possível supor que a aclamada ordem dos “republicanos tão bem comportados” se referisse principalmente à manutenção da estrutura sócio-econômica do país.

A crítica republicana era basicamente político-institucional e pouco dirigida aos problemas sociais e econômicos, assim, a estrutura sócio-econômica do país podia coexistir, sem maiores dificuldades, com a nova e moderna República. O problema estava apenas na forma de governo, era apenas ela que inviabilizava a democracia liberal no país. Bastava, então, promulgar uma nova Constituição e esta certamente traria a “felicidade de todos”. É certo que a nova Constituição trouxe a felicidade de alguns. Mas este “alguns” estava longe,

muito longe, do “todos”. E, pior, nem todos os conscientemente excluídos ficaram felizes com ela. Não era tão fácil assim fazer valer a democracia liberal no Brasil.

Se as elites contestadoras da ordem imperial acusavam a Monarquia de impedir ou infringir a ordem liberal no país, no seu ato de contestação elas próprias caíam no mesmo erro. Como aponta Wanderley Guilherme dos Santos (1998), no período que sinaliza o início do fim do Império – final da década de 1860 – havia duas únicas forças dando as cartas do jogo: o Estado Monárquico e os fazendeiros.

Os liberais, ressentidos com a queda do Gabinete Zacarias em 1868, defendiam reformas nas instituições imperiais, de modo que estas garantissem uma verdadeira democracia liberal, e, mais, defendiam a substituição do trabalho escravo pelo livre, entretanto, não cogitavam a mudança de regime. Os republicanos entrariam em cena na década de 1870 (acompanhados de alguns liberais radicais); eles não acreditavam mais em reformas capazes de democratizar e liberalizar a Monarquia, somente a mudança de governo garantiria a ordem sonhada, entretanto, eles demorariam muito tempo para defender expressa e oficialmente o fim da escravidão.

Desse modo, na tentativa de fazer valer o liberalismo no país, os insatisfeitos com a ordem vigente feriam os pressupostos clássicos desta doutrina. Os liberais recorriam à simpatia de uma das forças em jogo, o Estado, para que suas propostas fossem atendidas e, por esta razão, podiam ser “radicais” a ponto de propor o fim da escravidão. Os republicanos recorriam à outra força, os fazendeiros, para implementar seus projetos e por esta razão sentiam-se à vontade para propor a República, mas não para propor a abolição.

Dentro do modelo econômico vigente na época, a província de São Paulo começou a destacar-se em relação às demais e, frente à sua proeminência econômica, sentia-se sufocada pela ordem político-institucional do Império. Como consequência do descompasso entre poder econômico e poder político, foi nela que se desenvolveu o movimento de contestação mais forte e organizado do período. O movimento republicano paulista, aglutinado no PRP, fazia do federalismo, que não podia coexistir com a Monarquia, o remédio para os seus males. Apenas a República Federativa seria capaz de fortalecer as liberdades *negativas*, a autonomia frente ao Estado. A liberdade, a igualdade e a iniciativa individual não se manifestavam no país por que havia uma estrutura política que as asfixiava, bastava apenas mudar a forma de governo e elas se manifestariam com vigor.

Foi esta crença que conduziu a produção, voltada à doutrina política republicana, de um dos mais importantes “ideólogos paulista da República”: Alberto Sales.

Entretanto, a inflexão que observamos no seu trabalho como “publicista” é muito rápida, menos de dois anos depois de proclamada a ordem republicana. Neste sentido, acreditamos que Sales, na condição de homem do PRP, entendia que era necessário nos tempos da propaganda unir forças e por esta razão deteve-se aos aspectos mais ideais da República, enquanto forma de governo, e aos aspectos mais concretos da Monarquia – a conveniência era tônica da sua produção.

A pouca atenção dada pelo propagandista ao tema da escravidão, tendo-se em mente a transigência do PRP frente a ele, torna-se uma evidência desta postura. Apesar de identificarmos em Sales um voto de censura ao regime de trabalho escravo, não podemos defini-lo como abolicionista, afinal, muitos dos seus interlocutores republicanos eram proprietários de escravos, inclusive o seu próprio irmão, Campos Sales. Assim, além de estar envolvido em trabalhos subsidiados pelo partido, o propagandista corria o risco de que a sua produção e atuação perdessem a credibilidade dos correligionários republicanos – caso estes se sentissem contrariados. Se o objetivo era uniformizar a ação republicana, o risco de fracioná-la não poderia existir. Era mais seguro deixar o problema da escravidão para a Monarquia resolver.

Diante desta necessidade de dialogar com os interesses da elite econômica paulista, entendemos aqui que *A Pátria Paulista* (1887) se insere em um momento de exacerbação daquilo que realmente interessava: autonomia político-administrativa capaz de garantir a fruição e prosperidade dos empreendimentos econômicos, sobretudo dos do Oeste Paulista. Mas, se por um lado o trabalho de 1887 reitera a principal motivação que levou os paulistas a engrossar as fileiras republicanas, por outro, ele não pode ser tomado como uma referência da produção de Alberto Sales. *A Pátria Paulista* dialogava com os anseios dos republicanos paulistas, dos quais Sales fazia-se porta-voz. Porém, neste momento específico, o porta-voz parece não ter entendido muito bem as motivações em jogo, afinal, a proposta separatista foi recusada como política oficial do PRP. Talvez os interesses tivessem tornado-se mais ambiciosos do que Sales pressupunha.

Se nos tempos da propaganda ele dava voz àquilo que realmente interessava aos paulistas e atuava de modo a uniformizar a percepção de que a Monarquia impedia o usufruto dos direitos civis e políticos, além de criar um grande espaço para a falta de responsabilidade, para o privatismo e para a corrupção, depois de proclamada a República, ele estava à vontade para pensar a relação entre Estado e sociedade dentro de uma nova ordem. Não havia mais

aquele comprometimento com os interesses econômicos. Não havia mais o perigoso risco de fracionamento.

A relação responsável, preconizada por ele, não brotou com a nova ordem como esperava e a democracia liberal no Brasil continuava a ser um sonho. Não era mais a Monarquia que a violava, mas sim o baixo nível intelectual e a ausência de individualismo. Deste modo, as reformas ainda faziam-se necessárias. Embora passasse a ver a questão da forma de governo como “vazia de sentido”, não era o caso de invalidar a República, mas sim de “salvá-la”, de torná-la condizente ao ideário dos tempos da propaganda. A República devia ser “semecrática”, ou seja, assegurar e promover o *self-government*; ela não podia ser uma República oligárquica, onde ainda existiriam traços do “regime do obscurantismo” (privilégios “anti-sociais”), como os primeiros passos do novo regime lhes indicavam.

Para “salvar” a nova ordem, Sales entendia que era preciso elevar o nível intelectual e moral do país. Era preciso trazer à luz um “cidadão livre”. Mas este cidadão não nasceria sozinho, o Estado tinha que trazê-lo ao mundo. Como a gestação seria longa, de imediato, era necessário reformar as instituições, elas moralizariam a relação com a coisa pública e purgariam a vida política do país.

No entanto, as artimanhas institucionais sugeridas por Sales não foram implementadas. Mas, caso fossem, elas seriam eficazes ou novamente configurar-se-iam como um engano do “publicista”? Não podemos questionar a validade, e por que não, a atualidade, da preocupação de Sales com o baixo nível educacional do país e, principalmente, com a ausência de uma formação moral e intelectual capaz de nobilitar o relacionamento entre sociedade e Estado. Mas, mesmo que fosse possível elevar o nível moral e intelectual, apenas isto seria suficiente? Ainda que as conjecturas sejam arriscadas, cabe aqui nos lembrarmos da macrocefalia do Estado, da qual nos fala Visconde de Uruguai. Se a ausência de individualismo, como marca da “alma nacional”, explicava para Sales a degeneração das formas ideais de governo em ditaduras, mesmo que a sua “doutrina política” fosse miraculosamente divulgada, a teoria não se transformaria em *práxis*, uma vez que os braços do Estado não conseguiam alcançar os rincões do país. Como seria possível nobilitar a relação entre Estado e sociedade se o Estado não existia para uma expressiva parcela do povo? Antes de educar o indivíduo, tornando-o um “cidadão livre” frente ao Estado, era preciso resgatá-lo do poder privado. Não era tão somente a carência educacional que inviabilizava a democracia liberal, esta era um desdobramento das desigualdades social e econômica que sangravam o país. Se o indivíduo não era um “cidadão livre” é por que as desigualdades não o permitiam

ser. Assim, parte daquela platéia ilustrada, que esperava engatar o Brasil no mundo moderno e civilizado, esqueceu-se de que o público ilustrado devia ser muito maior para que o sucesso desejado fosse realmente alcançado.

Quando ela, a modernização, se instaura, como ação voluntária, quem a dirige é um grupo ou classe dirigente – com muitos nomes e de muitas naturezas – que, na verdade, não reflete passivamente a sociedade sobre a qual atua. Tal grupo, para mudar o que não vai, ao seu juízo, bem, começa por dissentir da classe dirigente tradicional. O desvio, entretanto, não altera a pirâmide social, nem os valores dominantes. (...) Desse molde as modernizações brasileiras nunca se emanciparam, prisioneiras de uma estrutura econômica, intangível à sua ação (Faoro, 1994: 100).

De fato, República Federativa e Democracia Liberal não se apresentaram como sinônimos no Brasil. A mudança da ordem política sem o questionamento e mudança da ordem social e econômica do país fazia com que o sonho de alguns republicanos virasse pesadelo. Como consequência disto, ainda que não suficientemente compreendida por ele, Alberto Sales apresenta-se como crítico de dois mundos que, embora antagônicos, guardam muitas semelhanças. No papel de porta-voz do PRP, ele contribuiu para a queda da Monarquia. A ordem imperial foi então implodida, o que não quer dizer que a República estava construída. No momento em que a nova ordem se consolidou, por meio da Política dos Governadores (ironicamente arquitetada pelo seu irmão), Sales mais uma vez tornou-se crítico. Mas os rumos da jovem República não seriam acompanhados por ele durante muito tempo. Entretanto, o trajeto percorrido pela República até os dias atuais parece ainda não ter sido suficiente para que a relação entre sociedade e Estado se nobilitasse e alcançasse o nível sonhado e defendido por Alberto Sales; infelizmente, muitas das críticas feitas por ele em 1901 ainda permanecem atuais, depois de mais de um século de República no Brasil.

Referências Bibliográficas:

Livros e Artigo de Alberto Sales:

- SALES, J. A. 1882. *Política Republicana*, Rio de Janeiro: Typ. de G. Leunzinger & Filhos.
- _____ 1885. “Catecismo Republicano”. In: Luiz Washington Vita, *Alberto Sales: ideólogo da República*, São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1965.
- _____ 1887. *A pátria paulista*. Brasília, Ed. UNB. 1983.
- _____ 1891. *Ciência Política*. Brasília, Senado Federal, 1997.
- _____ 1901. “Balanço Político: necessidade de uma reforma constitucional”. In: Antônio Paim (org.), *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado*, Brasília, Ed. UNB. 1981.

Bibliografia:

- ADDUCI, C.C. 1996. *A “Pátria Paulista”: o separatismo como resposta à crise final do Império Brasileiro*. São Paulo. Dissertação, mestrado, PUC-SP.
- _____ 1999. *Para um aprofundamento historiográfico: discutindo o separatismo paulista de 1887*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19, nº 38.
- ALONSO, A. M. 1994. *Positivismo: uso utópico – O Projeto Civilizatório de Luís Pereira Barreto*. São Paulo. Dissertação, mestrado, FFLCH/USP.
- _____ 2002. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Ed. Paz e Terra.
- AMBROSINI, D.R. 2004. *Do Poder Moderador: uma análise da organização do poder na construção do Estado imperial brasileiro*. São Paulo. Dissertação, mestrado, FFLCH/USP.
- ARANTES, P.E. 1988. *O positivismo no Brasil: breve apresentação do problema para um leitor europeu*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 21.
- BARBOSA, S. M. 2001. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. São Paulo, Tese, doutorado em história social, IFCH Unicamp.
- BARRETO, V & PAIM, A. (orgs.) 1989. *Evolução do pensamento político brasileiro*. São Paulo, EDUSP.
- BASBAUM, L. 1975-76. *História sincera da república: das origens até 1889*. São Paulo, Alfa-Omega.
- BIGNOTTO, N. (org.) 2000. *Pensar a República*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- _____ 2001. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

- _____. 2003. *República dos antigos, república dos modernos*. Revista USP, São Paulo, nº 59.
- BOBBIO, N. 2000. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo, Brasiliense.
- BOEHRER, George C. A. 1954. *Da Monarquia à República*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.
- BRASILIENSE, A. 1979. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. Brasília, Senado Federal.
- BRESCIANI, M. S. M. 1993. *O cidadão da República: liberalismo versus positivismo – Brasil: 1870-1900*. Revista USP, São Paulo, nº 17.
- CANO, W. 1977. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel.
- CARVALHO, J.M. 1987. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. 1990. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. 1998. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- _____. 2001. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. 2003a *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira.
- _____. 2003b. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira.
- CASALECCHI, J. E. 1987. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- COSTA, W. P. 1994. “A questão fiscal na crise do Império e na implantação da República”, in *Dilemas Históricos da Federação Brasileira*. Relatório Final de Pesquisa. São Paulo, IESP/Fundap.
- CRUZ COSTA, J. 1956. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. J. Olympio.
- FAORO, R. 1994. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo, Ed. Ática.
- _____. 2001. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo, Ed. Globo.
- FAUSTO, B. 2000. *História do Brasil*, São Paulo, EDUSP.

- FERNANDES, M. F. L. 2004. *A esperança e o Desencanto: Silva Jardim e a República*. Tese, doutorado, FFLCH/USP.
- FERREIRA, G. N. 1999. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai*. São Paulo, Ed. 34.
- FURTADO, C. 2005. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- GUIMARÃES, L. M. P. & PRADO M. E. 2001. *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro, Revan: UERJ.
- HOLANDA, S. B. 1985. *História geral da civilização brasileira. O Brasil Monárquico. Do Império à República*. Tomo II, vol. 5, São Paulo, Difel.
- _____. 2002. *Raízes do Brasil*, São Paulo, Editora Companhia das Letras.
- KUGELMAS, E. 1986. *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo, Tese, doutorado, FFLCH/USP.
- _____. 2002. "Pimenta Bueno, o Jurista da Coroa". In: SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, marquês de. *Marquês de São Vicente*. São Paulo, Ed. 34.
- LESSA, R. 1999. *A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro, Topbooks Editora.
- _____. 2003. *As cidades e as oligarquias do antiurbanismo da elite política da Primeira*, In: *República brasileira*. Revista USP, São Paulo, nº 59.
- LINS, I. 1965. *Alberto Sales, ideólogo da República*, In: *Revista Brasileira de Filosofia*, Rio de Janeiro, Vol. XV, Fascículo 60.
- LOCKE, J. 1963. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo, Editora IBRASA.
- MARSHALL, T. H. 1967. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- NUNES LEAL, V. 1975. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil*. São Paulo, Editora Alfa-Omega.
- PAIM, A. 1981. *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado*. Brasília, Editora UNB.
- PEIXOTO, F. C. 2005. *Teóricos da Véspera: o federalismo no pensamento político do Brasil Império*. São Paulo. Dissertação, mestrado, FFLCH/USP.
- PESSOA, R. C. 1973. *A idéia republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo, Editora Alfa-Omega.
- PRADO, M. E. S/D. *A unidade do Império ameaçada: Alberto Sales e a elaboração de um projeto em defesa do separatismo das províncias*. In: *Intellêctus*, Revista Eletrônica ISSN 1676-7640.

- REZENDE de CARVALHO, M. A. 2003. Vertentes do republicanismo no Oitocentos brasileiro. Revista USP, São Paulo, nº 59.
- ROCHA, M. B. Mendes da. 2002. *Matizes da modernidade republicana. Cultura política e pensamento educacional no Brasil: da geração da ilustração aos pioneiros da educação*. São Paulo, Tese, doutorado, Faculdade de Educação/ USP.
- SALES de OLIVEIRA, C. H. 2002. (org.) *Zacarias de Góes e Vasconcelos*, São Paulo, Coleção Formadores do Brasil, Ed. 34.
- SANTOS, W. G dos. 1998. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*, Rio de Janeiro, Ed. Rocco.
- SILVA, S. 1986. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, São Paulo, Editora Alfa-Omega.
- SOUZA, P. J. S. 1862. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional.
- VAINFAS, R. (org.) 2002. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva.
- VASCONCELOS, Z. G. 1862. *Da natureza e limites do Poder Moderador*. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert.
- VIANNA, O. 1933. *O ocaso do Império*. São Paulo, Melhoramentos.
- VIOTTI da COSTA, E. 1999. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Fundação Ed. da UNESP.
- VITA, L. W. 1965. *Alberto Sales: ideólogo da República*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

Outras fontes:

AMARAL, R. & BONAVIDES, P. (data da consulta: junho de 2004). Livro eletrônico, Site www.cebela.org.br.

Dicionário eletrônico *Houaiss* da língua portuguesa, versão 1.0.5a, 2002.